

ERIC WILLIAMS

Rafael Marques

T.9

71 cop.

CAPITALISMO E ESCRavidÃO

INTRODUÇÃO:
D. W. BROGAN

TRADUÇÃO E NOTAS:
CARLOS NAYFELD

REVISÃO TÉCNICA:
ILMAR ROHLOFF DE MATTOS



1975

6

A REVOLUÇÃO AMERICANA

Em 1770, as colônias continentais enviaram para as Índias Ocidentais quase um terço de suas exportações de peixe seco e quase todo o seu peixe salgado; sete oitavos de sua aveia, sete décimos de seu trigo, quase toda a sua ervilha e feijão, metade de sua farinha de trigo, toda a sua manteiga e queijo, mais de um quarto de seu arroz, quase toda a sua cebola; cinco quintos de suas tábuas de pinho, carvalho e cedro, mais de metade de suas aduelas, quase todos os seus arcos; todos os seus cavalos, carneiros, porcos e galinhas; quase todo o seu sabão e velas.¹ Como nos diz o Professor Pitman: "Foi a riqueza acumulada em consequência do comércio com as Índias Ocidentais que mais do que qualquer outra coisa sustentou a prosperidade e civilização da Nova Inglaterra e Colônias do Centro."²

Mas no esquema imperial do século XVIII as colônias do continente ocupavam um mau segundo lugar. O açúcar era o rei e as ilhas das Índias Ocidentais eram o grande fornecedor de açúcar à Europa. A incorporação da Jamaica tornou Cromwell tão feliz que ele se recusou a tratar de qualquer outro negócio no dia em que a boa nova foi anunciada. Tiraria uma semana de férias se tivesse tomado Hispaníola, cuja parte francesa, São Domingos, mais tarde se tornou a pérola das Antilhas e a desgraça dos plantadores franceses. Barbados era a "linda jóia" da Coroa de Sua Majestade, uma perolazinha mais preciosa e rara do que qualquer dos reis da Europa possuía,³ e em 1661 Carlos II mostrou a importância dessa ilha criando treze baronetes, entre seus plantadores, num só dia.⁴ O cargo de governador da Jamaica classificava-se imediatamente abaixo, nas nomeações coloniais, ao do vice-rei da Irlanda e o sistema postal dava mais atenção às ilhas do que ao continente.

Os mercantilistas olhavam com desconfiança especialmente para as colônias do Norte. Estavam cheias de agricultores, comerciantes, pescadores, marinheiros — mas não plantadores. Eram, com exceção de suas manufaturas ainda não-desenvolvidas, num sentido muito literal, a Nova Inglaterra.⁵ A rivalidade com a Velha Inglaterra era inevitável. Eles estavam capacitados, em virtude de sua situação, a vender seus produtos agrícolas, mais barato do que seus competidores ingleses nos mercados das ilhas. Com essa concorrência, a Inglaterra estava perdendo, em vendas e fretes, dois e meio milhões de libras por ano. “Pode alguém deduzir disso”, perguntou um anônimo “que o comércio e a navegação de nossas colônias valem alguma coisa para esta nação?”⁶ Sir Josiah Child afirmou que dez homens em Massachusetts não executavam o serviço de um só inglês lá na Inglaterra. “A Nova Inglaterra”, concluiu ele, “é a plantação mais prejudicial a este reino”.⁷ Chichester preferiria trabalhar com as mãos na Irlanda a “dançar e cantar na Virgínia”.⁸ Petty disse bruscamente que os habitantes da Nova Inglaterra deviam ser repatriados ou enviados para a Irlanda.⁹ Quatro esforços separados foram feitos para persuadir os habitantes da Nova Inglaterra a se mudarem para as Bahamas, para Trinidad, para Maryland e para a Virgínia. Cromwell lançava para a Nova Inglaterra “apenas um olhar de piedade, considerando-a pobre, fria e imprestável”.¹⁰ Ordens do Conselho de Estado foram expedidas em 1655 aos governadores e habitantes apresentando ofertas tentadoras para quem quisesse ir para a Jamaica “para iluminar aquelas partes... por gente que conheça e tema o Senhor; que aqueles da Nova Inglaterra, impelidos da terra de sua natividade para aquela deserta e estéril região selvagem, por dever de consciência se mudassem para uma terra de abundância”.¹¹

Essas opiniões eram muito extremadas. Se as colônias do Norte fossem retiradas do comércio de provisões, seriam incapazes de adquirir os artigos manufaturados ingleses, cuja exportação era mais valiosa para a Inglaterra do que a exportação de produtos agrícolas e carne salgada. O que era pior, os colonizadores poderiam assim ser tentados a criar suas próprias indústrias. Seria melhor então, concluiu Davenant, que detivessem o comércio de gêneros alimentícios.¹²

Pois as colônias das Índias Ocidentais precisavam de alimentos. Para que pudessem concentrar-se na cana-de-açúcar a que a especialização econômica da época mercantil as restringira, não tinham lugar remoto em que seu produto básico não pudesse ser cultivado, e sua produção era muito lucrativa para que se dessem ao luxo de desviar terra e trabalho para o pasto de gado e a produção de alimentos. “Os homens estão tão decididos a plantar cana-de-açúcar”, escreveu um correspondente ao governador Winthrop, em 1647, sobre as Índias Ocidentais, “que preferem comprar alimentos a preços bem caros a produzi-los por seu trabalho, tão infinito é o lucro da manufatura do açúcar depois que ela termina.”¹³ Estabeleceu-se assim a tradição pela qual o açúcar se tornou “o trigo ou o pão” das Índias Ocidentais.¹⁴ Somente a posse das colônias continentais permitia esse monopólio açucareiro do solo das Índias Ocidentais. “Para sustentar uma colônia na América”, escreveu o Abade Raynal, “é necessário cultivar uma província na Europa”.¹⁵ A Grã-Bretanha voluntariamente abdicou desse privilégio, como o menor de dois males, em favor dos colonizadores do continente. O mercantilismo foi finalmente destruído por ser um sistema ruim, mas é um absurdo não reconhecer que era um sistema e que havia método em sua ruindade.

Assim, as colônias norte-americanas passaram a ter um lugar reconhecido na economia imperial, como fornecedores dos suprimentos necessitados pelos plantadores de cana-de-açúcar e seus escravos, e os habitantes da Nova Inglaterra vieram a ser considerados como os holandeses da América. A lavoura mista das colônias do Norte e do Centro completava a agricultura especializada das Índias Ocidentais, como no século XIX ela alimentou as regiões de algodão e arroz do Sul dos Estados Unidos. Já no ano de 1650 as colônias da Nova Inglaterra alimentavam suas “irmãs mais velhas”, Virgínia e Barbados.¹⁶ Winthrop atribuiu o mérito à Providência,¹⁷ mas o mercantilismo tinha muito a ver com isso. “As colônias de Sua Majestade nestas partes”, escreveu o governador Willoughby de Barbados, em 1667, “não podem em tempo de paz prosperar, nem em tempo de guerra subsistir, sem uma relação com o povo da Nova Inglaterra”.¹⁸ Não somente alimento, mas também cavalos para fornecer a força motriz das moen-

das primitivas usadas na manufatura do açúcar, e madeira para construções, eram os artigos de maior procura nas ilhas. "Não há ilha que os britânicos possuam nas Índias Ocidentais", escreveu Samuel Vetch em 1708, "que seja capaz de subsistir sem a assistência do continente, pois para eles transportamos seu pão, bebida e todas as necessidades da vida humana, seu gado e cavalos para cultivarem suas plantações, madeira e aduelas de todas as espécies para fazerem seus cascos para seu rum, açúcar e melão, sem os quais eles não poderiam ter nenhum, navios para transportar seus artigos para os mercados europeus e mais ainda, em suma, as próprias casas que habitam são levadas para lá em armações, juntamente com as ripas que as cobrem, em tamanha quantidade que sua existência, muito mais do que seu bem-estar, depende quase inteiramente do continente".¹⁹ Os plantadores das Índias Ocidentais não nutriam ilusões sobre a importância das provisões e cavalos do continente. Os barbadianos, escreveu um agente comercial de Boston, em 1674, estão "inteiramente conscientes do grande prejuízo que terão se perderem o benefício daqueles dois produtos, que não são vendidos em nenhuma parte do mundo a não ser na Nova Inglaterra e Virgínia".²⁰

Isso era uma política deliberada, por parte dos estadistas na Inglaterra e dos plantadores nas colônias. Muitos dos artigos exportados pela Nova Inglaterra para as ilhas poderiam ter sido produzidos nas próprias ilhas. Mas, como um plantador jamaicano perguntou: "Se esta ilha fosse capaz de manter-se com alimento e outras necessidades, que seria do comércio da Nova Inglaterra?"²¹ A resposta é que sem as ilhas açucareiras as colônias do continente sofreriam um sério contratempo. Tornaram-se "a chave das Índias",²² sem a qual as ilhas teriam sido incapazes de alimentar-se a não ser por meio de um desvio da lucrativa terra produtora de cana-de-açúcar para cultivo de produtos alimentares, em detrimento não somente dos agricultores da Nova Inglaterra, mas também da frota mercante britânica, da refinação britânica de açúcar e da receita alfandegária, glória e grandeza da Inglaterra. Em 1698, o Parlamento rejeitou uma proposta para proibir a exportação de trigo, farinha de trigo, pão e bolacha da Inglaterra para as ilhas açucareiras. A proibição "pode

levar os habitantes de lá a plantar as suas próprias provisões, em vez de cana-de-açúcar, algodão, gengibre e anil, o que será grandemente prejudicial à Inglaterra, com respeito à sua navegação e riqueza".²³

As relações econômicas entre as ilhas e o continente eram reforçadas pelos contatos individuais. Os habitantes das Índias Ocidentais tinham propriedades no continente, os da América do Norte possuíam plantações, nas ilhas. A colonização do Sul partiu de Barbados. Os Middleton, Bull e Colleton da Carolina do Sul possuíam plantações em Jamaica e Barbados. Aaron Lopez, traficante de escravos que morava em Rhode Island, era proprietário de uma plantação de cana em Antígua. Alexander Hamilton nasceu em Nevis. Os Gedney Clarke, de Salem, são o exemplo notável do sucesso norte-americano nas ilhas. O pai possuía imensas plantações em Barbados e na Guiana. Seu filho tornou-se inspetor-geral da Alfândega em Barbados, membro da Assembléia Legislativa e subseqüentemente do Conselho. Os norte-americanos logo descobriram o valor do sol das Índias Ocidentais, os habitantes das Índias Ocidentais procuravam na América do Norte o restabelecimento da constituição alquebrada. "Eu aconselharia Adam Chart", escreveu um americano a amigos em Filadélfia, "a começar outra casa diretamente e chamá-la Barbados Hotel, hospedando, por sinal, o esgotado habitante das Índias Ocidentais, morrendo de hidropisia em consequência de vida intemperada". As herdeiras das Índias Ocidentais, diz-se, eram tão cobiçadas na América do Norte como eram na Inglaterra.²⁴

Em troca de suas provisões, os colonizadores do continente levavam açúcar, rum e melão das Índias Ocidentais, em tais quantidades que já em 1676 os negociantes ingleses reclamavam que a Nova Inglaterra estava tornando-se o grande empório da produção colonial.²⁵ Havia uma interdependência entre as duas unidades. A manutenção da harmonia exigia imperiosamente duas coisas: a produção de açúcar e melão das ilhas devia ser suficiente para satisfazer o consumo do continente; o consumo de artigos essenciais do continente pelas ilhas devia acompanhar a marcha da produção do continente.

Na realidade, isso seria difícil, devido ao tamanho relativo das duas áreas interdependentes. Mas o conflito

iminente poderia ter sido adiado de uma das duas maneiras seguintes, ou de ambas. Em primeiro lugar, o plantador britânico de cana-de-açúcar poderia ter ampliado seu cultivo. Mais terra requeria mais escravos, que produziram mais açúcar e precisariam de maiores suprimentos de alimento. A Jamaica poderia ter feito isso mais facilmente do que Barbados, que no século XVIII já estava sofrendo as consequências inevitáveis de mão-de-obra escrava e da rápida exaustão do solo. Havia terra nova em abundância na Jamaica. O segundo remédio era a aquisição de mais colônias açucareiras. Isso amenizaria, em parte, as queixas razoáveis do continente. Mas a essas soluções, as únicas possíveis sem recorrer à força, os plantadores britânicos de cana se opuseram decididamente. O cultivo de novas terras e a obtenção de mais colônias açucareiras significavam um suprimento maior de açúcar ao mercado britânico e uma conseqüente redução do preço. Os barbadianos tinham, muito cedo em sua história, olhado apreensivamente para a extensão das conquistas açucareiras britânicas. Opuseram-se à colonização britânica do Suriname (Guiana Holandesa);²⁶ não gostaram do escoamento de seus trabalhadores brancos para as ilhas de Sotavento e, quando solicitados pelo governador da Jamaica a contribuir para uma expedição a fim de reprimir a pirataria nas ilhas de Sotavento, responderam que não gastariam vinte xelins para salvar as ilhas de Sotavento e a Jamaica.²⁷ Em 1772, propôs-se no Parlamento que segurança adequada fosse oferecida aos estrangeiros dispostos a adiantar dinheiro para o desenvolvimento das ilhas açucareiras anexadas depois da Guerra dos Sete Anos. A proposta foi veementemente combatida, como uma "inovação impolítica", pelos plantadores das Índias Ocidentais.²⁸ Era a velha discórdia, no dizer do Professor Namier, entre os "plantadores saturados" e os "plantadores em formação".²⁹

As ilhas açucareiras estrangeiras também já estavam ilustrando a lei da produção escrava. Menos esgotadas do que as ilhas inglesas há muito colonizadas, o cultivo nas ilhas francesas era mais fácil e o custo da produção era menor. Já em 1663, apenas vinte anos depois do aparecimento da indústria açucareira, Barbados estava "decaindo rapidamente",³⁰ e as queixas sobre o esgotamento

do solo eram mais numerosas e lamentosas. Em 1717, Barbados, segundo uma representação à Junta de Comércio, precisava de cinco vezes o número de negros e muito mais cabeças de gado e cavalos do que as ilhas francesas para cultivar uma determinada área; um escravo na colônia francesa de São Domingos equivalia a quatro na Jamaica.³¹ Em 1737, o proprietário barbadiano de uma plantação de mil acres, que requeria um investimento de capital de 50.000 libras, estava obtendo um lucro de 2%, uma plantação semelhante nas ilhas francesas custava um sexto dessa quantia e dava um lucro de 18%.³² Há algum exagero nessas cifras, mas a superioridade fundamental do plantador francês de cana, em consequência de grandes tratos de solo fértil, não-esgotado, era notória. O açúcar francês estava invadindo os mercados europeus e sendo vendido pela metade do preço que era vendido na Inglaterra.³³ A aquisição dessas ilhas significaria o eclipse dos plantadores britânicos mais antigos. Estes, portanto, exigiam sua destruição, em lugar de sua aquisição. O governador da Jamaica escreveu em 1748 que, a não ser que a colônia francesa de São Domingos fosse destruída durante a guerra, ela arruinaria, no retorno da paz, as colônias açucareiras britânicas pela qualidade e barateza de sua produção.³⁴ Durante a Guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha tomou Cuba da Espanha e Guadalupe da França. Ambas as ilhas foram devolvidas a seus donos em 1763, a Grã-Bretanha ficando em troca com a Flórida e o Canadá.

Justificar essa decisão à luz da importância das diferentes áreas hoje é inteiramente fora de propósito. Cuba ainda era um patinho feio em 1763, mas qualquer bobo poderia ter imaginado que belo cisne finalmente acabaria sendo. Não havia desculpa quanto ao que concernia a Guadalupe. Os "poucos hectares de neve", como Voltaire ironicamente descrevia o Canadá, só podiam vangloriar-se de peles de animais; Guadalupe tinha açúcar. "O que alguns chapéus significam", perguntava um astuto anônimo em 1763, "em comparação com esse artigo de luxo, o açúcar?" Ele acentuava, também, que a maneira de manter a América do Norte dependente era deixar os franceses no Canadá.³⁵

É inconcebível que o ministério britânico da época ignorasse o que era do conhecimento público na Inglaterra.

terra, França e América. Entre 1759 e 1762, as importações britânicas de Quebec totalizaram 48.000 libras; as exportações para Quebec, 426.400 libras. As importações britânicas de Guadalupe atingiram 2.004.933 libras entre 1759 e 1765; as exportações para Guadalupe, 475.237 libras. As importações britânicas de Havana foram de 263.084 libras entre 1762 e 1766; as exportações para Havana, 123.421 libras. Comparemos Canadá e Flórida com Granada e Dominica, duas das conquistas das Índias Ocidentais que foram mantidas em 1763. Até 1773, as importações britânicas de Granada equivaleram a oito vezes as importações do Canadá; as exportações britânicas para o Canadá foram o dobro das exportações para Granada. As importações de Dominica foram mais de dezoito vezes as importações da Flórida; as exportações para Dominica foram apenas um sétimo menos do que as exportações para a Flórida.³⁶ Evidentemente, o Canadá e a Flórida foram mantidos não porque eram mais valiosos do que Cuba ou Guadalupe, mas precisamente porque eram menos valiosos.

Assim o tratado de paz de 1763 simplesmente não tem sentido a menos que seja considerado como outra vitória para o poderoso interesse das Índias Ocidentais. Demonstrou finalmente ser uma vitória de Pirro, mas em 1763 foi, não obstante, uma vitória. Os dois defensores mais ardorosos da devolução de Guadalupe eram dois plantadores das Índias Ocidentais, Beckford e Fuller,³⁷ e a influência de Beckford junto a Chatham era notória. "Assim, Guadalupe, uma das maiores aquisições que a Grã-Bretanha já fez, adquire muitos inimigos poderosos, em virtude de pontos de vista privados, e nada tem a alegar a não ser a sua utilidade pública, uma vantagem freqüentemente considerada um oponente muito fraco para o interesse privado de alguns."³⁸ [Os plantadores das Índias Ocidentais tinham dois objetivos em vista. Queriam impedir os franceses de tornar o Canadá uma América do Norte, uma fonte de suprimentos para suas colônias açucareiras — um medo infundado, como o plantador de cana britânico compreendeu depois de 1783 quando o Canadá demonstrou ser um substituto impróprio das colônias do Norte perdidas; e, mais importante, estavam determinados a manter um temido competidor fora do mercado de açúcar britânico.] Assim Chatham conquistou nas ilhas

para anexar ao continente, conquistou açúcar para anexar peles de animais. A questão provocou grande controvérsia na Inglaterra e Chatham certa vez perguntou se devia ser enforcado por devolver o Canadá ou por devolver Guadalupe.³⁹ Se havia algum enforcamento a ser feito, Beckford tinha a melhor razão.

Tudo se reduzia a isso — o império todo devia ser intimidado a pagar tributo aos plantadores de cana e aceitar o açúcar a um preço de monopólio porque era um cultivo britânico. Os colonizadores do continente recorreram naturalmente, e talvez impatrioticamente, às colônias açucareiras estrangeiras. "Esquecendo todos os laços de dever a Sua Majestade", assim rezava uma petição de negociantes de Londres em 1750, "o interesse da mãe-pátria e a reverência devida a suas leis",⁴⁰ os colonizadores do continente só viam que o aumento de comércio era exigido pelo aumento de sua produção. Se eles não podiam comerciar com as colônias açucareiras estrangeiras tornadas britânicas, comerciariam com as colônias fora da estrutura imperial — mesmo em tempo de guerra. A existência deles estava em jogo. A luta decisiva entre as ilhas e o continente começara e daí em diante o pessoal das Índias Ocidentais e o da América do Norte estaria sempre se "conflitando".⁴¹

Naturalmente o colonizador do continente não boicotava as ilhas açucareiras britânicas. Seria prejudicar a si mesmo para vingar-se do plantador de cana. Em vez disso, o continente continuou a abastecer as ilhas inglesas. Mas, em troca, insistiam no pagamento à vista, o que drenava as ilhas de espécie e erguia o espectro da inflação. Em 1753, o valor total do comércio entre as colônias do Norte e a Jamaica era estimado em 75.000 libras. Os colonizadores do Norte levaram em troca produtos no valor de 25.000 libras; o resto foi pago em dinheiro.⁴² Com o dinheiro, eles foram às ilhas francesas onde compraram açúcar a preços mais baratos e o melão que o plantador francês não tinha permissão para destilar em rum porque iria competir com os conhaques franceses. Os plantadores de cana britânicos perderam um mercado para seu açúcar e rum. Seus competidores franceses roubaram-lhes esse mercado, enquanto além disso recebiam os suprimentos de que necessitavam para capacitá-los a competir em condições mais vantajosas com os ingleses.

comércio triangular
das Índias Ocidentais:
a) açúcar completo do

Esse complicado comércio triangular das colônias do continente era uma violação completa do esquema imperial britânico. Os plantadores de cana achavam-na condenável. A menor ilha açucareira, no ponto de vista deles, era dez vezes mais valiosa para a Inglaterra do que a Nova Inglaterra.⁴³ Era uma disputa, argumentavam eles, não entre uma colônia e outra, mas entre a Inglaterra e a França, pelo controle do comércio do açúcar.⁴⁴

Os mercantilistas ortodoxos endossavam essa opinião. O Governo francês, alegava-se, não somente era conivente no gesto, mas também o incentivava, a fim de deprimir as colônias açucareiras britânicas.⁴⁵ Postlethwayt chamou-o de comércio licencioso e pernicioso, vendo prontamente que isso "contribuía imensamente para afrouxar a dependência de nossas colônias com respeito à mãe-pátria e produzira tal ligação de interesses entre elas e as da França, como tendera a aliená-las da Grã-Bretanha e a tornar bem diferente para elas que estivessem sob um Governo francês ou inglês".⁴⁶ Chatham repetiu Postlethwayt. Era "um comércio ilegal e muito pernicioso... práticas odiosas, extremamente subversivas de todas as leis e altamente repugnantes ao bem-estar deste reino".⁴⁷ Não está claro, porém, por que esse comércio americano foi escolhido para ser condenado. Não era diferente do comércio realizado pela Jamaica com as colônias espanholas, pelo qual muito açúcar colonial espanhol entrava clandestinamente na Inglaterra como produto colonial inglês. A política norte-americana dos colonos de fornecer provisões aos plantadores franceses não era pelo menos mais censurável do que a política britânica de fornecer-lhes escravos.

Os colonizadores do continente replicaram que "o único grande fim sempre visado pelos plantadores de cana, (era) que podiam elevar quaisquer preços que achassem conveniente cobrar de seus co-súditos, mais especialmente os da América do Norte, pelas coisas necessárias à vida".⁴⁸ Era um absurdo que os plantadores tentassem manter os preços de monopólio na Inglaterra quando as leis da oferta e da procura estavam atuando em toda a Europa para reduzir o preço do açúcar como reação a um aumento da oferta; seria sensato que eles "rezassem por uma lei do Parlamento que os capacitasse a lavar seus negros tor-

nando-os brancos".⁴⁹ Esses "indivíduos desproporcionais das Índias Ocidentais",⁵⁰ que estavam alegando dificuldades e apelando para a clemência do Parlamento, não eram pobres nem indigentes. Eram plantadores ricos que queriam rodar em suas luxuosas carruagens de ouro pelas ruas de Londres à custa dos norte-americanos.⁵¹ "Que diríamos de um homem que pedisse a nossa caridade vestido num paletó bordado?"⁵² Se os interesses das colônias do continente como também os dos consumidores ingleses tivessem de ser sacrificados em benefício de um punhado de mimados magnatas do açúcar da minúscula Barbados, então seria melhor que essa ilha afundasse no mar.⁵³ "Parece-me", escreveu John Dickinson, "não haver paradoxo em dizer que o público seria um ganhador tão grande, se as propriedades aqui (nas Índias Ocidentais) fossem tão moderadas que nem uma décima parte dos cavalheiros das Índias Ocidentais que agora ocupam cadeiras na Câmara dos Comuns pudesse obter essa honra freqüentemente dispendiosa".⁵⁴ A Pensilvânia apresentou um argumento curioso: as ilhas eram menos úteis à Inglaterra do que o continente; seus escravos andavam nus, tinham poucos residentes brancos, o grande calor de seu clima destruía um bom número de marinheiros britânicos úteis.⁵⁵ As exportações inglesas, especialmente as de lã, sofreriam consideravelmente se as colônias do Norte fossem prejudicadas.⁵⁶ As Índias Ocidentais Britânicas não podiam consumir toda a produção da Nova Inglaterra, nem fornecer suprimentos de melaço a preços suficientemente baixos para as colônias do Norte. Era uma atitude de espírito de porco "impedir que seus co-súditos recebessem de outros o que eles próprios não fornecem".⁵⁷ Em (1763) toda a importação, com exceção de 3%, de melaço de Massachusetts vinha das Índias Ocidentais Francesas; as Índias Ocidentais Britânicas mal forneciam um décimo da importação de Rhode Island e Massachusetts. O negócio de destilação ocupava um lugar importante na economia colonial. Massachusetts tinha sessenta destilarias em 1763, Rhode Island trinta. Além disso, somente por meio desse comércio com as Índias Ocidentais Francesas era que Rhode Island podia fazer remessas para a Inglaterra de 40.000 libras por ano. "Sem esse comércio", protestava a colônia, "seria, e sempre será, inteiramente impossível que

os habitantes desta colônia se sustentem, ou paguem uma quantidade considerável de artigos britânicos.”⁵⁸ Quanto mais comércio tivessem com as colônias estrangeiras, alegou Colden, tanto maior seria seu consumo das manufaturas britânicas.⁵⁹

Se algum argumento podia amolecer o coração do mercantilista, era esse. Foi a alegação de um importante mercantilista, William Wood. Escrevendo ainda em 1718, ele estava disposto a permitir o comércio entre o continente e as plantações estrangeiras nas Índias Ocidentais. Argumentou que, por meio desse comércio, as manufaturas inglesas seriam introduzidas clandestinamente nas ilhas francesas; em troca, os norte-americanos não poderiam obter ouro nem prata, mas obteriam o que era exatamente tão valioso, os produtos desses países. “Isso talvez não agrade aos nossos plantadores; mas, se eles não admitirem que seja de seu interesse em particular, tenho certeza de que não podem contestar que seja do interesse da Grã-Bretanha em geral. Pois por esse meio faremos que as colônias e plantações estrangeiras sejam, com efeito, as colônias e plantações da Grã-Bretanha.” O comércio aumentaria a frota mercante e a marujada; aumentaria o suprimento da produção colonial para ser reexportado pela Inglaterra. Uma condição apenas deve ser respeitada: em troca de seus suprimentos, os americanos não devem adquirir manufaturas estrangeiras.⁶⁰

Isso era um argumento curioso para um mercantilista e antecipava a política do século XIX em muitos aspectos. Contrariaria os plantadores de cana-de-açúcar, mas conservaria a lealdade do continente. Mas era uma heresia rematada contra a fé mercantilista. Os amigos do continente pediram então cautela. Não deviam, disse Oglethorpe, “instigar ou levantar uma colônia para a destruição ou detrimento de outra”.⁶¹ Se o auxílio ou estímulo solicitado pelos plantadores parecia ser um dano para o império em geral, ou se parecia que faria mais mal a outras partes do império do que bem às Índias Ocidentais, o auxílio devia ser recusado.⁶² Sir John Barnard advertiu que nem todo o exército de funcionários do imposto de consumo poderia evitar o contrabando de uma mercadoria essencial à prosperidade do continente.⁶³ Heathcote pon-

derou que proibir aquele comércio seria estimular os franceses a desenvolver o Canadá.⁶⁴

O Parlamento manteve-se leal ao Rei Açúcar e ao interesse das Índias Ocidentais. “Foi estabelecido como fundamental que as ilhas eram as únicas colônias úteis que tínhamos e que o continente era antes uma amolação.”⁶⁵ A Lei do Melão de 1733 foi um triunfo para os plantadores de cana. Proibia as exportações americanas para as ilhas estrangeiras e impunha tarifas elevadas à entrada do açúcar e melão estrangeiros. Foi, escreveu Pitman, “um desafio ao progresso futuro de toda a região desde Portland a Baltimore”.⁶⁶

Era uma coisa, porém, aprovar a Lei, outra coisa pô-la em execução. Como alardeava James Otis, nem mesmo o Rei da Inglaterra, acampado no “terreno comum” de Boston à frente de 20.000 homens, poderia impor a obediência àquela Lei.⁶⁷ O desrespeito às leis fora elevado à virtude cardeal da prática econômica americana, os funcionários aduaneiros executavam a tarefa lucrativa de fechar os olhos, ou pelo menos de não abri-los mais do que lhes exigisse o seu interesse particular. Como dizia a petição da Pensilvânia de 1751: “toda comunidade pode permitir-se alguns maus elementos”.⁶⁸ A Lei de Tarifas do Açúcar de 1764 repetia as determinações da medida legislativa anterior; para desencorajar o contrabando, porém, as tarifas baixavam, mas tinham de ser cobradas. A lei causou, no dizer do governador Bernard, um sobressalto maior na América do que causaria a tomada do Forte William Henry, em 1757,⁶⁹ e frisou que era um golpe maior à consciência colonial revoltada do que a Lei do Selo.* Os norte-americanos começaram a irritar-se com a inconveniência de serem súditos britânicos. A tentativa de pôr a Lei em vigor e reprimir o contrabando levou diretamente à Revolução Americana. Era isso que John Adams tinha em mente quando declarou que não sabia por que os americanos “deviam envergonhar-se de confessar que o melão foi um ingrediente essencial na independência americana”.⁷⁰

* Stamp Act (Lei do Selo), lei do Parlamento britânico exigindo que as colônias americanas apusessem um selo, de valor variável, aos livros e documentos. Aprovada em 1765, foi revogada no ano seguinte. (N. do T.)

Quando, no decurso dos acontecimentos humanos, torna-se necessário que um povo dissolva os vínculos políticos que o ligam a outro..." Jefferson escreveu aqui apenas uma parte da verdade. Eram econômicos, não políticos, os vínculos que estavam sendo dissolvidos. Uma nova era começara. O ano de 1776 distinguiu-se pela Declaração da Independência e pela publicação da *Riqueza das Nações*. Longe de acentuar o valor das ilhas açucareiras, a independência americana assinalou o início do declínio ininterrupto daquelas ilhas, sendo voz corrente na época que o ministério britânico perdera não somente treze colônias, mas também oito ilhas.

A independência americana destruiu o sistema mercantil e desacreditou o antigo regime. Coincidindo com as etapas iniciais da Revolução Industrial, ela estimulou aquele crescente sentimento de repulsa ao sistema colonial que Adam Smith expressava, que se elevou a um verdadeiro crescendo de denúncia no auge da era do livre-câmbio. Educado na mesma escola que Adam Smith, Arthur Young, o preconizador da revolução agrícola na Inglaterra, extraiu importantes lições da revolta americana e chamou as colônias de coisas incômodas. "Essa grande lição da política moderna", escreveu ele com aspereza, "a independência da América do Norte, devia ampliar o horizonte de nossa política comercial." Não que as ilhas açucareiras não fossem de importância; "foram tornadas nocivamente de grande relevo: mas não têm a importância que seus defensores falsamente alegam".⁷¹

Os plantadores de cana estavam plenamente conscientes das implicações da secessão americana. A Lei do Selo era tão impopular com os negociantes das ilhas como era no continente; os selos eram queimados publicamente ao acompanhamento de gritos de liberdade.⁷² "Só Deus sabe", escreveu Pinney, de Nevis, assim que as hostilidades irromperam, "o que será de nós. Devemos morrer de fome ou ficar arruinados."⁷³ Foi pior. Aconteceram as duas coisas. Quinze mil escravos morreram de fome na Jamaica, somente entre 1780 e 1787,⁷⁴ e a independência americana foi a primeira etapa do declínio das colônias açucareiras.

Depois que a independência das colônias do conti-

nente foi reconhecida, o interesse econômico dos plantadores de cana levou-os a fazer a sugestão revolucionária de que a Lei de Navegação "deve adaptar-se a toda alteração material de circunstâncias ou seus dispositivos não serão mais cabíveis ou salutares".⁷⁵ Os americanos estavam igualmente cônscios dessa interdependência. "O comércio das ilhas das Índias Ocidentais", escreveu Adams, "faz parte do sistema de comércio americano. Eles não podem passar sem nós, nem nós sem eles. O Criador nos colocou no globo numa situação tal que temos necessidade uns dos outros".⁷⁶ Na Inglaterra, Adam Smith e William Pitt apelavam em vão para que se permitisse que as antigas relações econômicas continuassem. Mas, como Chalmers afirmou, uma comunidade de 72.000 senhores e 400.000 escravos era muito insignificante para permitir o sacrifício dos interesses ingleses essenciais.⁷⁷ "A Lei de Navegação", escreveu Lorde Sheffield, "a base de nosso grande poder no mar, deu-nos o comércio do mundo. Se alterarmos essa Lei, permitindo que qualquer Estado comercie com nossas ilhas... estaremos abandonando a Lei de Navegação e sacrificando a marinha da Inglaterra".⁷⁸ A opinião de Lorde North representava a quinta-essência do imperialismo britânico: "Os americanos se recusaram a comerciar com a Grã-Bretanha, foi apenas justo que não tivessem permissão para comerciar com qualquer outra nação."⁷⁹

Os americanos se tornaram estrangeiros, sujeitos a todos os dispositivos das Leis de Navegação, e as ilhas foram desviadas de seu mercado natural, de acordo com a situação histórica mundial daquela época. A Nova Escócia seria transformada noutra Nova Inglaterra. Mas a Nova Escócia não podia ser construída da noite para o dia e nada podia compensar a perda da América. A necessidade dos produtos americanos não diminuía com a independência, apenas o fornecimento é que se tornara mais difícil. As ilhas das Índias Ocidentais solicitavam a criação de portos livres,⁸⁰ os suprimentos americanos continuavam a penetrar nas ilhas britânicas por rotas tortuosas que resultavam simplesmente no aumento dos preços para o plantador britânico, enquanto em tempo de guerra sérias atenuações da proibição do comércio americano tinham de ser permitidas para aliviar as dificuldades e

apertos das ilhas. Em 1796, as exportações americanas para as Índias Ocidentais foram três vezes a cifra referente a 1793; as exportações britânicas declinaram em cinquenta por cento.⁸¹ Em 1801, as exportações americanas para as Índias Ocidentais foram quase cinco vezes o que haviam sido em 1792. Cinco sextos das exportações em 1819 vieram através do Canadá e das ilhas suecas e dinamarquesas.⁸²

Impedidos de comerciar com as Índias Ocidentais Britânicas, os americanos voltaram-se cada vez mais para as ilhas estrangeiras; a deflagração da guerra entre a Inglaterra e a França e a destruição da marinha de guerra e mercante francesas tornaram os Estados Unidos o grande transportador da produção francesa e espanhola. O transporte americano da produção das demais colônias das Índias Ocidentais para a Europa aumentou de menos de um milhão de libras de café e 75.000 libras de açúcar, em 1791, para 47.000.000 de libras de café e 145.000.000 de libras de açúcar, em 1806.⁸³ Apesar das guerras, no fim do século XVIII a produção das plantações estrangeiras continuava a competir com a produção britânica nos mercados da Europa.

Mas o maior desastre para os plantadores britânicos de cana foi que a revolta da América os deixou frente a frente com seus competidores franceses. A superioridade das colônias açucareiras francesas era para os plantadores britânicos o principal dentre os inúmeros males que escaparam da caixa de Pandora que era a Revolução Americana. Entre 1783 e 1789, o progresso das ilhas açucareiras francesas, de São Domingos especialmente, foi o fenômeno mais espantoso do desenvolvimento colonial. A fertilidade do solo das colônias francesas foi decisiva. O açúcar francês custava um quinto menos do que o britânico, a produção média em São Domingos e na Jamaica era de cinco para um.⁸⁴ Durante os anos de 1771 a 1781, as plantações da família Long na Jamaica obtiveram em média o lucro de 9,5%, o lucro em 1774 tendo sido tão elevado quanto 16%.⁸⁵ Em 1788, o lucro líquido na Jamaica foi de 4%, em comparação com a média de 8 a 12% em São Domingos.⁸⁶ Em 1775, a Jamaica tinha 775 plantações; em 1791, de cada cem, vinte e três tinham sido vendidas por dívida, doze estavam nas mãos dos síndicos de massa

falida, enquanto sete haviam sido abandonadas;⁸⁷ e os plantadores das Índias Ocidentais, endividados na soma enorme de vinte milhões, podiam ser desafiados "sob qualquer princípio para provarem que qualquer sistema novo os envolveria tão profundamente quanto aquele no qual se achavam até agora".⁸⁸ As exportações de São Domingos, em 1788, foram o dobro das da Jamaica; em 1789, foram avaliadas como sendo acima de um terço a mais do que as exportações de todas as Índias Ocidentais Britânicas reunidas. No período de dez anos antes de 1789, a população negra e a produção total de São Domingos quase duplicaram.⁸⁹ Todas as colônias açucareiras inglesas, jactou-se Hilliard d'Auberteuil, não se igualavam a São Domingos francesa;⁹⁰ e os plantadores britânicos admitiram que não podiam mais continuar a "manter no mercado europeu aquela ascendência que, agora receamos, está irreparavelmente perdida para a Grã-Bretanha".⁹¹ As exportações coloniais francesas, mais de oito milhões de libras, e as importações, mais de quatro milhões, empregaram 164.000 toneladas de navios e 33.000 marinheiros; as exportações coloniais britânicas, cinco milhões de libras, e as importações, menos de dois milhões, empregaram 148.000 toneladas de navios e 14.000 marujos.⁹² Em todos os aspectos, as colônias açucareiras se tinham tornado imensamente mais importantes para a França do que eram para a Inglaterra.

As Antilhas deixaram de ser um lago britânico quando as colônias americanas conquistaram sua independência. O centro de gravidade do Império Britânico deslocou-se do mar das Antilhas para o oceano Índico, das Índias Ocidentais para a Índia. Em 1783, ano momentoso, o Primeiro-Ministro Pitt começou a tomar um interesse anormalmente grande pelos domínios britânicos no Oriente.⁹³ Em 1787, Wilberforce foi instigado por Pitt a patrocinar a proposta para a abolição do tráfico de escravos.⁹⁴ No mesmo ano, a Companhia das Índias Orientais voltou sua atenção para o cultivo da cana da Índia,⁹⁵ e em 1789 um comitê da companhia recomendou formalmente seu cultivo à diretoria da empresa.⁹⁶

Antes de 1783, o Governo britânico estava uniformemente coerente em sua política para com o tráfico de escravos. O desligamento das treze colônias diminuiu

Indp. das EUA (1783) levou à fácil a abolição do tráfico de escravos ingleses;

consideravelmente o número de escravos no império e tornou a abolição mais fácil do que seria se as treze colônias fossem inglesas quando o descaroçador de algodão ressuscitou uma economia escrava moribunda no Sul. "Enquanto a América fosse nossa", escreveu Clarkson em 1788, "não havia possibilidade de que um ministro sacerdote atendesse aos lamentos dos filhos e filhas da África, por mais que sentisse o sofrimento deles. Do mesmo lugar, que foi outrora o meio de criar um obstáculo insuperável para o alívio dessa gente infeliz, nossa afeição, por uma maravilhosa concatenação de acontecimentos, foi tirada e uma perspectiva apresentada diante de nós, o que mostra ser uma política para remover sua dor."⁹⁷

O antigo sistema colonial se baseava na idéia de que, sem o monopólio do mercado colonial, as manufaturas britânicas não seriam vendidas. O outro aspecto do quadro monopolista, o monopólio colonial do mercado interno, baseava-se na mesma pressuposição. O antigo sistema colonial, noutras palavras, era uma negação do princípio de que o comércio encontrará suas saídas naturais. A independência americana desmentiu essas falácias. Em julho de 1783, uma Ordem do Conselho* decretava o livre-câmbio entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. As importações britânicas das ex-colônias aumentaram 50% entre 1784 e 1790; quando a invenção do descaroçador de algodão entrou em cena, as importações britânicas aumentaram de nove milhões de dólares, em 1792, para quase 31 milhões, em 1801.⁹⁸ "O comércio entre a mãe-pátria e a colônia", como afirmou Merivale em 1831, "era apenas um tráfico insignificante, em comparação com aquele enorme intercâmbio internacional, o maior que o mundo já conhecera, que se estabeleceu entre elas quando trocaram o vínculo da sujeição pelo da igualdade."⁹⁹ Esses fatos impressionaram a classe capitalista, que estava começando a encarar o império do ponto de vista de lucro e perda, e contribuíram para o sucesso do livro de Adam Smith em minar a filosofia mercantilista. Em 1825, Huskisson, o

* *Order in council* ("ordem em conselho"), ordem do Rei (ou Rainha) emitida juntamente e por sugestão do conselho privado. Geralmente só tem força de lei quando sancionada pelo Parlamento. (N. do T.)

primeiro dos livre-cambistas, perguntava sarcasticamente "se o afastamento dos Estados Unidos do Império Britânico, visto como uma simples questão de comércio, tinha causado dano a este país. Se a emancipação dos americanos da servidão comercial do sistema colonial tinha sido realmente prejudicial ao comércio e indústria da Grã-Bretanha... Não há nenhuma advertência útil a tirar desse exemplo?"¹⁰⁰ Havia, mas Rip van Winkle,* narcotizado pela poção do mercantilismo, dormira durante cem anos em sua plantação de cana-de-açúcar.

* Rip van Winkle, personagem e título de um conto do *Sketch Book*, de Washington Irving; trata-se de um colono holandês nos Estados Unidos que, ao ir caçar nas montanhas, cai num sono que dura vinte anos e, quando acorda, encontra tudo mudado, ninguém mais se lembrando dele. (N. do T.)

O DESENVOLVIMENTO
DO CAPITALISMO BRITÂNICO
1783-1833

Longe de ser um desastre nacional, como era geralmente considerada na Inglaterra e no mundo na época, a independência americana na realidade assinalou o fim de uma era antiquada e o aparecimento de uma nova. Nessa nova era não havia lugar para o monopólio das Índias Ocidentais. Devemos agora traçar a expansão das forças produtivas na Inglaterra, estimuladas e tornadas maduras pelo sistema colonial, e ver como esse sistema colonial na nova era atuou como um freio que teve de ser removido.

Em junho de 1783, o Primeiro-Ministro, Lorde North, elogiou os quacres adversários do tráfico de escravos por sua humanidade, mas deplorou que a abolição desse tráfico fosse uma impossibilidade, já que o comércio se tornara necessário para quase todas as nações da Europa.¹ Os traficantes de escravos e os plantadores de cana esfregaram as mãos de alegria. As colônias das Índias Ocidentais ainda eram os encantos do império, as jóias mais preciosas do diadema britânico.

Mas os estrondos da tempestade inevitável ainda eram audíveis para aqueles que tinham ouvidos para ouvir. O ano de Yorktown era o ano da segunda patente de Watt, aquela do movimento rotativo que convertia a máquina a vapor numa fonte de força motriz e tornava a Inglaterra industrial, no dizer de Matthew Boulton, "louca pela fábrica a vapor".² A vitória de Rodney sobre os franceses, que salvou as colônias açucareiras, coincidiu com a utilização por Watt da força expansiva do vapor para obter o curso duplo para seus pistões. O tratado de paz de

1783 estava sendo assinado enquanto Henry Cort trabalhava em seu processo de pudelagem que revolucionou a indústria do ferro. O palco estava montado para aquele desenvolvimento gigantesco do capitalismo britânico que abalou a estrutura política do país em 1832 e, por conseguinte, tornou possível o ataque ao monopólio em geral e ao monopólio das Índias Ocidentais em particular.

Em 1833, nem uma só indústria britânica alcançara uma revolução técnica completa; os tipos antigos de organização subsistiam em toda parte e não simplesmente como fósseis ou curiosidades. A lã ainda era dada fora para ser fiada, o fio para ser tecido, a haste de ferro para ser tornada pregos, o couro para ser devolvido como sapatos. Os teares eram geralmente trabalhados à mão, as máquinas de fiar de madeira existiam aos montes e a palavra *spinster* se referia a uma categoria baseada na produção, isto é, significava "fiandeira", e ainda não tinha ligação com o matrimônio, como acontece hoje que significa "solteirona".³

Mas se a produção doméstica ainda subsistia, deixara de ser típica. A fase inicial da Revolução Industrial estava ligada à força hidráulica; a seguinte, à força do vapor. A aplicação do vapor foi, porém, um processo gradual. No início do século XIX, seu uso na indústria não era universal nem difundido. O número total de máquinas existentes no Reino Unido era de 321, o cavalo-vapor total elevava-se a 5.210.⁴ De acordo com Clapham, que escreveu em fins da década de 1920, o cavalo-vapor total de Glasgow e de Clyde em 1831 impulsionaria um cruzador moderno.⁵ Mas, no dizer de Mantoux, "havia mais diferença entre uma máquina de fiar e uma oficina doméstica como existiam lado a lado, entre 1780 e 1800, do que entre uma fábrica daquela época e uma moderna".⁶

A indústria algodoeira era a indústria capitalista por excelência. Um cálculo em 1835 deu uma cifra média de mão-de-obra utilizada de 175 para todas as fábricas de algodão, 125 para as de seda, 93 para as de linho, 44 para as de lã. O tamanho da fábrica de algodão média era algo sem precedente na história econômica britânica. Quarenta e três fábricas importantes em Manchester ti-

nham uma força média de trabalho de 300 em 1815; em 1832, a cifra subira para 401.⁷ A primeira máquina de fiar a vapor foi instalada na Inglaterra em 1785, e em Manchester em 1789. Entre 1785 e 1800, 82 máquinas a vapor foram construídas para fábricas de algodão, 55 delas somente em Lancashire.⁸ A primeira fábrica de teares a vapor foi erguida em Manchester em 1806. Em 1835, havia 116.800 teares mecânicos em toda a Grã-Bretanha, todos, com exceção de 6%, na indústria algodoeira.⁹

Em 1785, as exportações das manufaturas britânicas de algodão ultrapassaram em um milhão de libras, em valor;¹⁰ em 1830 foram de 31 milhões.¹¹ O pano estampado na Grã-Bretanha aumentou de 20 milhões de jardas, em 1796, para 347 milhões, em 1830.¹² A população empregada pela indústria elevou-se de 350.000, em 1788,¹³ para 800.000, em 1806.¹⁴ Havia 66 fábricas de algodão em Manchester e Salford em 1820, 96 em 1832.¹⁵ O algodão estava "produzindo homens como cogumelos".¹⁶ Oldham, em 1760, era uma aldeia de 400 habitantes; em 1801, tinha 20.000. Em 1753, Bolton tinha uma só rua, escabrosa, mal calçada; em 1801, a população era 17.000.¹⁷ A população de Manchester aumentou seis vezes entre 1773 e 1824.¹⁸ Os tecelões e manufatores de algodão, não-representados na proclamação das profissões, em 1763, por ocasião da coroação de Jorge III, foram a característica mais notável da proclamação da coroação de Jorge IV, em 1820.¹⁹ Num sentido mais amplo, foi a coroação do Rei Algodão.

O capitalista de Manchester, de sua montanha, como Moisés em Fasga, contemplava a Terra Prometida. As importações britânicas de algodão subiram de 11 milhões de libras, em 1784,²⁰ para 283 milhões, em 1832.²¹ O Novo Mundo, graças a Eli Whitney, veio, não pela última vez, em socorro do Velho. Os Estados Unidos forneceram menos de uma centésima parte das importações britânicas de algodão nos anos de 1786 a 1790, três quartos nos anos de 1826 a 1830, quatro quintos de 1846 a 1850. O plantador das Índias Ocidentais Britânicas, fiel a seu primeiro amor, o açúcar, não podia acompanhar o passo das necessidades de Manchester. As ilhas açucareiras forneceram sete décimos das importações britânicas de algodão entre 1786 e 1790, um quinquagésimo entre 1826 e 1830, menos de uma centésima parte entre 1846 e 1850.²² As Índias Ocidentais

em algodão
Manchester
de Manchester
enviaram
em sua
tinham erguido Manchester no século XVIII. Mas haviam-se tornado um ponto minúsculo no horizonte ilimitado de Manchester no ano em que seus magnatas adventícios enviaram seus primeiros representantes a Westminster, e isso estava cheio de presságio para aqueles que persistiam em sua ilusão de que os laços do império, como os do matrimônio, eram indissolúveis.

Menos espetacular, talvez, mas não menos significativo, foi o progresso obtido nas indústrias metalúrgicas, sem o qual o reino da maquinaria teria sido impossível. A produção de ferro gusa da Grã-Bretanha aumentou dez vezes entre 1788 e 1830.²³ Havia três vezes mais fornos em funcionamento em 1830 do que em 1788.²⁴ O ferro enviado através dos canais de Glamorganshire e de Monmouthshire aumentou duas vezes e meia entre os anos de 1820 e 1833; de Cyfartha, a exportação duplicou; de Dowlais, triplicou durante o mesmo período.²⁵ Em 1800, a proporção da fabricação nacional em relação à importação estrangeira era de quatro para um; em 1828, de cinquenta para um.²⁶ "A Grã-Bretanha depois de Waterloo", escreve Clapham, "retinha o ferro como uma forja".²⁷

A fundição do ferro exigia carvão. As minas de carvão de Northumberland e Durham quase duplicaram em número, entre 1800 e 1836; a produção aumentou de seis milhões de toneladas, em 1780, para trinta milhões, em 1836.²⁸ Uma grande economia ocorreu quando, em 1829, a invenção do jato quente na fundição do ferro reduziu o combustível de carvão necessário em mais de dois terços.²⁹

O ferro começou a ser empregado numa variedade de novos usos — colunas, trilhos, canos de gás e de água, pontes, navios. Wilkinson construiu um "templo de ferro fundido" para os metodistas, em Bradley,³⁰ e Londres experimentou inclusive a pavimentação de ferro. Mas a maior vitória foi na construção de máquinas. As primitivas máquinas de tecido eram feitas de madeira, pelos próprios fabricantes ou por encomenda deles. A década de 1820 viu o aparecimento do fornecedor profissional de máquinas, feitas com o auxílio de outras máquinas, e o começo da fabricação de peças permutáveis, o que foi facilitado pela invenção das novas ferramentas e a descoberta da técnica

de cortar parafusos com precisão. Em 1834, a firma de William Fairbairn oferecia-se para produzir uma fábrica equipada, por qualquer preço e para qualquer negócio, lugar ou força motriz.³¹

montagem
de
indústria
de algodão
em
de
de
Em 1832, o fabricante de ferro, como capitalista e empresário, situava-se em geral no mesmo nível que o fabricante de tecidos de algodão.³² No Parlamento Reformado, não somente o algodão, mas o ferro também, estava prestes a abandonar o monopólio como um processo já ultrapassado. As exportações de ferro em barras mais do que duplicaram entre 1815 e 1833 e, em 1825, a Grã-Bretanha permitiu — o que resultou ser uma decisão fatal — um abrandamento da proibição à exportação de máquinas. Os trilhos britânicos cobriram as ferrovias da França e dos Estados Unidos. As colônias açucareiras adquiriram um décimo das exportações de ferro britânicas em 1815, um trinta e três avos em 1833; os Estados Unidos um quarto em 1815, um terço em 1833.³³ Os plantadores de cana, que durante tanto tempo haviam gozado o direito incontestável a uma cadeira de camarote, agora mal podiam encontrar um lugar em pé.

"Em minha humilde opinião", escreveu um fabricante em 1804, "o comércio da lã não pode seguir de perto os passos do comércio do algodão".³⁴ A imitação, porém, foi lenta, e a persistência das formas antigas foi mais pronunciada na indústria da lã. A lançadeira volante não entrou em uso geral no West Riding senão em 1800, sendo que a tecelagem mecânica continuou em fase experimental até 1830. O tecelão doméstico ainda era um elemento poderoso na produção de lã, e ainda em 1856 somente metade do número de pessoas que se dedicavam a essa indústria trabalhava em fábricas. A fábrica de lã ou estambre em 1835 continha em geral, como já vimos, apenas um quarto do número de trabalhadores das fábricas de algodão.³⁵

Em 1817, a produção de artigos de lã no West Riding, o principal centro dessa indústria, era seis vezes a cifra correspondente a 1738.³⁶ Em 1800, as importações de lã eram de 4.000 toneladas; no fim da década de 1830, eram cinco vezes mais.³⁷ O valor dos tecidos de lã exportados

subiu de quatro milhões de libras, em 1772, para sete milhões, em 1801. Em 1802, pela primeira vez, foram suplantados pelas exportações de manufatura de algodão; em 1830, eram cinco milhões de libras, um sexto do valor das exportações de algodão.³⁸ A população aumentava rapidamente, como nos centros de algodão. Leeds tinha uma população de 17.000 habitantes, nas vésperas da Revolução Americana; sete vezes mais, em 1831. Halifax mais do que duplicou sua população, entre 1760 e 1831; a população de Bradford aumentou duas vezes e meia entre 1801 e 1831; a de Huddersfield duplicou. Durante esses trinta anos, a população de todo o West Riding subiu de 564.000 para 980.000 habitantes.³⁹

Até 1815, a Grã-Bretanha dependia, quanto a seus suprimentos de lã, principalmente da Espanha, Portugal e Alemanha. O Comandante John Macarthur, a caminho de Nova Gales do Sul, comprou alguns carneiros merinos no Cabo. Em 1806, o primeiro embarque de lã australiana (246 libras) chegou à Inglaterra. Vinte e quatro anos mais tarde, a importação foi de 3.564.532 libras.⁴⁰ Em 1828, a lã australiana era descrita como sendo de extraordinária macieza e de qualidade bem superior a qualquer outra variedade, prevendo-se que daí a quinze ou vinte anos a Grã-Bretanha estaria obtendo da Austrália tanta lã fina quanto necessitava.⁴¹ A previsão foi confirmada. A Austrália gozou no século XIX com respeito à lã "algo que se aproximava do tipo de monopólio", como afirma Merivale, "que o México desfrutou, nos tempos de sua prosperidade, na produção dos metais preciosos".⁴² No novo mundo anti-imperialista que surgiu na década de 1840, a ênfase onde o império tinha de ser mantido foi deslocada das ilhas para os continentes, dos climas tropicais para os temperados, das plantações de negros para as colônias de brancos.

O poderio mecanizado da Grã-Bretanha estava pondo o mundo inteiro a seus pés. A Inglaterra vestia o mundo, exportava homens e máquinas e se tornara o banqueiro do mundo. Com exceção da Índia e Cingapura — a chave para o comércio da China — adquiridas em 1819, o Império Britânico era uma expressão geográfica. "Não me

valeria a pena", escreveu Boulton em 1769 a propósito de suas máquinas a vapor, "fazer para três condados apenas, mas acho que me vale bem a pena fazer para o mundo inteiro".⁴³ O capital britânico, tal como a produção britânica, estava pensando em termos mundiais. "Entre 1815 e 1830", escreve Leland Jenks, "pelo menos cinquenta milhões de libras foram investidos mais ou menos permanentemente nos títulos dos Governos europeus mais estáveis, mais de vinte milhões foram investidos numa forma ou noutra na América Latina e cinco ou seis milhões muito serenamente se encaminharam para os Estados Unidos".⁴⁴ Mas ninguém adiantaria um xelin sobre as plantações das Índias Ocidentais.⁴⁵

Entre 1820 e 1830, mais de um terço das exportações dos Estados Unidos foram para a Grã-Bretanha, e os Estados Unidos adquiriram um sexto das exportações britânicas, o que constituía mais de dois quintos de suas importações totais.⁴⁶ Em 1821, os Estados Unidos adquiriram um sétimo das importações britânicas, em 1832, um nono; as exportações aumentaram em valor de um décimo.⁴⁷ As compras britânicas de algodão sulista estimularam a expansão do reino do algodão; os bancos particulares e estatais do Sul procuravam empréstimos em Londres.⁴⁸

As revoluções na América Latina abriram uma ampla perspectiva para o comércio exterior britânico, uma vez que as barreiras do mercantilismo espanhol tinham sido postas abaixo, enquanto a antiga aliança da Grã-Bretanha com Portugal dava-lhe uma posição privilegiada no Brasil. "O prego está fincado", escrevia Canning exultante, "a América espanhola está livre, e se nós não dirigirmos nossos negócios desastrosamente ela será inglesa".⁴⁹ O Brasil comprou um vigésimo das exportações britânicas totais em 1821, um duodécimo em 1832; as exportações aumentaram duas vezes e meia.⁵⁰ As colônias estrangeiras da América do Norte e do Sul, que adquiriram um tredécimo do comércio britânico total de exportação em 1821, compraram mais de um sétimo em 1832; as exportações triplicaram em valor durante esses anos.⁵¹ Os novos Governos latino-americanos encontravam emprestadores solícitos nos círculos financeiros ingleses. "Quanto mais um país tomava emprestado", diz Jenks, "melhor o seu crédito, assim parecia".⁵² Liverpool esqueceu-se de Jamaica,

1821-1832: aumento de 50% das exportações
negocias por mundo;

Granada e Barbados; negociava e pensava agora em termos de Valparaíso, Antofagasta, Calhau e Guaiáquil.

Em 1821, as exportações britânicas para o mundo atingiram 43 milhões de libras; em 1832, foram de 65 milhões, um aumento de 50%.⁵³ Em ambos os anos, a Europa adquiriu quase metade do total.⁵⁴ As Índias Orientais e a China compraram um duodécimo em 1821, um décimo em 1832; as exportações aumentaram em três quartos.⁵⁵

Que aconteceu, então, com as Índias Ocidentais Britânicas? As exportações para todas as ilhas declinaram em um quinto, para a Jamaica, em um terço. Em 1821, as Índias Ocidentais Britânicas adquiriram um nono do total, em 1832, um dezessete avos; em 1821 a Jamaica comprou um-tredécimo, em 1831, um trinta e três avos.⁵⁶ As Índias Ocidentais Britânicas estavam assim se tornando cada vez mais insignificantes para o capitalismo britânico, e isso era de profunda importância para uma época em que a doutrina dos rendimentos crescentes estava penetrando no corpo do pensamento econômico. Como escreve Burn: "a julgar pelos padrões do imperialismo econômico, as colônias das Índias Ocidentais Britânicas, um enorme sucesso por volta de 1750, eram um fracasso oitenta anos depois".⁵⁷

Em 1825, além disso, as Leis de Navegação foram modificadas e as colônias receberam permissão para comerciar diretamente com qualquer parte do mundo. A primeira cunha na frente monopolista tinha sido introduzida. Foi ampliada no mesmo ano, quando o açúcar de Maurícia, uma possessão oriental adquirida em 1815, foi admitido em pé de igualdade com o açúcar das Índias Ocidentais Britânicas. O monopólio colonial do mercado interno continuou. Isso era vital para as Índias Ocidentais. No que concernia ao capitalista britânico, nenhuma legislação especial era necessária para fazer o plantador de cana das Índias Ocidentais comprar mercadorias que o mundo inteiro estava comprando porque eram mais baratas e melhores. Se Manchester ainda prosperava com "camisas para pretos", as Índias Ocidentais Britânicas não tinham o monopólio de negros, e as maiores populações escravas dos Estados Unidos e Brasil ofereciam mercados atraentes. O plantador das Índias Ocidentais não pagavam um níquel a mais do que seu competidor brasileiro pelos tecidos de

algodão. De que adiantava, então, perguntava Manchester com indignação, o sistema do monopólio para o industrial britânico?⁵⁸ Seu propósito inicial estava agora, como disse Merivale, "acossado por meios de sacrifícios de nossa parte, feitos absolutamente sem qualquer consideração pelos deles".⁵⁹ Se, modificando um pouco as palavras de um autor moderno, as Índias Ocidentais Britânicas, em 1832, eram, socialmente, um inferno, economicamente, eram, o que era ainda pior, um anacronismo.⁶⁰

mercado
dos produtos
para o mundo
se tornou um sucesso

O mercantilismo completara o seu curso. Era necessário apenas dar expressão política à nova situação econômica. A agitação pelo Projeto de Reforma era mais poderosa nos centros industriais e em seus satélites comerciais. Nessa luta política, os donos de escravos das Índias Ocidentais estavam vitalmente interessados. "Deus nos livre que houvesse algo como forçar o amo a abandonar sua propriedade do escravo! Uma vez adotado esse princípio e seria o fim de toda propriedade."⁶¹ A escravidão das Índias Ocidentais dependia dos burgos podres, e Cobbett só tardiamente reconheceu que "o fruto do trabalho desses escravos há muito se converteu no meio de nos tornar escravos em nossa própria terra".⁶²

Quando o Projeto de Reforma foi rejeitado pela Câmara dos Lordes, a imprensa reformista londrina saiu com seus exemplares tarjados de preto e, de noite, em todas as igrejas os sinos repicaram. O Castelo de Nottingham, de propriedade do Duque de Newcastle, o príncipe dos donos de burgos podres, foi totalmente arrasado por um incêndio ateado por uma multidão enfurecida. O representante de Bristol, que se opusera à Reforma na Câmara dos Comuns, estava em perigo de vida. A municipalidade foi saqueada, as cadeias e o palácio do bispo incendiados. Attwood formou a União Política em Birmingham e ameaçou uma revolução. A bandeira tricolor foi hasteada em Bethnal Green, Londres; manifestos revolucionários apareceram e cartazes foram exibidos trazendo a inscrição "não se pagam impostos aqui". O Conselho Municipal solicitou à Câmara dos Comuns que não aprovasse o orçamento enquanto o Projeto de Reforma não se tornasse lei. A Família Real foi caricaturada e insultada e aconselhada

(1832)
apoiados
mistos o
adquiridos;

o capitalismo passou a controlar
o Parlamento;

a deixar Londres. Propôs-se um estratagema revolucionário — a corrida aos bancos: “para impedir o Duque (Wellington) de ir buscar ouro”. A revolução era iminente.⁶³

Os opositores da medida, porém, recuaram depois da promessa relutante do Rei de criar novos pares suficientes, e o Projeto de Reforma se tornou lei. A estrutura política da Inglaterra chegou a um acordo com a revolução econômica que ocorrera. No novo Parlamento, os capitalistas, suas necessidades e aspirações eram supremos. Outrora, o comércio colonial significava tudo. Na nova sociedade capitalista, as colônias ocupavam um lugar insignificante. “A exportação de um pedaço de pano enfeitado inglês”, escreveu Eden em 1802, “é mais benéfica para nós do que a reexportação de uma quantidade de musselina de Bengala ou de café das Índias Ocidentais de igual valor”.⁶⁴ Em 1832, um funcionário da Companhia das Índias Orientais explicava a uma comissão parlamentar que tecidos de lã eram exportados para a China, mesmo quando o mercado não estava bom, por uma questão de tradição e dever: “isso era considerado uma obrigação moral”.⁶⁵ O comércio por “obrigação moral” era um dos pecados mortais no evangelho segundo Manchester.

A NOVA ORDEM INDUSTRIAL

Era essa extraordinária expansão industrial que os monopolistas das Índias Ocidentais teriam de enfrentar. Eles tinham as vantagens do prestígio e do costume, suas grandes contribuições à economia britânica no passado e uma posição fortemente entrincheirada. Podemos ver hoje que eles estavam condenados, que os liliputianos não podiam subjugar Gulliver, nem suas flechas o incomodavam. Falando aos estudantes de Oxford, em 1839, Merivale advertiu que “a rápida maré dos acontecimentos mundiais está nos levando inevitavelmente a ultrapassar o ponto em que a manutenção dos sistemas coloniais e leis de navegação era praticável, quer fossem desejáveis, quer não. Somos carregados indefesamente pela corrente; podemos lutar e protestar, e nos admirar pelo fato de que as barreiras que a providência antiga erguera contra a corrente vergam agora como caniços ante a sua violência, mas não podemos mudar nosso destino. O monopólio das ilhas das Índias Ocidentais não pode resistir...”¹ Os plantadores das Índias Ocidentais, porém, não podiam ver isso e agiam como fazem todos os interesses consolidados. Ofereceram uma luta desesperada, “combatendo com o auxílio de sua riqueza acumulada contra o princípio infiltrante da decadência”,² desprezando todas as considerações e consequências e visando apenas à manutenção de seu sistema enfermo.

O ataque aos plantadores das Índias Ocidentais foi mais do que um ataque à escravidão. Foi um ataque ao monopólio. Seus adversários eram não somente os humanitaristas, mas também os capitalistas. O motivo para o ataque não era somente que o sistema econômico das Índias Ocidentais era corrupto, mas que também era tão pouco rentável, e por essa razão apenas sua destruição era inevitável.³ O representante da Jamaica queixou-se

em 1827 que "a causa das colônias em geral, porém mais especialmente aquela parte que se refere à propriedade de escravos, é tão sem atração para os oradores fluentes e tão impopular com o público que temos e devemos ter muito pouca proteção da oratória parlamentar".⁴ Hibbert tinha razão apenas em parte. Se a escravidão das Índias Ocidentais era detestável, o monopólio das Índias Ocidentais era impopular, e o ódio unido dessas duas coisas era mais do que as colônias podiam suportar.⁵

O ataque dividiu-se em três fases: o ataque ao tráfico de escravos, o ataque à escravidão, o ataque às tarifas preferenciais do açúcar. O tráfico de escravos foi abolido em 1807, a escravidão em 1833, a preferência do açúcar em 1846. Os três acontecimentos são inseparáveis. Os próprios interesses consolidados que foram estabelecidos pelo sistema escravista agora voltavam-se contra ele, destruindo-o. Os humanistas, ao atacarem o sistema em seu ponto mais fraco e mais indefensável, falavam uma linguagem que as massas podiam entender. Jamais poderiam obter sucesso cem anos antes quando os importantes interesses capitalistas estavam ao lado do sistema colonial. "Era um árduo monte para subir", cantava Wordsworth em louvor de Clarkson. O cume jamais teria sido atingido, não fosse a deserção dos capitalistas das fileiras dos donos e traficantes de escravos. Os plantadores das Índias Ocidentais, lisonjeados, acariciados e mimados durante um século e meio, cometeram o erro de elevar a uma lei da natureza o que era realmente apenas uma lei do mercantilismo. Consideravam-se, indispensáveis e transportaram para uma era de antiimperialismo as lições que haviam aprendido numa era de imperialismo comercial. Quando, para sua surpresa, a "mão invisível" de Adam Smith virou-se contra eles, só puderam apelar para a mão invisível de Deus.⁶ A ascensão e queda do mercantilismo é a ascensão e queda da escravidão.

A. Proteção ou livre empresa?

A Rainha Vitória certa vez mandou uma mensagem famosa para dois chefes africanos: "A Inglaterra se tornou grande e feliz pelo conhecimento do verdadeiro Deus e Jesus Cristo."⁷ Para o capitalista de Manchester, "Jesus

Cristo era o Livre-Câmbio, e o Livre-Câmbio era Jesus Cristo".⁸

Se o Trigo era o rei dos monopólios, o Açúcar era a rainha. O ataque às tarifas preferenciais do açúcar das Índias Ocidentais foi uma parte daquela filosofia geral que em 1812 destruiu o monopólio da Companhia das Índias Orientais e, em 1846, as Leis do Trigo da Inglaterra. A Liga contra as Leis do Trigo, disse seu tesoureiro, foi "estabelecida com base no mesmo princípio justo que a Sociedade Antiescravista. O objetivo daquela sociedade era obter para os negros o direito de dispor livremente de seu sangue e carne, e o objetivo desta era obter para o povo o livre direito de trocar seu trabalho por tanta comida quanto pudessem".⁹ No delírio dos sentimentos livre-cambistas, o peso do avanço na frente antimonopolista teve de ser suportado pelo monopólio das Índias Ocidentais, que não era somente iníquo, mas também dispendioso.

Os defensores do açúcar das Índias Orientais atacavam o monopólio das Índias Ocidentais. Chamavam as ilhas de "rochedos estéréis", cujas necessidades insaciáveis de dinheiro representavam uma "esponja eterna dos capitais deste país, tanto nacionais quanto comerciais". Mesmo antes do fim do século XVIII, a Grã-Bretanha estava "madura para a abolição dos monopólios". Uma penúria geral não podia ser infligida à comunidade inteira a fim de proporcionar um benefício parcial e irracional a um pequeno número de seus membros.¹⁰

A oposição das Índias Orientais foi mais virulenta na década de 1820. Não queriam, pelo menos era o que alegavam, favor, preferência ou proteção, exclusivos. Tudo o que solicitavam era igualdade com as Índias Ocidentais.¹¹ Teriam os plantadores das Índias Ocidentais direito ao monopólio simplesmente porque o tinham gozado por um longo período de tempo? "Poder-se-ia alegar que como muitas pessoas que costumavam ser empregadas na manufatura do algodão, ou outros artigos, à mão, estão sendo atiradas ao desemprego pela invenção das máquinas, um imposto sobre as máquinas devia portanto ser lançado... Poder-se-ia dizer que como o transporte pelos canais foi considerado mais barato e conveniente do que o velho modo de transporte por carroça, um imposto devia portanto ser tributado sobre o transporte pelos canais."¹² A alega-

ção dos plantadores das Índias Ocidentais de que tinham direito à continuação da proteção porque investiram seu capital no cultivo da cana era "uma alegação que podia ser invocada com igual força no caso de toda especulação imprevidente".¹³ Não podiam afastar-se dos princípios usuais do comércio a fim de beneficiar os plantadores das Índias Ocidentais.¹⁴ Hume acreditava que o bom senso, o sentimento honesto e o patriotismo do povo britânico jamais permitiriam a continuação de tal monopólio, pois todas as restrições e monopólios eram ruins.¹⁵

Já em 1815 um protesto fora registrado nas Atas da Câmara dos Lordes contra as Leis do Trigo, ameaçando a pedra angular da política mercantilista. Em 1820, os negociantes de Londres apresentaram uma petição ao Parlamento na qual declaravam que a "liberação de qualquer restrição é indispensável à máxima extensão do comércio exterior e à melhor direção para o capital e a indústria do país".¹⁶ No mesmo ano, o Sr. Finlay, de Glasgow, fez um discurso exaltado em apoio a uma petição da Câmara de Comércio de Glasgow solicitando o livre-câmbio e a revogação de todas as restrições às importações e exportações comerciais. "Se se verificasse", disse Finlay, "que a história de nossa política comercial tem sido um amontoado de erros e idéias falsas, certamente não seria demasiado manifestar a esperança de que a política fosse abandonada."¹⁷ Todos os monopólios, afirmaram os negociantes de Liverpool, que proibiam o comércio com qualquer outro país, e em particular o monopólio da Companhia das Índias Orientais, eram prejudiciais aos interesses gerais do país. A Corporação da cidade* declarou que os súditos britânicos possuíam "um direito inerente" ao intercâmbio livre com qualquer parte do mundo. Não sem razão, Pitt lisonjeou Adam Smith, uns trinta anos antes num banquete, dizendo: "Todos nós somos seus discípulos."¹⁸

O monopólio das Índias Ocidentais não era somente injustificado, na teoria, era também improficuo, na prática. Em 1828, estimou-se que ele custava ao povo britânico, anualmente, mais de um milhão e meio de libras.¹⁹

* *Corporation of the town* (Corporação da cidade), conjunto de autoridades municipais. (N. do T.)

Em 1844, estava custando ao país 70.000 libras, por semana, e a Londres 6.000 libras.²⁰ A Inglaterra estava pagando por seu açúcar cinco milhões a mais por ano do que o Continente europeu.²¹ Três milhões e meio de libras das exportações britânicas para as Índias Ocidentais em 1838, disse Merivale, obtiveram menos de metade do açúcar e café que teriam obtido se fossem levados para Cuba e o Brasil. Mercadorias no valor de 1.750.000 libras "foram, portanto, completamente jogadas fora, sem compensação, no que concerne à Grã-Bretanha, como se os navios que as transportavam tivessem perecido na viagem".²² Dois quintos do preço de cada libra de açúcar consumido na Inglaterra representavam o custo da produção, dois quintos iam em receita para o Governo, um quinto em tributo para o plantador das Índias Ocidentais.²³

Já era tempo de revisar essa política "tenebrosa" que amparava "a causa podre" do senhor de escravos das Índias Ocidentais.²⁴ Huskisson pediu cautela. "Se o plantador das Índias Ocidentais era dono de escravos não era culpa sua, mas desgraça; e se era verdade que a produção do trabalho escravo era mais dispendiosa do que a da mão-de-obra livre, não havia razão para privá-lo da vantagem de sua tarifa protecionista."²⁵ Mas os plantadores das Índias Ocidentais não deveriam desprezar isso. "Tempo haveria de chegar, e não poderia estar muito distante, em que o súdito estaria maduro para a reflexão, e em que seria dever imperioso do Parlamento iniciar uma investigação completa de todas as circunstâncias relacionadas com ela."²⁶

Os capitalistas, ansiosos por baixar os salários, defendiam a política de *the free breakfast table*. Era injustiça e tolice impor tarifas protecionistas a alimentos.²⁷ O monopólio era injustificado, caro para todos e destruíra os grandes impérios coloniais do passado.²⁸ O interesse das Índias Ocidentais estava condenado. "Não pode haver prosperidade para as colônias das Índias Ocidentais por meio de qualquer arranjo ou escamoteação de tarifas nesta casa. Nenhuma maioria aqui concederá prosperidade às Índias Ocidentais; e nenhum grupo de dança do Ministério das Colônias realizará tal fim."²⁹ O sistema protecionista foi comparado a vários macacos em diferentes gaiolas, cada um roubando do prato do vizinho e cada um perdendo

tanto quanto tinha roubado.³⁰ Ricardo aconselhara os plantadores a produzirem calculadamente; "a bola estava rolando, e nada que pudessem fazer seria suficiente para detê-la".³¹

Houve tempo em que os principais estadistas estavam do lado dos plantadores das Índias Ocidentais. Agora Palmerston alinhava-se com os adversários dos plantadores. A palavra "proteção" devia ser omitida de qualquer dicionário comercial,³² como "um princípio de dano fatal ao país e inimigo da prosperidade de todo país a cujos negócios se aplique".³³

Os protecionistas estavam do lado dos plantadores das Índias Ocidentais. A aristocracia agrária dos alqueires de trigo aliou-se à aristocracia agrária dos barris de açúcar. Peel, livre-cambista, quando se tratava de algodão e seda, era protecionista em trigo e açúcar. A causa das Índias Ocidentais era habilmente defendida por Bentinck, Stanley e Disraeli. Se o interesse das Índias Ocidentais se tornara, como criticou Disraeli, "o estrepe da festa",³⁴ ele também cooperara para aquilo. Os debates sobre a rejeição das leis do trigo e a equiparação das tarifas do açúcar deram-lhe um público para sua oratória, incomparável e espírito sarcástico, mas é duvidoso se alguma séria convicção pessoal ou filosofia econômica motivou suas diatribes. Pois quando os plantadores das Índias Ocidentais, depois de 1846, estavam tentando adiar o funesto dia da verdadeira execução do princípio do livre-câmbio para o açúcar, Disraeli, também, virou-se contra eles. "Depois da imensa revolução que foi levada a efeito, não podemos agarrar-nos aos trapos e farrapos de um sistema protecionista;³⁵ e em *Sybil* ele escreveu com imparcialidade que, num país comercial como a Inglaterra, cada meio século produzia uma nova fonte de riqueza pública e punha em evidência uma nova e poderosa classe — o mercador do Levante, o plantador das Índias Ocidentais, o nababo das Índias Orientais.³⁶ O mercantilismo não estava somente morto, mas também amaldiçoado.

Os plantadores das Índias Ocidentais tentaram deter a torrente livre-cambista. O sistema colonial era "um pacto implícito... para um monopólio mútuo".³⁷ Era

deles, alegavam, não por favor, mas por direito. Sua posse exclusiva do mercado interno era a recompensa justa pelas restrições que lhes eram impostas pelo sistema colonial.³⁸ Noutras ocasiões não relutavam em pedir caridade. As vantagens superiores de seus concorrentes tornavam a competição impossível e a tarifa protecionista indispensável à sua própria defesa. No caso da Índia, mencionavam a barateza da mão-de-obra, a abundância e a extensão ilimitada de solo mais rico, passível de irrigação e atravessado por rios navegáveis.³⁹ No caso do Brasil, alegavam a facilidade com que os brasileiros podiam arranjar trabalhadores para seu solo fértil. Fosse qual fosse a situação dessas colônias, o refrão deles era o mesmo — proteção. "Ruína" era invariavelmente a primeira palavra do seu vocabulário — uma palavra usada para designar "não a pobreza do povo, não a falta de comida ou roupa, nem sequer a ausência de riqueza ou luxo, mas simplesmente o decréscimo do cultivo da cana-de-açúcar".⁴⁰ Enquanto, como donos de escravos antes de 1833, tinham exigido proteção contra o açúcar plantado livremente na Índia, após 1833, como empregadores do trabalho livre, exigiam-na contra o açúcar produzido pela mão-de-obra escrava do Brasil e Cuba. Enquanto antigamente tinham atenuado os males do cultivo da cana por escravos, agora exageravam esses males. Como donos de escravos tinham justificado os males da escravidão; agora como empregadores de homens livres exaltavam os benefícios da liberdade. Incoerentes em todas as coisas, eram ainda coerentes em uma — na manutenção de seu monopólio.

Até o fim, os plantadores das Índias Ocidentais continuaram a sofrer em virtude de sua miopia e a exigir uma situação de século XVII num império de século XIX. Leiam seus manifestos, folhetos e discursos — em vez de São Domingos, encontra-se Índia ou Maurícia, Brasil ou Cuba. As datas mudaram, a liberdade substituiu a escravidão. Suas reivindicações são as mesmas, suas falácias idênticas. Continuavam a "clamar por mais monopólio, a fim de curar os males que o próprio monopólio infligira".⁴¹ São tratados com escárnio e desprezo,⁴² mas não dão atenção. De vez em quando, falam em livre-câmbio, como quando um plantador das Índias Ocidentais, opondo-se à renovação do privilégio da Companhia de Docas

das Índias Ocidentais, advertiu o Parlamento sobre "a impolítica, como também injustiça, de continuar, numa era esclarecida como esta, tais monopólios, que eram ao mesmo tempo prejudiciais ao comércio e à receita do país".⁴³ Em geral, porém, mantinham-se esquecidos da nova ordem e do brilho em seus próprios olhos.

Proteção e Trabalho — estes eram seus *slogans* em 1846, como tinham sido em 1746. Proteção era simplesmente justiça.⁴⁴ Recusá-la era impatriótico.⁴⁵ A tarifa protecionista era necessária para salvaguardar a experiência da mão-de-obra livre.⁴⁶ O cultivo de cana precisava de mão-de-obra. Dêem-nos africanos sob contrato, indianos sob contrato, sentenciados, agora que vocês emanciparam os negros e os tornaram preguiçosos; e alguns, desesperados, defendiam até a restauração do tráfico de escravos.⁴⁷

O seu notável paladino era Gladstone. Mas Gladstone era mais do que um defensor dos plantadores das Índias Ocidentais; era um estadista do Império também, que nunca perdia de vista a floresta ao olhar as árvores. Com toda a casuística e eloquência à sua disposição — e tinha bastante de ambas — Gladstone procurou justificar o monopólio das Índias Ocidentais sob o fundamento de que era proteção para o açúcar produzido pela mão-de-obra livre contra o açúcar produzido pela mão-de-obra escrava. Mas foi obrigado a admitir que a distinção não era tão clara que pudesse ser traçada com uma precisão uniforme e absoluta.⁴⁸ Nem podia ele ignorar o fato de que a exigência de proteção dos plantadores das Índias Ocidentais se enfraqueceu depois de 1836 quando a tarifa protecionista foi estendida ao açúcar das Índias Orientais, que não podiam alegar tantas dificuldades e desvantagens como as que enfrentavam as Índias Ocidentais.⁴⁹ E Gladstone sabia que o curso se completara. A proteção não podia ser permanente e, mesmo que continuasse por mais vinte anos, não traria o cultivo das Índias Ocidentais a uma situação segura e sadia.⁵⁰

B. O crescimento do antiimperialismo

O sistema colonial era a espinha dorsal do capitalismo comercial da época mercantil. Na era do livre-câmbio, os

capitalistas industriais não queriam absolutamente colônias, muito menos ainda as Índias Ocidentais.

A tendência remontava, como já vimos, nos primeiros anos da Revolução Industrial. Seu desenvolvimento era paralelo ao desenvolvimento do movimento livre-cambista. O mundo inteiro se tornara agora uma colônia britânica e as Índias Ocidentais estavam condenadas. O líder do movimento era Cobden. Cobden referiu-se aprovadamente aos capítulos de Adam Smith em sua "obra imortal" sobre a despesa das colônias.⁵¹ Para ele a questão colonial era uma questão pecuniária.⁵² As colônias eram estorvos dispendiosos, causando impressões deslumbrantes aos sentimentos do povo, servindo apenas de "apêndices vistosos e pesados para envaidecer nossa grandeza ostensiva, mas, na realidade, para complicar e aumentar nosso dispendio governamental, sem melhorar nosso balanço comercial". Ele não via nada mais do que uma "impolítica monstruosa" a "sacrificar nosso comércio com um novo continente, de extensão quase ilimitada de novo território, em favor de algumas ilhas pequenas, com solos relativamente esgotados".⁵³ Em 1852, os britânicos declararam guerra à Birmânia e anexaram a Birmânia Inferior. Cobden protestou. Escreveu um artigo intitulado "Como as guerras são aticadas na Índia", sugerindo que a Grã-Bretanha devia "anunciar no *Times* pedindo um governador-geral que pudesse cobrar uma dívida de mil libras sem anexar um território que fosse ruinoso para nossas finanças".⁵⁴

Para Molesworth, um dos principais reformadores coloniais, a política colonial da Grã-Bretanha era motivada por "um desejo insano de império sem valor", como na fronteira da colônia do Cabo na África do Sul, onde "a perda de um machado e duas cabras... custou a este país (Inglaterra) uns dois milhões de libras esterlinas". A Austrália era uma coleção de "comunidades, o produto da emigração de sentenciados". A Nova Zelândia era uma constante dor de cabeça, com seus "governadores imbecis, funcionários desacreditados e guerras desnecessárias com os nativos". A África do Sul era "um enorme império sem valor e caro, estendendo-se por quase 800.000 km², principalmente montanhas acidentadas, desertos áridos e planícies estéreis, sem água, sem ervas, sem rios navegáveis,

sem portos, em suma, sem coisa alguma a não ser os elementos de grande e crescente despesa para este país". Encarregado dessa coleção diversa e heterogênea de colônias estava o Ministro das Colônias, "cruzando e recruzando, em sua imaginação, o globo terráqueo — voando do pólo Ártico para o pólo Antártico, correndo das neves da América do Norte para as regiões abrasadoras dos Trópicos, precipitando-se das ilhas férteis das Índias Ocidentais para os desertos áridos da África do Sul e Austrália — como nada na Terra, ou na ficção, a não ser o Judeu Errante".⁵⁵ O custo da proteção desse Império representava um terço do comércio de exportação da Grã-Bretanha para as colônias. A independência colonial era mais barata. As colônias deviam ficar livres do "constantemente mutável, freqüentemente bem-intencionado, mas invariavelmente fraco e ignorante despotismo" do Ministério das Colônias.⁵⁶

Hume, outro político radical, juntou-se ao ataque ao "Sr. Mãe-Pátria". Tirem as correntes de ferro que agrihoam os melhores esforços das colônias,⁵⁷ deixem-nas dirigir seus próprios negócios, em vez de serem mantidas em nadadeiras e submetidas à direção flutuante de Downing Street.⁵⁸ O Ministério das Colônias "é" um estorvo e deve ser fechado.⁵⁹

O mandato territorial estava fora de moda. Roebuck, um radical franco-atirador, opunha-se como insincera à recusa humanitarista de entregar as colônias ao Governo autônomo local. A história ensinava que o selvagem devia desaparecer em face do avanço implacável de uma raça superior; a justiça e a humanidade deviam ceder à lei férrea de uma necessidade injusta.⁶⁰ James Stephen, Subsecretário Permanente do Ministério das Colônias, nunca titubeou em sua determinação de não renunciar aos "infelizes encargos que em má hora assumimos". Mas os capitalistas, como Taylor, também do Ministério das Colônias, não viam nas colônias nada mais do que "assembléias furiosas, governadores, missionários e escravos bobos",⁶¹ os quais, nas palavras de Merivale, deviam ser conservados pelo simples "prazer de governá-los".⁶² Nada era verdade a não ser o que se referia à condenação dos plantadores das Índias Ocidentais, nada era justo a não ser o que se referia à ruína dos plantadores das Índias

Ocidentais.⁶³ Parecia aos desesperados plantadores que uma coalizão havia sido formada para destruir as colônias.⁶⁴ As assembléias da Jamaica e da Guiana Inglesa entraram em greve em 1838 e 1840 e se recusaram a votar verbas para o Governo. A Jamaica preferia o *Yankee Doodle** ao *God Save the Queen*.⁶⁵ Quem se importava? Membros do Parlamento estavam dispostos a ceder as Índias Ocidentais à América mediante uma pequena indenização.⁶⁶ "Que a Jamaica vá para o fundo do mar", trovejava Roebuck, "e todas as Antilhas depois dela." Essas "colônias estéréis" não eram senão uma fonte de guerra e despesa.⁶⁷ Tinham sido sempre os "apêndices mais fatídicos" do Império britânico, e se fossem riscadas da face da Terra a Inglaterra não perderia "uma migalha de sua força, um níquel de sua riqueza, um instrumento de seu poder".⁶⁸

Era uma epidemia. Até Disraeli, o arquiimperialista das últimas décadas, estava contagiado. Em 1846, as "desamparadas Antilhas" ainda eram para ele "um fragmento, mas um fragmento que eu prezo, do sistema colonial da Inglaterra".⁶⁹ Seis anos depois, o Canadá se tornara um embaraço diplomático e as infelizes colônias, uma *damnosa hereditas*, mós penduradas no pescoço da Grã-Bretanha.⁷⁰ Nove casos em dez, segundo Gladstone, era impossível conseguir atenção parlamentar para os assuntos coloniais e no décimo caso só era conseguida pela ação improvisada do espírito partidário.⁷¹ A era do império estava morta; a dos livre-cambistas, economistas e calculistas a tinha sucedido, e a glória das Índias Ocidentais se extinguiu para sempre. Apenas mais uns trinta anos, porém, e a toada mudaria. Mas o Humpty Dumpty** das Índias Ocidentais levava uma grande queda, e todos os cavalos e homens do Rei não conseguiriam juntar de novo as partes do Humpty Dumpty.

* *Yankee Doodle*, canção reconhecida como uma das árias nacionais dos Estados Unidos; *God Save the Queen*, ou *the King* (*Deus Salve a Rainha*, ou *o Rei*), hino nacional britânico. (Neste caso, figuradamente, "preferia os Estados Unidos à Inglaterra".) (N. do T.)

** Humpty Dumpty, personagem de uns versos infantis que simboliza um ovo; (fig.) coisa ou pessoa que, quando cai, não pode refazer-se ou tornar a levantar-se. (N. do T.)

C. O crescimento da produção açucareira mundial

A força das ilhas açucareiras britânicas antes de 1783 ^{até 1722} repousava no fato de que como produtoras de açúcar tinham poucos competidores. Até onde podiam, impediam qualquer outro. Resistiram à tentativa de introduzir o cultivo de cana-de-açúcar (e de algodão) em Serra Leoa sob o fundamento de que seria um precedente para "nações estrangeiras, que ainda não tinham colônias em parte alguma",⁷² e poderia ser prejudicial para as que possuíam colônias nas Índias Ocidentais;⁷³ tal como um século antes tinham-se oposto ao cultivo de anil na África.⁷⁴ Seus principais competidores no comércio açucareiro eram o Brasil e as colônias francesas, estando Cuba tolhida pelo exclusivismo extremo do mercantilismo espanhol. Essa situação foi radicalmente alterada quando São Domingos tomou a dianteira nos anos que se seguiram imediatamente à secessão das colônias do continente.

O cultivo de Barbados e Jamaica transferira o comércio açucareiro da Europa de Portugal para a Inglaterra. O progresso de São Domingos deu o controle do mercado açucareiro europeu à França. Entre 1715 e 1789, as importações francesas das colônias multiplicaram onze vezes, os produtos coloniais franceses reexportados para o exterior, dez vezes.⁷⁵ Em 1789, dois terços das exportações francesas para o Báltico, mais de um terço das exportações para o Levante, eram produtos coloniais. Foi "por meio disso, e somente por meio disso, que ela transformou o balanço comercial com o mundo inteiro num resultado favorável".⁷⁶

Era a velha lei da produção escrava em ação. São Domingos era maior do que qualquer colônia britânica, seu solo era mais fértil e estava menos esgotado, por conseguinte seus custos de produção eram menores. Essa diferença nos custos de produção tornou-se objeto de um inquérito especial por parte da Comissão do Conselho Privado de 1788.

Do ponto de vista do Primeiro-Ministro britânico, William Pitt, esse foi o fator decisivo. A era das ilhas açucareiras britânicas estava superada. O sistema das Índias Ocidentais não dava lucro, e o tráfico de escravos em que se baseava "em vez de ser vantajoso para a Grã-Bretanha... é o mais destrutivo que se pode imaginar

para seus interesses".⁷⁷ Para um Primeiro-Ministro cujo pai estivera coerentemente do lado das Índias Ocidentais, e cujo predecessor apenas dez anos antes brandamente rejeitara uma petição para a abolição, isso era uma conversão extraordinária. Pitt voltou-se para as Índias.

O plano de Pitt tinha dois objetivos: reconquistar o mercado europeu, com a ajuda do açúcar da Índia,⁷⁸ e conseguir a abolição internacional do tráfico de escravos,⁷⁹ o que arruinaria São Domingos. Se não a abolição internacional, então a abolição britânica. Os franceses dependiam tanto dos traficantes britânicos de escravos que até uma abolição unilateral pela Inglaterra transtornaria seriamente a economia das colônias francesas.

O plano de Pitt fracassou por dois motivos. A importação de açúcar das Índias Orientais, na escala planejada, era impossível devido às altas tarifas impostas a todo açúcar que não fosse produzido pelas Índias Ocidentais Britânicas.⁸⁰ Lorde Hawkesbury porta-voz dos monopolistas das Índias Ocidentais, opôs-se à alteração da lei existente "em favor de uma companhia monopolizadora" que estava ultrapassando os limites de seu contrato.⁸¹ Mas Hawkesbury era mais do que um interessado pelas Índias Ocidentais. Estava em contato íntimo com o comércio e a indústria da Grã-Bretanha, especialmente Liverpool. Recomendou, portanto, em seu lugar, a importação de todo açúcar estrangeiro, contanto que fosse feita em navios britânicos e exclusivamente para refinação e reexportação. "O comércio e a frota mercante da França serão diminuídos, e o comércio e a frota mercante da Grã-Bretanha aumentados, mais do que por qualquer medida isolada que tenha sido adotada durante o último século."⁸² Por esse regulamento muito simples, a Grã-Bretanha recuperaria o comércio açucareiro que desfrutara de 1660 a 1713, mas que depois disso perdera para a França.⁸³

Em segundo lugar, os franceses, holandeses e espanhóis se recusaram, o que Lorde Liverpool chamou trinta anos mais tarde de "pura perversidade",⁸⁴ a abolir o tráfico de escravos.⁸⁵ Não era difícil ver os motivos políticos por trás da capa de humanitarismo de Pitt. Gaston-Martin, o conhecido historiador francês do tráfico de escravos e das colônias das Antilhas, acusa Pitt de visar pela propaganda libertar os escravos "em nome sem dú-

vida de humanidade, mas também para arruinar o comércio francês", e conclui que nessa propaganda filantrópica havia motivos econômicos que explicam a liberdade com que a Grã-Bretanha pôs fundos à disposição dos abolicionistas franceses e a maneira pela qual a França foi inundada por traduções dos trabalhos antiescravistas do abolicionista britânico Clarkson.⁸⁶ Como Ramsay admitira: "Podemos concluir confiantemente que o tráfico africano é mais limitado em sua utilidade do que geralmente se imagina, e que nestes últimos anos contribuiu mais para o engrandecimento de nossos competidores do que de nossa riqueza nacional."⁸⁷

Nessa conjuntura a Revolução Francesa veio em auxílio de Pitt. Temerosos de que o idealismo do movimento revolucionário destruiria o tráfico de escravos e a escravidão, os plantadores franceses de São Domingos, em 1791, ofereceram a ilha à Inglaterra⁸⁸ e foram logo seguidos pelas ilhas de Barlavento.⁸⁹ Pitt aceitou o oferecimento, quando irrompeu a guerra com a França em 1793. Expedição após expedição foram enviadas infrutiferamente para tomar a preciosa colônia, primeiro dos franceses, depois dos negros. Não era, afiançou-se ao Parlamento, "uma guerra por riquezas ou engrandecimento local, mas uma guerra por segurança".⁹⁰ A causa aliada na Europa enfraqueceu-se pelos interesses do imperialismo britânico. "Pode-se dizer que o segredo da impotência da Inglaterra durante os seis primeiros anos da guerra", escreve Fortescue, historiador do exército britânico, "repousa em duas palavras fatais, São Domingos."⁹¹ A Grã-Bretanha perdeu milhares de homens e gastou milhares de libras na tentativa de tomar São Domingos. Fracassou, mas o grande produtor mundial de açúcar, foi entrementes destruído e a superioridade colonial francesa esmagada para sempre. "Por essa razão", escreve Fortescue, "soldados da Inglaterra foram sacrificados, seu tesouro malbaratado, sua influência enfraquecida, seu braço por seis anos fatídicos agrilhoado, tolhido e paralisado."⁹²

Isso é um interesse mais do que acadêmico. Pitt não poderia ter São Domingos e a abolição também. Sem suas importações de 40.000 escravos por ano, São Domingos podia igualmente ir para o fundo do mar. A própria aceitação da ilha significava logicamente o fim do interesse de

Pitt pela abolição. Naturalmente ele não o disse. Já estava demasiadamente comprometido aos olhos do público. Continuou a falar a favor da abolição, mesmo enquanto dava todo estímulo prático ao tráfico de escravos. Mas não era o velho Pitt de 1789 a 1791, o Pitt de tiradas latinas, oratória brilhante e humanitarismo contagioso. A mudança pode ser verificada nos debates no Parlamento e no diário de Wilberforce. Em 1792, o diário de Wilberforce deu a primeira nota vaticinadora: "Pitt manifestou-se contra a moção de escravos por causa de São Domingos."⁹³ Daí em diante, o apoio de Pitt às moções anuais de Wilberforce tornou-se apenas maquinal. Numa ocasião, ele apoiou os plantadores das Índias Ocidentais, noutra esquivou-se da moção, numa terceira "manteve-se firmemente ao lado" de Wilberforce, noutra simplesmente não compareceu.⁹⁴ Sob o governo de Pitt, só o tráfico de escravos britânicos mais do que duplicou,⁹⁵ e a Grã-Bretanha conquistou mais duas ilhas açucareiras, Trinidad e Guiana Inglesa. Como o abolicionista Stephen escreveu com amargura: "O Sr. Pitt, infelizmente para si mesmo, seu país e a humanidade, não é bastante fervoroso na causa dos negros, para lutar por eles tão decisivamente quanto devia, no gabinete mais do que no Parlamento."⁹⁶

Os historiadores liberais alegam o medo de Pitt do jacobinismo. A verdadeira razão é mais simples. Pode-se tomar como axiomático que nenhum homem ocupando um cargo tão importante como o de Primeiro-Ministro da Inglaterra adotaria uma medida tão importante como a abolição do tráfico de escravos puramente por razões humanitárias. Um Primeiro-Ministro é mais do que um homem, é um estadista. As razões de Pitt eram políticas e apenas secundariamente pessoais. Ele estava interessado no comércio açucareiro. Ou ele devia arruinar São Domingos inundando a Europa de açúcar indiano mais barato, ou abolindo o tráfico de escravos; ou devia conquistar São Domingos para si mesmo. Se pudesse conquistar São Domingos, o equilíbrio nas Antilhas seria restabelecido. São Domingos seria "uma nobre compensação" pela perda da América e "um glorioso acréscimo ao domínio, navegação, comércio e manufaturas da Grã-Bretanha".⁹⁷ Daria à Grã-Bretanha o monopólio do açúcar, anil, algodão e café: "Essa ilha, por muitos séculos, daria tal

ajuda e força à indústria que seria mui venturosamente sentida, em todas as partes do Reino." Seguida de uma aliança ofensiva e defensiva entre a Grã-Bretanha e a Espanha, "tal amizade por séculos excluiria a França e a América do Novo Mundo e efetivamente garantiria as possessões valiosas da Espanha".⁹⁸ Mas se Pitt tomasse São Domingos, o tráfico de escravos devia continuar. Quando São Domingos estava perdida para a França, o tráfico de escravos tornou-se simplesmente uma questão humanitária.

A destruição de São Domingos significou o fim do comércio açucareiro francês. Nem todos os decretos de consules, negros ou brancos, escreveu Eden com complacência, poderiam preencher os claros na população da ilha.⁹⁹ Mas a ruína de São Domingos não significou a salvação das Índias Ocidentais Britânicas. Dois novos inimigos entraram em cena. Cuba tomou a dianteira para preencher o claro deixado no mercado mundial pelo desaparecimento de São Domingos. Bonaparte, derrotado em suas tentativas de retomar a colônia perdida e decidido a conquistar a Inglaterra pelo estrangulamento de seu comércio exterior, deu o primeiro ímpeto ao açúcar de beterraba e a guerra dos dois açúcares começou. Enquanto, sob a bandeira americana, o açúcar cubano e de outras procedências neutras encontrava mercado na Europa, os excedentes das Índias Ocidentais Britânicas se amontoavam na Inglaterra. Falências eram a ordem do dia. Entre 1799 e 1807, 65 plantações na Jamaica foram abandonadas, 32 foram vendidas por causa de dívidas e, em 1807, pendiam processos contra 115 outras. Dívida, doença e morte eram os únicos assuntos de conversa na ilha.¹⁰⁰ Uma comissão parlamentar, instituída em 1807, descobriu que o plantador das Índias Ocidentais Britânicas estava produzindo com prejuízo. Em 1800, seu lucro era de 2,5%; em 1807, nada. Em 1787, o plantador obtinha lucro de 19 xelins e 6 pence por quintal inglês; em 1799,

* *Hundredweight* (quintal), abrev. *cwt*. Unidade de peso da qual existem dois tipos: o *short hundredweight* (quintal curto ou americano), usado nos Estados Unidos e que equivale a 45,36 kg (100 libras-peso); e o *long hundredweight* (quintal longo ou inglês), usado na Inglaterra e que equivale a 50,8 kg (112 libras-peso). (N. do T.)

10 xelins e 9 pence; em 1803; 18 xelins e 6 pence; em 1805, 12 xelins; em 1806, nada. A comissão atribuiu o mal principal à situação desfavorável do mercado estrangeiro.¹⁰¹ Em 1806, o excedente de açúcar na Inglaterra montava a seis mil toneladas.¹⁰² A produção tinha de ser diminuída. Para restringir a produção, o tráfico de escravos devia ser abolido. As colônias "saturadas" precisavam apenas de sete mil escravos por ano.¹⁰³ Foram as novas colônias, clamando por mão-de-obra, chelas de possibilidades, que tiveram de ser restringidas, e ficaram permanentemente manietadas pela abolição. Isso explica o apoio ao projeto de abolição por parte de tantos plantadores das Índias Ocidentais das ilhas mais antigas. Ellis declarara categoricamente em 1804 que o tráfico de escravos devia continuar, mas somente para as colônias mais antigas.¹⁰⁴ Era o mesmo velho conflito entre "plantadores saturados" e "plantadores em formação".

A guerra e o bloqueio continental de Bonaparte tornaram a abolição imperiosa para que as colônias mais antigas pudessem sobreviver. "Não estão elas agora", perguntou o Primeiro-Ministro Grenville, "angustiadas pela acumulação de produção em seu poder, para a qual não conseguem encontrar mercado; e portanto não seria aumentar a angústia, e levar os plantadores à ruína, se vocês consentissem na continuação de novas importações?"¹⁰⁵ Wilberforce estava regozijante: a angústia das Índias Ocidentais não podia ser imputada à abolição.¹⁰⁶ Na realidade, a abolição foi o resultado direto dessa angústia.

Se a abolição do tráfico de escravos foi a solução dos problemas do plantador, foi apenas uma solução temporária. Pois, como Merivale argumentou acertadamente, sem importação para substituir seus escravos, as Índias Ocidentais, e especialmente as colônias mais novas, não poderiam ter esperança de agüentar a competição ainda mais feroz do século XIX. "Escravidão sem o tráfico de escravos... era antes uma perda do que um ganho."¹⁰⁷ No fim das Guerras Napoleônicas em 1815, os plantadores de cana não estavam melhores do que tinham estado antes. A Índia ainda era um concorrente a ser temido. O diabo único de São Domingos fora substituído por três: Maurícia,

Cuba, Brasil. O cultivo da cana foi mais tarde estendido a Luisiana, Austrália, Havaí, Java. A beterraba continuou sua marcha até a grande vitória de 1848, quando libertou os escravos das plantações de cana-de-açúcar das colônias francesas, enquanto se tornou mais tarde uma característica permanente européia e até americana do interesse da autarquia econômica.

Entre 1793 e 1833, as importações de açúcar por parte da Grã-Bretanha mais do que duplicaram. Dados completos, durante o mesmo período, referentes às Índias Ocidentais não existem, mas entre 1815 e 1833 a produção das Índias Ocidentais conservou-se estacionária — 3.381.700 barris em 1815, 3.351.800 em 1833, com um máximo de 4.068.000 em 1828. É significativo que esse nível de produção só foi mantido a expensas das ilhas mais antigas com seu solo esgotado. Entre 1813 e 1833, a produção da Jamaica declinou em quase um sexto; as exportações de Antígua, Nevis e Tobago em mais de um quarto, St. Kitts em quase metade, as de St. Lúcia em dois terços, as de St. Vincent em um sexto, as de Granada em quase um oitavo. As exportações de Domínica apresentaram um ligeiro acréscimo, enquanto Barbados quase duplicou suas exportações. Por outro lado, a produção das colônias mais novas aumentou, a da Guiana Inglesa em duas vezes e meia, Trinidad em um terço.¹⁰⁸

Maurícia fornece nova comprovação dessa lei da produção escrava. Suas exportações para a Grã-Bretanha, inferiores às de Antígua em 1820, foram mais de quatro vezes maiores em 1833.¹⁰⁹ O açúcar das Índias Orientais vendido na Inglaterra aumentou 28 vezes, entre 1791 e 1833.¹¹⁰ Fontes estrangeiras estavam surgindo para fornecer a matéria-prima de que a Grã-Bretanha necessitava para refinação, consumo e exportação. As exportações de Cingapura, em 1833, foram seis vezes as de 1827; as importações provenientes das Filipinas quadruplicaram, as de Java aumentaram mais de vinte vezes.¹¹¹ A produção cubana de açúcar aumentou mais de quarenta vezes, entre 1775 e 1865.¹¹² As importações britânicas provenientes do Brasil aumentaram sete vezes entre 1817 e 1831, as de Cuba seis vezes, entre 1817 e 1832.¹¹³

A produção açucareira, como já vimos, é mais eficiente numa grande plantação do que numa pequena. Mas

o tamanho da plantação é limitado por um fator: o transporte. A cana, dentro de um determinado tempo depois de cortada, deve ser levada para a usina. Mais do que qualquer outra ilha britânica, a Jamaica no século XVIII era a terra dos grandes plantadores. Mas em 1753 havia apenas três plantações da classe de 2.000 acres na Jamaica, que tinha cerca de um décimo da terra cultivado com cana. A maior, pertencente a Philip Pinnock, e chamada por Pitman de "a atração" da Jamaica naquele tempo, compreendia 2.872 acres, dos quais 242 cultivados com cana, empregava 280 escravos e produzia 184 toneladas de açúcar por ano.¹¹⁴ Depois da emancipação, a Jamaica viu-se diante da escassez de mão-de-obra e os salários subiram. A ilha foi incapaz de competir com o solo mais extenso e mais fértil de Cuba, com sua população escrava. O desenvolvimento da estrada de ferro — a primeira foi construída em Cuba em 1837 — capacitou o plantador cubano a ampliar sua plantação, aumentar sua produção e reduzir os custos de produção, enquanto o plantador jamaicano estava ainda pedindo proteção e mão-de-obra. A competição, por conseguinte, tornou-se mais desigual. Na década de 1860, tomamos conhecimento da existência de plantações "monstro" em Cuba, a maior compreendendo 11.000 acres, da qual um décimo estava cultivado com cana, empregando 866 escravos e produzindo 2.670 toneladas de açúcar por ano.¹¹⁵

As Índias Ocidentais Britânicas haviam claramente perdido seu monopólio do cultivo de cana. Em 1789, não podiam competir com São Domingos; nem, em 1820, com Maurícia; nem, em 1830, com o Brasil; nem, em 1840, com Cuba. Sua época passara. Limitadas em extensão, escravas ou livres, não podiam competir com áreas maiores, mais férteis, menos esgotadas, onde a escravidão ainda era lucrativa. Cuba poderia conter todas as ilhas britânicas das Antilhas, inclusive a Jamaica. Um dos enormes rios do Brasil poderia comportar todas as ilhas das Índias Ocidentais sem que a sua navegação ficasse obstruída.¹¹⁶ A Índia poderia produzir rum bastante para afogar as Índias Ocidentais.¹¹⁷

A situação das Índias Ocidentais foi agravada pelo fato de que a produção excedia o consumo interno. Esse excedente, estimado em 25%,¹¹⁸ tinha de ser vendido nos

mercados europeus em concorrência com o açúcar brasileiro ou cubano mais barato. Isso só podia ser feito com subsídios e subvenções. Os plantadores das Índias Ocidentais estavam, de fato, sendo pagos para que pudessem competir com gente que, como já vimos, eram alguns dos melhores fregueses da Grã-Bretanha. Entre 1824 e 1829, as importações do açúcar cubano e brasileiro por parte de Hamburgo aumentaram 10%, enquanto as da Prússia duplicaram; o açúcar cubano importado pela Rússia aumentou 50% e o brasileiro, 25% no mesmo período.¹¹⁹ Para os capitalistas, isso era intolerável. A superprodução, em 1807, exigiu a emancipação. "No que concerne à quantidade da produção de açúcar", declarou Stanley, patrocinador do projeto de emancipação, "não estou bem certo de que até certo ponto uma diminuição dessa produção seria uma causa a lamentar... não estou bem certo de que não seria em benefício dos plantadores e das próprias colônias, no fim, se essa produção tivesse de ser diminuída."¹²⁰ Um século antes, os britânicos se haviam queixado da subprodução das Índias Ocidentais, agora se queixavam da superprodução. O bom senso simplesmente demonstraria que os negros emancipados só permaneceriam nas plantações se não tivessem alternativa. De fato, comparando os anos de 1839-1842 com os de 1831-1834, a produção da Jamaica e de Granada declinou em 50%, a da Guiana Inglesa em três quintos, a de St. Vincent em dois quintos. A de Trinidad em um quinto, a das outras ilhas proporcionalmente.¹²¹

Como justificativa da emancipação, argumentou-se que a restrição da produção daria aos plantadores um monopólio "real" do mercado interno igualando a produção ao consumo interno. Isso era estratégia parlamentar. Todos os esforços eram feitos para tornar o cultivo das Índias Ocidentais tão dispendioso quanto possível. Em 1832, o Conselho de Trinidad solicitou a abolição da taxa de escravo de uma libra *per capita*, em moeda da ilha. O Ministério das Colônias recusou: era "de muito grande importância que essa taxa continuasse; em vez de tornar a mão-de-obra escrava mais barata, é aconselhável torná-la mais cara".¹²² A questão em jogo era o próprio monopólio. Era só o monopólio das Índias Ocidentais que restringia o pleno desenvolvimento do comércio britânico de

açúcar com o mundo inteiro. O monopólio, portanto, devia ser destruído. Em 1836, o monopólio foi modificado, admitindo o açúcar das Índias Orientais em igualdade de condições. Em 1846, o ano da rejeição das Leis do Trigo, as tarifas açucareiras foram igualadas. As colônias das Índias Ocidentais Britânicas foram conseqüentemente esquecidas, até que o Canal de Panamá lembrou ao mundo a sua existência e revoltas de seus trabalhadores livres mal pagos as tornaram notícia de primeira página.

O CAPITALISMO BRITÂNICO E AS ÍNDIAS OCIDENTAIS

Enquanto, no século XVIII, todos os importantes interesses da Inglaterra se alinhavam ao lado do monopólio e do sistema colonial, após 1783, um por um, cada um desses interesses se manifestou contra o monopólio e o sistema escravista das Índias Ocidentais. As exportações britânicas de artigos manufaturados só podiam ser pagas em matérias-primas — o algodão dos Estados Unidos, o algodão, o café e o açúcar do Brasil, o açúcar de Cuba, o açúcar e o algodão da Índia. A expansão das exportações britânicas dependia da capacidade da Grã-Bretanha de absorver a matéria-prima como pagamento. O monopólio das Índias Ocidentais Britânicas, proibindo a importação de açúcar de plantações não-britânicas para o consumo interno, entravava o caminho. Todos os importantes grupos de interesse — os fabricantes de algodão, os proprietários de navios, os refinadores de açúcar — todas as importantes cidades industriais e comerciais — Londres, Manchester, Liverpool, Birmingham, Sheffield, o West Riding de Yorkshire — uniram-se no ataque à escravidão e ao monopólio das Índias Ocidentais. Os abolicionistas, significativamente, concentraram seu ataque nos centros industriais.¹

A. Os fabricantes de algodão

Os plantadores das Índias Ocidentais no século XVIII eram tanto exportadores de algodão em rama quanto importadores de manufaturas de algodão. Em ambos os aspectos, como já vimos, eles se tornaram cada vez mais insignificantes. A máquina a vapor e o descaroçador de

algodão mudaram a indiferença de Manchester em hostilidade direta. Ainda em 1788, Wilberforce exultava com o fato de que uma subscrição liberal para a abolição se tivesse originado em Manchester, "profundamente interessada no tráfico africano".²

Manchester não era representada na Câmara dos Comuns antes de 1832, portanto sua denúncia parlamentar do sistema das Índias Ocidentais só ocorre após essa data. Mas o centro da indústria algodoeira já se interessava pelo problema antes de 1832. Em 1830, Cobbett, o paladino dos trabalhadores, apresentou-se como candidato pelo distrito eleitoral de Manchester. Sua oposição ao interesse agrário o tornaria benquista na futura sede da Liga contra as Leis do Trigo. A prova veio em sua atitude para com a escravidão nas Índias Ocidentais. Cobbett odiava Wilberforce e os metodistas. Quando fugiu para os Estados Unidos, em 1818, escreveu uma carta ao tribuno Henry Hunt, na qual declarou que na América "não há Wilberforces. Pense nisso! Não há Wilberforces".³ Os metodistas eram "a súcia mais vil que Deus consentira em infestar a Terra", e ele instigava o povo a atirar-lhes ovos podres. Em sua opinião, os escravos eram "negros gordos e indolentes", que dão gargalhadas de manhã à noite, e os donos de escravos homens tão gentis, tão generosos e tão bons como jamais existiram.⁴ O monopólio das Índias Ocidentais nada custava ao povo inglês.⁵ Manchester o rejeitou, e a conversão de Cobbett à causa veio muito tarde.

Manchester era abertamente a favor da campanha em prol do açúcar das Índias Orientais. A 4 de maio de 1821, a Câmara de Manchester apresentou uma petição à Câmara dos Comuns censurando a preferência a uma colônia em detrimento de outra, e particularmente a preferência a uma colônia de escravos em detrimento de uma nação de homens livres.⁶ Em 1833, Manchester defendeu a admissão do açúcar brasileiro para refinação. Mark Phillips, representante de Manchester no Parlamento, falou breve, mas energicamente, sobre a enorme importância do assunto para o grande centro da manufatura algodoeira que ele representava. Acentuou os gravames impostos aos navios que tinham de voltar do Brasil sem carga e argumentou que o fomento da refinação de açúcar aumentaria os empregos para as industriais classes trabalhadoras.⁷

Nesse simples nome Phillips se resume toda a evolução de Manchester e sua indústria algodoeira. Em 1749, a firma de J. N. Phillips & Companhia estava profundamente empenhada no comércio com as Índias Ocidentais. Em 1832, Mark Phillips foi eleito como um dos dois membros a representar Manchester, pela primeira vez, no Parlamento Reformado.⁸ As ligações de Phillips com as Índias Ocidentais ainda persistiam. Sendo parente de Robert Hibbert, foi escolhido por este como um dos membros do primeiro conselho diretor para administrar o Consórcio Robert Hibbert.⁹ Mas economicamente suas ligações com as Índias Ocidentais haviam terminado. Ele se opôs à mancha suja da escravidão, um sentimento que provocou aplausos num banquete dado na cidade para comemorar sua eleição. O humanitarismo eloquente do Sr. Hadfield na mesma ocasião suscitou estrondosa aclamação. "Apelo para vocês... A liberdade poderia ser gozada por algum homem racional sem o desejo de transmiti-la aos outros?... Será que a mera distinção de negro e branco fará que sempre uma raça seja de escravos enquanto outra é livre? Será que sempre terá de ser que um homem seja escravo porque é negro e que outro seja livre porque é branco?... Digo-lhes que, enquanto não limparmos essa mancha imunda das instituições de nosso país, a própria liberdade não está segura em parte alguma."¹⁰ A mancha imunda não era a escravidão, mas o monopólio. Manchester não estava interessada nas Escrituras Sagradas, mas nos resultados censitários.

Depois de 1833, os capitalistas de Manchester eram todos pelo livre-câmbio do açúcar, isto é, do açúcar produzido por escravos. Phillips apoiava a equiparação das tarifas açucareiras das Índias Orientais. Os plantadores tinham recebido sua indenização e não obteriam um níquel a mais.¹¹ Em 1839, ele era pela equiparação das tarifas sobre todo o açúcar estrangeiro, pois era dever do Parlamento baixar os preços de todas as necessidades da vida e proporcionar todo estímulo para o valioso comércio com o Brasil.¹² John Bright e Milner Gibson, que em certa ocasião fora Vice-Presidente da Junta de Comércio, mantinham erguida a bandeira do livre-câmbio. Argumentavam que a tarifa de proteção aos plantadores das Índias Ocidentais obrigava a classe trabalhadora britânica a pagar

preços mais altos pelo açúcar e assim tirava daquela gente o dinheiro ganho nas fábricas.¹³ Chamavam a tarifa de um "imposto odioso",¹⁴ uma "espécie de caridade parlamentar",¹⁵ que era maior do que o custo de produção. Se os brasileiros podiam cultivar a cana de graça, se seu açúcar caía do céu, se os plantadores das Índias Ocidentais tinham roubado seu açúcar, não fazia diferença.¹⁶ A proteção, dizia John Bright, era um ópio que tornava os plantadores eternos resmungões — como Oliver Twist, sempre pedindo mais.¹⁷ Os manufatores de algodão, vangloriava-se ele, não pediam proteção e não precisavam de nenhuma,¹⁸ esquecendo-se convenientemente da proteção que haviam pedido durante um século e meio antes contra as mercadorias indianas e ignorando a proteção que iriam pedir durante três quartos de século posteriormente contra os tecidos japoneses. Os livre-cambistas, advertiu Bright, podiam ser derrotados, mas voltariam à carga com energia redobrada.¹⁹ As exigências dos plantadores eram indecorosas;²⁰ não era dever do Parlamento tornar o cultivo do açúcar lucrativo,²¹ e Bright aconselhava-os a cultivar cravo-da-índia e noz-moscada.²²

B. Os fabricantes de ferro

Já em 1788 uma sociedade abolicionista fora fundada em Birmingham e uma subscrição aberta para a causa.²³ Nessa sociedade, os fabricantes de ferro eram elementos de destaque. Três membros da família Lloyd, juntamente com seus interesses bancários, faziam parte do comitê. A figura dominante, porém, era Samuel Garbett.²⁴ Garbett era uma personalidade importante da Revolução Industrial, que lembra mais o século XX do que o século XVIII. Na amplitude de sua visão, no campo de suas atividades, na multiplicidade de seus interesses, ele nos faz recordar Samuel Touchet. Como Touchet, sócio no empreendimento de fiação de Wyatt e Paul, Garbett era associado de Roebuck na Usina Siderúrgica Carron, acionista com Boulton e Watt na Laminação Albion e nas minas de cobre de Cornualha. "Havia na verdade", escreve Ashton, "poucos domínios da vida industrial e comercial de seu tempo a que ele não se dedicasse". Além disso, sua energia era aplicada mais à política industrial do que aos

detalhes da administração. Tornou-se o porta-voz dos fabricantes de ferro junto ao Governo.²⁵ Esse era realmente um homem perigoso de se ter como adversário, pois Garbett, no sentido mais amplo, era Birmingham.

Numa reunião de vários habitantes respeitáveis de Birmingham, a 28 de janeiro de 1788, sob a presidência de Samuel Garbett, decidiu-se enviar uma petição ao Parlamento. A petição declarava, *inter alia*, que "como habitantes de uma cidade e zona industrial vossos requerentes têm os interesses comerciais desse reino arraigados profundamente no coração; mas não podem esconder sua aversão a qualquer comércio que sempre se origina na violência e muito freqüentemente termina em crueldade". Gustavus Vasa, um africano, visitou Birmingham e teve uma acolhida cordial.²⁶

Isso não queria dizer que Birmingham era unânime ou coerente na questão da abolição. Os fabricantes ainda interessados no tráfico de escravos realizavam contra-reuniões e enviavam contrapetições ao Parlamento.²⁷ Mas Samuel Garbett, os Lloyd e outras personalidades desse gabarito estavam, segundo o ponto de vista dos plantadores das Índias Ocidentais, do lado errado da questão.

Em 1832, Birmingham foi o centro de uma agitação que, dirigida pelo fabricante de ferro Attwood, levou a Inglaterra à beira da revolução e culminou no Projeto de Reforma de 1832. Outra vez a cidade estava dividida na questão da emancipação. Uma sessão pública realizada na Sala de Reunião do Royal Hotel, a 16 de abril de 1833, teve um caráter turbulento e terminou em desordem, o proprietário reclamando indenização por cadeiras e copos quebrados.²⁸ Birmingham era um dos inúmeros centros industriais que votaram em 1833 por um período mais curto de "aprendizado" sob o qual, pela Lei de Emancipação, a escravidão negra foi perpetuada de uma forma modificada. Joseph Sturge era uma figura proeminente na luta pela emancipação. Depois de 1833, Sturge assumiu a direção na Inglaterra do protesto contra o sistema de aprendizado. Com o abolicionista Gurney, ele embarcou para as Índias Ocidentais, em 1836, "com a idéia benevolente de colher informações pessoais quanto à situação da população negra, na esperança de obter nova melhoria de sua condição". Sua volta incólume no ano seguinte

foi comemorada por um almoço público em sua honra na Municipalidade, em reconhecimento de "seus incansáveis esforços filantrópicos pela causa da emancipação do negro".²⁹ Essa era a Birmingham do século XIX e não mais a do século XVIII: um outro grupo de interesses se voltara contra o sistema colonial.

Juntamente com Birmingham, pode-se considerar proveitosamente Sheffield como o centro da indústria do aço. O interesse de Sheffield pelo sistema colonial tinha sido no máximo superficial; "sem interesse consolidado na manutenção da escravidão colonial, (ela) oferecia um campo favorável para o abolicionista". Sheffield, como Manchester, Birmingham e outros centros industriais, não era representada no Parlamento antes de 1832. Fazia parte do condado de York, cujo representante foi primeiro Wilberforce e depois Brougham — ambos destacados abolicionistas. "Sou um defensor da abolição da escravatura nas Índias Ocidentais", afirmou Brougham em sua campanha na cidade em 1830, "e hei de arrancá-la pela raiz. Já a afrouxei e, se vocês me ajudarem, hei de brandi-la por cima de suas cabeças."³⁰

Certa parte da ajuda de Sheffield pode ser atribuída a seu interesse pelo Oriente. Em 1825, os abolicionistas começaram a boicotar a produção das Índias Ocidentais e a estimular, em seu lugar, o consumo do açúcar e rum da Índia. Sheffield era o centro desse movimento. Uma sociedade auxiliar foi formada no mesmo ano para a ajuda dos escravos negros. O comitê organizou uma campanha intensiva na cidade. Cada membro escolheu duas ruas a fim de fazer uma verificação quanto à praticabilidade de induzir as donas de casa a adotarem o uso dos produtos das Índias Orientais. O comitê estimou que para cada seis famílias que usassem o açúcar das Índias Orientais um escravo a menos era necessário nas Índias Ocidentais — obviamente um argumento artificial, mas qualquer apoio servia para fustigar os plantadores das Índias Ocidentais, desde que fossem fustigados. "Certamente", o comitê advertiu a seus concidadãos, "libertar um semelhante de um estado de servidão cruel e miséria, por um sacrifício tão pequeno, merece a atenção de todos". Sheffield respondeu à expectativa: a venda do açúcar das Índias Orientais duplicou em seis meses.³¹

Em maio de 1833, a Sociedade Antiescravista da cidade remeteu um memorial ao Primeiro-Ministro solicitando emancipação imediata e não gradual.³² No fim, protestava contra a indenização aos donos de escravos e o projeto de aprendizado, e Sheffield, como Birmingham, propunha que se terminasse o aprendizado no tempo mais curto possível.³³

C. A indústria da lã

A indústria da lã também juntou-se ao coro da oposição. Wilberforce e Brougham falavam não somente pelos humanitaristas, mas também pelos centros de lã. Iria a Câmara, perguntava o Sr. Strickland por Yorkshire em 1833, tomar a liberdade de comércio e a extensão do emprego do capital como a regra para legislar, ou iria tomar aquilo para aumentar os monopólios por meio de restrições? Ele próprio deu a resposta: todos os monopólios deveriam ser extirpados, como destrutivos ao progresso do comércio.³⁴

John Bright no algodão, Samuel Garbett no ferro. Eram homens poderosos, a que se juntaria um mais poderoso ainda, falando em nome da indústria da lã — Richard Cobden. Sobre a questão do monopólio das Índias Ocidentais, o evangelista do livre-câmbio e o líder da Liga contra as Leis do Trigo falava com um vigor, uma lógica e um apoio popular que eram irresistíveis.

A pretensão do monopólio, por parte das Índias Ocidentais, era, em princípio, uma audácia. Houve época, trovejava Cobden, lembrando o Longo Parlamento* e Carlos I, em que nenhum membro ousaria erguer-se no Parlamento para fazer uma reivindicação com base num monopólio.³⁵ Homens de negócios calculariam o custo, e presumivelmente não poderiam ficar satisfeitos se verificassem que as despesas se elevavam a metade do valor total do comércio colonial.³⁶ Se a Grã-Bretanha tivesse oferecido gratuitamente suas exportações aos plantadores,

* Long Parliament (Longo Parlamento), Parlamento que se reuniu em 1640 e foi dissolvido por Cromwell em 1653. Voltou a reunir-se em 1659, depois da morte de Cromwell, e dissolveu-se no ano seguinte. (N. do T.)

em troca do livre-câmbio com o Brasil e Cuba, ela ainda teria ganho.³⁷ Então que espécie de comércio era esse? "Era precisamente como se um lojista desse, com cada lote de mercadorias no valor de uma libra, meio soberano a seu freguês." A Câmara dos Comuns realizava negócios com menos perspicácia do que a necessária para dirigir-se eficientemente uma tendinha.³⁸

Sob a alegação de que a tarifa diferencial em favor do açúcar das Índias Ocidentais visava proibir o consumo de açúcar produzido por escravos, Cobden descarregou seu sarcasmo fulminante. Que direito tinha um povo que era o maior distribuidor de tecidos de ir ao Brasil, com seus navios cheios de artigos de algodão manufaturados com material produzido por escravos e, após erguer os braços aos céus, derramar lágrimas de crocodilo pelos escravos e recusar-se a aceitar em troca açúcar produzido por escravos?³⁹ A situação era ridícula, e Cobden escreveu uma paródia sobre ela na forma de uma entrevista imaginária na Junta de Comércio entre Lorde Ripon e o embaixador brasileiro. O embaixador escarnecia do desconcertado Lorde Ripon: "Não há escrúpulos religiosos em mandar tecidos de algodão produzidos por escravos para todos os países do mundo? Não há escrúpulos religiosos em comer o arroz produzido por escravos? Não há escrúpulos religiosos em fumar o tabaco produzido por escravos? Não há escrúpulos religiosos em aspirar o rapé produzido por escravos?... Devo entender que os escrúpulos religiosos do povo inglês se limitam ao açúcar?" Ripon, obviamente constrangido, reitera sua impossibilidade de adquirir o açúcar brasileiro e alega, em sua defesa, as recomendações do Partido Antiescravista dirigido por Joseph Sturge. Nesse momento entra Sturge, com uma gravata de algodão, um chapéu forrado com pano de algodão, um paletó costurado com linha de algodão, bolsos bem forrados com ouro e prata trabalhados por escravos. Os dois diplomatas caem na gargalhada.⁴⁰

A lógica, se não a humanidade, estava do lado de Cobden. Assim era o Partido Antiescravista. Esse partido, vangloriava-se ele com justiça, tivera sua força e centros de atividades nas cidades industriais e estava agora nas fileiras dos revogadores das Leis do Trigo.⁴¹ Ambos falavam de comum acordo. "Sou o representante da indústria

da lã", declarava em 1848, "uma indústria autóctone contra a qual não há ressentimento nesta Casa... Sou o representante de um condado que foi importante no movimento da escravidão... Agora, sem hesitação, afirmo que quase todos os homens, que dirigiram a agitação pela emancipação dos escravos e que por sua influência na opinião pública ajudaram a produzir esse resultado, estão contra os ilustres senhores desta Casa que defendem uma tarifa diferencial sobre o açúcar estrangeiro tendo em vista acabar com a escravidão no exterior."⁴²

D. Liverpool e Glasgow

Talvez o fato mais cruel para os plantadores das Índias Ocidentais era que Liverpool também virara a casaca e mordida a mão que a alimentara. Em 1807, havia ainda 72 traficantes de escravos na cidade e foi de Liverpool que o último dos traficantes ingleses de escravos, o Comandante Hugh Crow, zarpou pouco antes que a lei da abolição entrasse em vigor.⁴³ Mas, se Tarleton continuou sua oposição no Parlamento a uma medida tão necessária como a abolição do tráfico inglês de escravos para as colônias açucareiras estrangeiras,⁴⁴ em 1807 Liverpool era também representada por William Roscoe, cujos sentimentos antiescravistas já assinalamos.

Embora Liverpool realizasse tráfico de escravos em 1807, tal tráfico se tornara menos vital para a existência do porto. Em 1792, um em cada 12 navios pertencentes ao porto dedicava-se ao tráfico de escravos; em 1807, um em cada 24.⁴⁵ Em 1772, quando 101 navios de Liverpool se dedicavam ao tráfico de escravos, os direitos das docas montaram a 4.552 libras; em 1779, quando, em consequência da Revolução Americana, apenas 11 navios zarparam de Liverpool para a África, os direitos das docas montaram a 4.957 libras.⁴⁶ Em 1824, montaram a 130.000 libras.⁴⁷ Evidentemente, a abolição não podia arruinar Liverpool. Como afirmou Roscoe, os habitantes da cidade não eram unânimes em opor-se à abolição, e àqueles que seriam atingidos pela medida ele apresentava a perspectiva tentadora de um comércio com a Índia alegando que a revogação do monopólio da Companhia das Índias Orientais seria a compensação por qualquer perda que a aboli-

ção do tráfico de escravos pudesse infligir aos negociantes britânicos.⁴⁸

Mas se Liverpool se virou contra o tráfico de escravos, ainda mantinha seu interesse pela escravidão. Não era mais, porém, a escravidão das Índias Ocidentais, mas a americana, não mais o açúcar, mas o algodão. O comércio de algodão americano tornou-se o mais importante comércio de Liverpool. Em 1802, metade das importações de algodão da Grã-Bretanha veio através de Liverpool; em 1812, dois terços; em 1833, nove décimos.⁴⁹ Liverpool erguera Manchester no século XVIII; Manchester assumia a dianteira no século XIX e Liverpool arrastava-se obedientemente atrás. Na era do mercantilismo Manchester fora o interior de Liverpool, na era da livre empresa Liverpool era o subúrbio de Manchester.

Liverpool seguiu a orientação livre-cambista dada pela capital do algodão. Entre seus representantes depois de 1807, escolheu Canning e Huskisson, homens que falavam a linguagem do livre-câmbio, embora em tom um tanto moderado. Os privilégios exclusivos, disse Huskisson em 1830, estavam fora de moda,⁵⁰ ganhando assim a magnífica baixela de prata que a cidade lhe ofereceu como uma "prova da compreensão (dela) dos benefícios proporcionados à nação em geral pelo sistema esclarecido de política comercial apresentado por ele como Presidente da Junta de Comércio".⁵¹ Qualquer ministro, disse seu novo representante Ewart em 1833, pensando nas mercadorias de Manchester, que continuasse a impor entraves ao comércio britânico merecia ser processado por alta traição.⁵² Os negociantes e proprietários de navios da cidade apresentaram uma petição ao Parlamento no mesmo ano, solicitando que se atendesse ao monopólio colonial exclusivo do mercado interno.⁵³ Havia uma poderosa Associação Brasileira na cidade, a qual acentuava que, em consequência do monopólio das Índias Ocidentais, mais de dois milhões de capital britânico foram desviados, dando serviço a navios estrangeiros e pagando a estrangeiros fretes, comissões e custas, para grande prejuízo dos proprietários de navios britânicos.⁵⁴ Os negociantes e proprietários de navios de Liverpool expressavam a esperança de que, embora o Parlamento estivesse legislando em benefício de escravos em colônias distantes, também levaria em consideração a con-

dição atual e o bem-estar futuro da população trabalhadora da Inglaterra.⁵⁵

Em Glasgow, também, os plantadores das Índias Ocidentais perderam outro amigo. Os tempos de Macdowall e das herdeiras do açúcar tinham passado. A mudança pode ser simbolizada nas vicissitudes de uma família de Glasgow. No século XVIII, um humilde cidadão de Glasgow, Richard Oswald, emigrou para Londres. Lá, por meio de um feliz casamento com uma herdeira de grandes plantações de cana-de-açúcar, ele fez sua fortuna.⁵⁶ Durante anos, foi um grande mercador de escravos, possuindo sua própria fábrica na ilha Bence, na foz do rio Serra Leoa.⁵⁷ A fortuna finalmente passou para James Oswald, o primeiro representante de Glasgow no Parlamento Reformado. Em 1833, Oswald apresentou uma petição, trazendo a assinatura de muitos homens respeitáveis, solicitando a redução das tarifas exorbitantes impostas ao açúcar brasileiro importado para refinação.⁵⁸

E. Os refinadores de açúcar

No século XIX, não menos do que no século XVIII, o plano ambicioso da Grã-Bretanha era tornar-se o empório açucareiro do mundo, adoçar o chá e o café do mundo, como a Revolução Industrial lhe permitira vestir o mundo. Essa visão mundial estava em conflito não somente com a importância declinante da produção das Índias Ocidentais relativa à produção mundial, mas também com a determinação persistente dos plantadores das Índias Ocidentais de restringir seu cultivo a fim de manter os preços de monopólio.

A insurreição dos escravos em São Domingos fez os preços do açúcar no mercado europeu subir em espiral. Os preços elevaram-se em 50% entre setembro de 1788 e abril de 1793.⁵⁹ Os refinadores de açúcar da Inglaterra enviaram uma petição ao Parlamento em 1792. Não eram mais tão modestos como tinham sido quarenta anos antes. Condenaram os males do monopólio das Índias Ocidentais, mencionaram "a decadência de sua manufatura outrora florecente", solicitaram a admissão de açúcar estrangeiro em navios britânicos com tarifas mais elevadas, e pleitearam a equalização das tarifas sobre o açúcar das Índias

Ocidentais e das Índias Orientais Britânicas.⁶⁰ A sabotagem começara bem no quintal do plantador das Índias Ocidentais. A opinião pública injustamente acusou os refinadores pelos preços altos.⁶¹ Mas uma comissão instituída numa reunião pública para examinar os meios de reduzir o preço do açúcar isentou de culpa os refinadores e preconizou a admissão do açúcar das Índias Orientais em igualdade de condições como "um ato de justiça".⁶²

A questão indiana, como já vimos, foi contornada quando o petisco dominicano foi alvo da gula do Governo inglês. Mas o caso foi revivido na década de 1820, quando a Índia precisava exportar matérias-primas para pagar as manufaturas britânicas. A competição com o algodão americano era impossível;⁶³ assim, os negociantes indianos, alegou-se, tinham de escolher entre o açúcar e as areias do Ganges.⁶⁴ Os indianos falavam em livre-câmbio, mas seu objetivo real era participar do monopólio das Índias Ocidentais no mercado interno. Aqui, eles e os refinadores estavam em desacordo. Como disse Ricardo: "Nenhuma proteção exclusiva devia ser concedida às Índias Orientais ou às Índias Ocidentais, e devíamos ter liberdade para importar nosso açúcar de onde quer que quiséssemos. Nenhum mal poderia advir disso."⁶⁵

A situação dos refinadores de açúcar em 1831 era desesperada. Os plantadores das Índias Ocidentais tinham o monopólio do mercado interno. O açúcar indiano só podia ser importado a tarifas exorbitantes, a não ser para reexportação. Medidas anuais eram votadas pelo Parlamento permitindo a importação do açúcar brasileiro e cubano exclusivamente para refinação e reexportação. Isso era evidentemente insatisfatório. Havia um grande capital investido na indústria de refinação do açúcar, estimado entre três e quatro milhões em 1831.⁶⁶ Em consequência da proibição de todo o açúcar, menos o das Índias Ocidentais Britânicas, a indústria estava à beira da ruína. Os custos mais altos do açúcar das Índias Ocidentais Britânicas significavam que os refinadores continentais estavam desalojando os britânicos em todos os mercados europeus. Em 1830, havia 224 tachos em funcionamento em Londres; em 1833, menos de um terço desse número. Dois terços do comércio de refinação de açúcar no país inteiro estavam completamente paralisados.⁶⁷

Somente os interesses das Índias Ocidentais, perguntava John Wood pelos refinadores de açúcar de Preston, devem ser levados em conta?⁶⁸ Iria o Parlamento, "para satisfazer os monopolistas, consentir em arruinar nossos recursos futuros?"⁶⁹ A Grã-Bretanha, disse Huskisson da Junta de Comércio, poderia tornar-se o entreposto de açúcar do mundo, e poderia por conseguinte proporcionar emprego para seus homens ociosos e seu capital ocioso refinando aquele açúcar para os mercados da Europa. De fato, ele não conhecia outro ramo em que o capital pudesse ser mais beneficentemente empregado do que na refinação do açúcar.⁷⁰ A supressão do monopólio das Índias Ocidentais, disse William Clay pelo distrito de refinação de açúcar dos Tower Hamlets,* "seria obtida por um preço barato, concedendo-se aos proprietários das Índias Ocidentais a quantia exata da indenização proposta".⁷¹

Isso era ir muito depressa para um Governo ainda dominado, em 1832, pela aristocracia agrária e, portanto, simpático a seus irmãos coloniais. O Governo adotou um meio-termo temporário. Em troca da emancipação, o direito dos plantadores das Índias Ocidentais ao monopólio do mercado interno seria mantido, enquanto a importação irrestrita de açúcar estrangeiro era permitida, mas somente para refinação e exportação para a Europa.

A situação era fantástica. A explicação oferecida foi que o açúcar brasileiro e cubano era produzido por escravos. Mas também o eram o algodão americano e o café brasileiro. Se as mesmas restrições tivessem sido aplicadas ao algodão estrangeiro como eram aplicadas ao açúcar estrangeiro, o que teria sido da preeminência industrial britânica no mundo? A distinção entre artigos produzidos pela mão-de-obra livre e por escravos era um princípio para ação individual, não uma regra que pudesse dirigir o comércio internacional.⁷² Os capitalistas queriam apenas açúcar barato. Só podiam ver uma coisa, que era "monstruoso" ter de depender, para seu abastecimento, de açúcar produzido a preço de monopólio.⁷³ Não podiam, como afirmou Lorde Lansdowne, experimentar coisas por um termômetro especial, que subia ao ponto de ebulição,

* Tower Hamlets (Povoados da Torre), antigo burgo parlamentar (distrito eleitoral), a leste de Londres. (N. do T.)

com o açúcar cubano, e baixava à temperatura mais agradável, com o algodão da Carolina.⁷⁴

F. Frota mercante e marinheiros

Os plantadores das Índias Ocidentais sempre mencionaram, para justificar seu sistema, sua contribuição à supremacia naval da Inglaterra. Graças às pesquisas de Clarkson, a Inglaterra tomou conhecimento do preço que teve de pagar por essa contribuição. Enfrentando o leão em seu covil, Clarkson, com grande risco pessoal, percorreu as docas de Liverpool, Bristol e Londres, interrogou marinheiros, examinou róis de equipagem e colheu provas do que era uma terrível acusação dos efeitos do tráfico de escravos, agora não sobre os negros, mas sobre os brancos.

Segundo Clarkson, a proporção de mortes no tráfico de escravos em comparação com as que ocorriam no comércio com a Terra Nova era de vinte para uma.⁷⁵ Wilberforce estimou as perdas anuais em um quarto dos marinheiros.⁷⁶ Com base nos róis de equipagem de Liverpool e Bristol, ele mostrou ao Parlamento que em 350 navios negreiros, com 12.263 marinheiros, houve 2.643 mortes — 21,5% — em doze meses, enquanto nos 462 navios empenhados no comércio com as Índias Ocidentais, com 7.640 marinheiros, houvera apenas 118 mortes em sete meses — ou menos de 3% anualmente.⁷⁷ William Smith desmentiu a falácia de que o tráfico de escravos era responsável pelo ingresso de muitos “homens de terra” na marinha. A proporção dos “homens de terra”, pelos róis de equipagem de Bristol, foi de um duodécimo; em Liverpool, de um dezesseis avos.⁷⁸ De acordo com Lorde Howick, as perdas entre os marinheiros no tráfico de escravos eram oito vezes as do comércio com as Índias Ocidentais, e aquelas eram notáveis pela presteza com que os homens desertavam ao chegarem nas Índias Ocidentais e se passavam para os navios do Rei.⁷⁹ O comitê de Abolição declarou que a mortalidade no tráfico de escravos era mais do que o dobro de todos os outros ramos de comércio do reino.⁸⁰ John Newton, uma autoridade no assunto, fala da perda “verdadeiramente alarmante” no tráfico de escravos.⁸¹ Ramsay resumiu o sentimento geral: “Não forma, mas destrói marinheiros. E essa destruição de marinheiros é um forte

argumento para a sua abolição. Se temos alguma consideração pela vida dos marinheiros, devemos abandonar um ramo de comércio que dissipa os homens de maneira tão improfícua.”⁸²

Em 1807, o interesse dos proprietários de navios pelo tráfico de escravos declinara consideravelmente. Na média dos dez anos que precederam 1800, o capital investido no tráfico de escravos foi menos de 5% do comércio de exportação total do país; em 1807, foi 1,25%. Em 1805, 2% da tonelagem de exportação britânica, excluindo a Irlanda e o comércio costeiro, foram empregados no tráfico de escravos, apenas 4% dos marinheiros empenhados no comércio exterior em geral.⁸³

Os proprietários de navios também começaram a achar o monopólio das Índias Ocidentais enfadonho. Prometeram-lhes que a equiparação das tarifas sobre o açúcar da Índia Oriental proporcionaria serviço para 40% a mais de navios.⁸⁴ A frota mercante britânica empenhada no comércio com a Índia aumentou quatro vezes, entre 1812 e 1828, e Huskisson admitiu que a dificuldade era encontrar retornos da Índia.⁸⁵

Os proprietários de navios estavam igualmente cientes do valor do açúcar brasileiro. Poulett Thomson, da Junta de Comércio, frisou que a importação do açúcar estrangeiro para refinação era muito benéfica para os interesses dos proprietários de navios britânicos.⁸⁶ Segundo Ewart, tal importação forneceria frete para 120.000 toneladas de navios somente do Brasil, enquanto São Domingos (pertencente à Espanha), Cuba, Manilha e Cingapura proporcionariam cargas para outras 200.000 toneladas.⁸⁷ Mark Phillips contou à Câmara uma história lastimosa de navios retornando do Brasil vazios — 1832; 51 navios zarparam de Liverpool para o Rio de Janeiro, nem um só trouxe um carregamento de retorno.⁸⁸ Segundo William Clay, de quatro navios britânicos que zarparam mensalmente de Liverpool para o Brasil em 1832, nem um só retornou com a produção pela qual seus carregamentos tinham sido adquiridos.⁸⁹

Os proprietários de navios eram todos pelo livre-câmbio, mas somente quando o monopólio de outros estava envolvido. Em 1825, as Leis de Navegação foram modificadas. As Índias Ocidentais Britânicas obtiveram permis-

são para comerciar com todas as partes do mundo. Isso foi a brecha inicial. Em 1848, as Leis de Navegação, o próprio sustentáculo do sistema colonial, foram arrastadas pelas vagas do *laissez-faire* como refugio de tempos antigos. Ricardo ridicularizou o meio tortuoso e dispendioso pelo qual as trocas eram realizadas. Citou um caso em que couros americanos foram levados de Marselha para Roterdão. Não encontrando mercado, foram levados de volta para Marselha, de onde foram enviados para Liverpool. Em Liverpool foram apreendidos sob o fundamento de que tinham sido importados num navio francês e só foram liberados sob a condição de que seriam enviados de volta a Nova Iorque. Um espanhol, continuava Ricardo, não tinha permissão pelas Leis de Navegação inglesas para embarcar um carregamento de açúcar em Cuba para entrega num porto francês, onde embarcaria vinho para a Inglaterra. Na Inglaterra, ele encontraria um funcionário da alfândega, que lhe diria que ele não podia desembarcar sua carga. — Por quê? — perguntaria o espanhol. — Pensei que vocês quisessem vinho. — De fato, queremos — responderia o funcionário. Então o espanhol diria: — Vou trocar meu vinho por sua porcelana. — Isso não serve — replicaria o funcionário da alfândega e acrescentaria: — Tem de ser trazido por um francês ou por um navio francês. — Mas o francês não quer sua porcelana. — Não podemos resolver isso — retrucaria o funcionário, explicando: — Não podemos deixar que você viole nossas Leis de Navegação. Se os espanhóis queriam porcelana, concluía Ricardo, os franceses açúcar, e os ingleses vinho, "por que razão devemos proibir o curso natural da transação?"⁹⁰

Os proprietários de navios não viam as coisas assim. Eles tinham votado contra o monopólio do trigo e o monopólio do açúcar, mas não abandonariam o monopólio da navegação. Enquanto o trigo e o açúcar estavam perdendo o privilégio, a frota mercante não podia gozar imunidade. Em 1848, as Leis de Navegação foram revogadas. A última pá de cal foi atirada sobre o mercantilismo quando Ricardo aconselhou os defensores da "longa viagem" a fazerem sua carga dar três voltas em torno das Ilhas Britânicas.⁹¹

10

"A PARTE COMERCIAL DA NAÇÃO" E A ESCRAVIDÃO

Os capitalistas primeiro estimularam a escravidão nas Índias Ocidentais e depois ajudaram a destruí-la. Quando o capitalismo britânico dependia das Índias Ocidentais, eles a ignoravam ou defendiam. Quando o capitalismo britânico achou-a uma coisa incômoda, eles destruíram a escravidão nas Índias Ocidentais. Que a escravidão para eles era relativa, e não absoluta, e dependia de latitude e longitude, está provado por sua atitude, depois de 1833, para com a escravidão em Cuba, no Brasil e nos Estados Unidos. Censuravam seus adversários por verem a escravidão somente onde viam açúcar e limitarem sua observação ao arco de uma barrica.¹ Recusavam-se a formular suas tarifas em base de moralidade, a erigir um púlpito em cada alfândega e a fazer seus administradores coloniais cumprirem as doutrinas antiescravistas.²

Antes e depois de 1815, o Governo britânico tentou subornar os Governos espanhol e português para a abolição do tráfico de escravos — em 1818, a Espanha recebeu 400.000 libras em troca da promessa de fazê-la. Tudo inutilmente. Os tratados eram considerados como pedaços de papel, pois a abolição arruinaria Cuba e o Brasil. O Governo britânico, portanto, instigado pelos plantadores das Índias Ocidentais, resolveu adotar medidas mais drásticas. Wellington foi enviado à conferência internacional de Verona para propor que as potências européias boicotassem a produção dos países que ainda se dedicavam ao tráfico de escravos. Se lhe fizessem a pergunta sobre se a Grã-Bretanha estava igualmente disposta a rejeitar a produção dos países traficantes de escravos, importada não para consumo, mas em trânsito, ele devia manifestar boa

vontade em submeter essa proposição à consideração imediata de seu Governo.³ Essas instruções faziam pouca justiça à perspicácia dos estadistas europeus. A proposta de Wellington foi recebida em silêncio, e ele observou "aqueles sintomas de desaprovação e discordância que me convenceram não somente que não seria adotada, mas que a sugestão disso era atribuída a motivos de interesses não ligados ao desejo humano de abolir o tráfico de escravos!"⁴ Como Canning informou a seu Gabinete: "A proposta da recusa de admitir o açúcar brasileiro nos domínios dos Imperadores (isto é, da Rússia e Áustria-Hungria) e do Rei da Prússia foi recebida (como era de esperar) com um sorriso; o que indicava por parte dos estadistas continentais a suspeita de que havia algo de interesse próprio em nossa sugestão para excluir a produção das colônias rivais de competição com as nossas próprias, e a surpresa deles de que aceitaríamos transportar a produção que gostaríamos de dissuadi-los de consumir."⁵

Era evidentemente o que um membro do Parlamento chamaria mais tarde de "humanidade lucrativa".⁶ A independência do Brasil deu a Canning melhor oportunidade. Reconhecimento em troca de abolição.⁷ Mas havia o perigo de que a França reconhecesse o Brasil sob a condição de que o tráfico de escravos continuasse.⁸ Que seria então do transporte marítimo britânico e também das exportações britânicas? "Há imensos interesses britânicos envolvidos no comércio com o Brasil", Canning lembrou a Wilberforce, "e devemos proceder com cautela e bastante atenção; e levar em conta os sentimentos comerciais, como também os morais do país".⁹ Moralidade ou lucro? A Grã-Bretanha tinha de escolher. "Você argumenta", escreve Canning francamente a Wilberforce, "contra o reconhecimento do Brasil sem a extinção do tráfico de escravos... você está surpreso de que o Duque de Wellington não foi instruído a dizer que abandonaria o comércio com o Brasil (pois isso é, receio, o resultado de abandonar a importação e a reexportação do açúcar e algodão), se a Áustria, a Rússia e a Prússia proibirem a entrada de sua produção. Em são raciocínio, você tem o direito de ficar surpreso, pois devemos estar prontos a fazer sacrifícios quando os solicitamos, e sou favorável a que os façamos; mas quem ousaria prometer um sacrifício como esse sem

o conhecimento pleno das opiniões da parte comercial da nação?"¹⁰

A parte comercial da nação não deixou Canning muito tempo em dúvida. Um projeto já fora apresentado no Parlamento, em 1815, para proscrever o tráfico de escravos como um investimento para o capital britânico. Baring, da grande casa bancária que teria posteriormente relações tão íntimas com a América espanhola independente, lançou uma advertência solene de que todas as organizações comerciais da Grã-Bretanha deveriam protestar contra aquele projeto,¹¹ e a Câmara dos Lordes rejeitou-o.¹² Em 1824, 117 negociantes de Londres apresentaram uma petição solicitando o reconhecimento da independência da América do Sul — os peticionários eram, em suma, a cidade de Londres.¹³ O Presidente, Vice-Presidente e membros da Câmara de Comércio de Manchester declararam que a abertura do mercado sul-americano para a indústria britânica seria um acontecimento que produziria os resultados mais benéficos para o comércio britânico.¹⁴ O capitalismo britânico não podia mais contentar-se com o contrabando.

Esse mercado sul-americano, o Brasil especialmente, baseava-se na mão-de-obra escrava e precisava do tráfico de escravos. Os capitalistas britânicos, portanto, começaram uma campanha vigorosa contra a política de seu Governo de suprimir forçadamente o tráfico de escravos pela manutenção de navios de guerra na costa africana. A política era dispendiosa, ultrapassando o valor anual do comércio total com a África. As exportações africanas montaram a 154.000 libras em 1824; as importações elevaram-se a 118.000 libras em mercadorias inglesas e 119.000 libras em mercadorias estrangeiras. Isso era o grande volume de comércio, disse Hume, para o qual o país devia fazer tão vasto sacrifício de vida humana na costa mortal de escravos.¹⁵ A humanidade pelos marinheiros ingleses exigia o seu abandono. Se alguns abolicionistas estavam sofrendo de uma ilusão humana, por que se devia permitir que iludissem o Parlamento inglês?¹⁶ O povo inglês não podia aceitar termos de indulgências tão extravagantes com respeito à África.¹⁷

Tudo isso foi antes de 1833, à época dos ataques capitalistas à escravidão nas Índias Ocidentais. Depois de

1833, os capitalistas ainda estavam metidos no próprio tráfico de escravos. Mercadorias inglesas, de Manchester e Liverpool, artigos de algodão, grilhões e algemas, eram enviados diretamente para a costa da África ou indiretamente para o Rio de Janeiro e Havana, onde eram usados por seus consignatários cubanos e brasileiros com a finalidade de adquirir escravos.¹⁸ Dizia-se que sete décimos das mercadorias usadas pelo Brasil para aquisições de escravos eram manufaturas inglesas,¹⁹ e murmurava-se que os britânicos relutavam em destruir os barracões na costa porque destruiriam conseqüentemente os panos britânicos de algodão.²⁰ Em 1845, Peel recusou-se a negar o fato de que súditos britânicos estavam metidos no tráfico de escravos.²¹ O representante de Liverpool no Parlamento, interrogado à queima-roupa, não estava preparado para contradizer que as exportações de Liverpool para a África ou outro lugar qualquer eram destinadas a "alguma finalidade impropria".²² As firmas bancárias britânicas no Brasil financiavam os traficantes de escravos e seguravam suas cargas, conquistando assim a boa vontade de seus hospedeiros. As companhias britânicas de mineração possuíam e adquiriam escravos, cujo trabalho empregavam em seus empreendimentos. Temos forçosamente de adotar a dolorosa conclusão, disse Brougham com relação ao desenvolvimento cubano e brasileiro, "de que em grande parte pelo menos um montante tão amplo de capital como o que era necessário devia pertencer aos homens ricos deste país."²³ John Bright estava bem ciente dos interesses de seus constituintes de Lancashire quando argumentou eloqüentemente em 1843 contra um projeto proibindo o emprego de capital britânico, mesmo indiretamente, no tráfico de escravos, sob o fundamento de que seria letra morta e de que a questão devia ficar a cargo dos sentimentos honrosos e morais dos indivíduos.²⁴ Nesse mesmo ano, firmas britânicas cuidaram de três oitavos do açúcar, metade do café e cinco oitavos do algodão exportado de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia.²⁵

Os capitalistas já tinham bastante da "nobre experiência" da Grã-Bretanha. O comércio era o grande emancipador.²⁶ O único meio de acabar com a escravidão era confiar nos princípios eternos e justos do livre-câmbio.²⁷ Deixe o tráfico de escravos de lado e ele cometerá suicídio.

Se os inescrupulosos de qualquer nação resolverem meter-se nele, que a culpa caia sobre as suas próprias cabeças; deixe a um tribunal mais elevado o governo moral do mundo.²⁸ O dinheiro gasto em esforços infrutíferos para suprimir o tráfico de escravos poderia ser mais benéfica e filosoficamente empregado no país (Inglaterra).²⁹ Bright criticou como audácia a idéia de que a justiça à África devia ser feita à custa da injustiça à Inglaterra.³⁰ Eles têm muito o que fazer no próprio país, argumentou Cobden, a uma distância bem curta das Casas do Parlamento, antes de devotar-se a um plano de libertar do barbarismo toda a África.³¹ As atividades da esquadra britânica na costa africana eram descritas como expedições corsárias,³² o que privava a Inglaterra anualmente de seus melhores e mais bravos jovens e causava desolação a inúmeros lares ingleses.³³ Havia outras ocasiões em que se poderia dedicar atenção à felicidade e não se devia intervir violentamente por meio de regulamentos fiscais nos sentimentos dos outros.³⁴ A opinião pública nos países que traficam com escravos deve ser convertida à causa da humanidade, não alienada por uma política de coação, e não se podia esperar que os brasileiros percorressem a estrada humanitarista mais depressa do que os ingleses tinham feito.³⁵ A "humanidade estouvada e ignorante" da Grã-Bretanha apenas agravara os sofrimentos dos escravos.³⁶ Tinham usado, disse Hutt, "a latitude extrema, pode-se dizer licenciosidade, de meios — dinheiro público sem limite, armamentos navais vigiando toda praia e todo mar onde um navio negreiro pudesse ser visto ou pressentido, tribunais de jurisdição especial em metade das regiões intertropicais do globo —, influência e ação diplomáticas como talvez este país jamais reuniu antes em torno de qualquer assunto público".³⁷ Apesar de tudo isso, o tráfico de escravos aumentou. Era uma cruzada feroz e nem todas as forças da Armada britânica, nem todos os recursos do Tesouro britânico, poderiam suprimi-lo.³⁸ Estavam labutando há trinta anos, e nem mesmo um lunático alimentaria qualquer ilusão otimista sobre o êxito futuro desse empreendimento.³⁹ Teria o Governo britânico abandonado sua razão, em favor da filantropia?⁴⁰ Teria prostituído sua diplomacia, em favor das finalidades de um fanatismo irracional?⁴¹ Era curioso ver governantes, que não se dis-

tinguiam pela devoção às liberdades constitucionais internamente, admitirem que um povo distante e bárbaro sensibilizava mais sua consciência do que seus próprios compatriotas.⁴² As nações estavam contrariadas com “essa cantilena filantrópica”.⁴³ Essas extravagâncias, esse sistema irrefletido e ocioso,⁴⁴ deviam ser abandonados, como filosofia sinistra e espúria,⁴⁵ experiências dispendiosas e frustradas,⁴⁶ que punham em perigo a paz do mundo.⁴⁷ As leis do Céu não autorizavam o povo britânico a manter o mundo inteiro em polvorosa por causa do tráfico de escravos.⁴⁸

Onde estava Palmerston? O tráfico de escravos tinha sido chamado de “capricho benevolente” de Palmerston e ele figura em nossos compêndios como o adversário persistente do tráfico de escravos. No poder, Palmerston realizou pouco. Fora do poder, incitou o Governo a maiores esforços para realizar o que ele deixara de fazer. Uma simples moção para dados sobre o tráfico de escravos entre 1815 e 1843 foi acompanhada de um discurso que enche mais de 25 colunas do *Hansard*; uma exibição retórica rematada por uma peroração pomposa, que poderia ter sido colhida nos discursos antiescravistas do último meio século, acompanhava uma simples moção inócua.⁴⁹ Como se estivesse apelando para que o Parlamento e o país apreciassem inteiramente os seus esforços pela causa, uma vez por mês ele chamava a atenção para esses esforços.⁵⁰ Mas, quando o representante de Manchester ressaltou as dificuldades que a política de repressão da Grã-Bretanha estava causando com o Governo brasileiro e condenou a interferência armada, Palmerston falou sobre a França, Cuba, o emirato de Muscat, menos sobre o tráfico de escravos brasileiro.⁵¹ E, com a campanha parlamentar contra a política de supressão no auge, Palmerston contentou-se com a esperança de que “nenhuma Comissão recomendará um curso que seja o inverso daquele que temos seguido... ninguém dirá que devemos traçar um novo caminho”.⁵² Tinham dado prova, pensava ele, de zelo pela supressão do tráfico de escravos e, se proibissem a importação do açúcar brasileiro, o Brasil pensaria que eles não acreditavam realmente que a mão-de-obra livre era mais barata do que a escrava.⁵³ Ao alegar a reivindicação espanhola por reciprocidade, ele advertiu que eles perderiam seu

comércio com a Espanha (Cuba) como estavam perdendo com o Brasil, tudo por causa da “tarifa absurda e política nociva” do Governo. “Tinham sacrificado os interesses do país no comércio com o Brasil, no comércio com a Espanha, e receio que também com outros setores, prestes a manifestar-se, e tudo com a finalidade de manter um capricho predileto, baseado em pretextos hipócritas.”⁵⁴ A “última vela do século XIX” fora apagada.

Disraeli, também, condenou a supressão do tráfico de escravos sob o fundamento de economia e de uma política duvidosa que metia a Grã-Bretanha em dificuldade em todas as Cortes e em todas as colônias.⁵⁵ Wellington chamou-a de criminosa — “uma violação da lei das nações, uma violação dos tratados”.⁵⁶ Até Gladstone foi obrigado a escolher entre as necessidades dos capitalistas britânicos e as necessidades dos plantadores das Índias Ocidentais. Em 1841, ele era todo pela supressão e perguntava aos capitalistas se, por pequenas e mesquinhas vantagens pecuniárias, estavam dispostos a renunciar ao alto título e nobre caráter que tinham conquistado perante o mundo inteiro. Estavam trazendo à luz toda incoerência com a finalidade de usá-la como um pretexto para uma incoerência posterior mais monstruosa, ou a fim de substituir um reconhecimento incoerente do que era certo por uma uniformidade no que era errado?⁵⁷ Em 1850, porém, ele condenou a política de supressão como anômala e despropositada. “Não é um decreto da Providência que obriga o Governo de uma nação a corrigir os princípios morais de outra.”⁵⁸

Era bastante irônico que os antigos donos de escravos das Índias Ocidentais fossem agora os que erguessem o facho do humanitarismo. Aqueles que, em 1807, profetizavam lugubrememente que a abolição do tráfico de escravos “ocasionaria a redução do comércio, a diminuição da receita e a diminuição da navegação; e no fim solaparia e destruiria totalmente a grande pedra fundamental da prosperidade britânica”,⁵⁹ eram, depois de 1807, os mesmos homens que protestavam contra “um sistema de raptos contra um povo pobre e inofensivo”.⁶⁰ Barham, das Índias Ocidentais, apresentou o projeto de lei de 1815 para tornar punível o emprego de capital britânico no tráfico estrangeiro de escravos e até para tornar criminoso o seguro de

navios utilizados no tráfico de escravos.⁶¹ Entre os remédios sugeridos pelo interesse das Índias Ocidentais, em 1830, para atender ao crescente sofrimento das colônias, estava uma resolução "para adotar medidas mais decisivas do que qualquer outra que tenha sido empregada até agora para deter o tráfico estrangeiro de escravos; de cuja supressão efetiva a prosperidade das colônias das Índias Ocidentais Britânicas... finalmente depende".⁶² Enviados jamaicanos, mandados para a Grã-Bretanha em 1832, declararam que "as colônias se haviam conciliado facilmente com a abolição de um comércio bárbaro, que a civilização avançada da época não permitia mais que existisse; mas eles pensavam, e aparentemente com razão, que os filantropos não deviam estar satisfeitos com a extinção do tráfico britânico".⁶³ Um grande movimento popular para a abolição do tráfico de escravos formou-se na Jamaica em 1849. Todas as classes, raças, partidos e seitas se uniram na questão de justiça para a África. Denunciaram o tráfico de escravos e a escravidão como "opostos à humanidade — produzindo os piores males para a África —, degradantes para todos os que se dedicam ao tráfico e nocivos para os interesses morais e espirituais dos escravizados", e solicitavam que "o odioso termo *escravo* (seja) expurgado do vocabulário do universo". "A ESCRAVIDÃO DEVE CAIR e, quando cair, A JAMAICA FLORESCERÁ." A Inglaterra, declaravam explicitamente, tinha ido à guerra por causas menos injustificáveis.⁶⁴

Os capitalistas britânicos, porém, permaneceram impassíveis. Em 1857, um editorial no *Times* de Londres declarava: "Sabemos que para todos os fins mercantis a Inglaterra faz parte dos Estados Unidos e que, com efeito, somos sócios do plantador sulista; possuímos uma nota de venda de seus bens e haveres, seus animais e implementos agrícolas, e ficamos com a parte de leão nos lucros da escravidão... Festejamos a Sr.^a Stowe, choramos com seu livro e rezamos para um presidente antiescravista..., mas durante esse tempo todo vestimos não somente a nós mesmos, mas também o mundo todo, com o próprio algodão colhido e limpo por Pai Tomás e seus companheiros de sofrimento. É nosso comércio. É a grande matéria-prima

da indústria britânica. Somos os agentes do Sr. Legree* para a manufatura e venda de sua produção de algodão."⁶⁵ O capitalismo britânico destruíra a escravidão nas Índias Ocidentais, mas continuava a faturar com a escravidão brasileira, cubana e americana. Mas o monopólio das Índias Ocidentais se extinguiu para sempre. Na Guerra Civil Americana, o Governo inglês quase reconheceu a Confederação. Por uma ironia suprema coube a um elemento das Índias Ocidentais, Gladstone, lembrar a uma assistência em Newcastle que a Guerra Civil Americana havia-se "talvez tornado a mais inútil de todas as grandes guerras civis já travadas", e que "não há dúvida de que Jefferson Davis e outros líderes do Sul tinham formado um exército; estão formando, assim parece, uma armada; e formaram, o que vale mais do que qualquer dessas duas coisas, uma nação".⁶⁶

* Simon Legree, o cruel feitor de escravos do romance *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Stowe. (N. do T.)

OS "SANTOS" E A ESCRAVIDÃO

[illegible]

1.

único fundamento sob o qual as outras potências poderiam ser solicitadas a cooperar na abolição. O Conde de Lauderdale declarou que as palavras omitidas eram extremamente essenciais no projeto. A omissão daria pretexto para que se desconfiasse na França de que a abolição era ditada pelo motivo egoísta de que as colônias inglesas estavam bem abastecidas de negros. "Supondo-se assim que nós próprios não estamos fazendo sacrifício, como poderemos chamar com êxito as potências estrangeiras a cooperar na abolição?" Os Lordes votaram a favor da versão original.²

Os humanitaristas britânicos formavam um grupo brilhante. Clarkson personifica o que há de melhor no humanitarismo da época. Podemos apreciar mesmo hoje seus sentimentos quando, ao meditar sobre o assunto de seu excelente ensaio, ele despertou inicialmente para a realidade da enorme injustiça da escravidão. Clarkson foi um trabalhador infatigável, que efetuou pesquisas intermináveis e perigosas sobre as condições e consequências do tráfico de escravos, um prolífico panfletário, cuja história do movimento abolicionista ainda é uma obra clássica. Sua labuta pela causa da justiça à África só foi levada a cabo à custa de grande desconforto pessoal e impôs um ônus severo a seus minguados recursos. Em 1793, ele escreveu uma carta a Josiah Wedgwood que contém alguns dos sentimentos mais elevados que motivaram os humanitaristas. Ele precisava de dinheiro e queria vender duas de suas ações da Companhia de Serra Leoa, fundada em 1791, para promover o comércio autêntico com a África. "Mas", frisou ele, "eu só devia permitir que as adquirisse aquele que ficasse mais satisfeito com o bom resultado para a África do que pelos grandes lucros comerciais para si mesmo; não que não se possa esperar por tais lucros, mas em caso de decepção eu gostaria que seu espírito se confortasse com a segurança de que ele cooperara para introduzir luz e felicidade num país, onde o espírito era mantido na escuridão e o corpo alimentado apenas por correntes européias."³ Muito impulsivo e entusiasta para alguns de seus colegas,⁴ Clarkson foi um daqueles amigos dos quais a raça negra infelizmente teve muito poucos.

Depois houve James Stephen, pai, e James Stephen, filho. O pai tinha sido advogado nas Índias Ocidentais e conhecia as condições locais. O filho se tornou o notável primeiro subsecretário permanente do Ministério das Colônias, o "Supersecretário Stephen" e o "Sr. Mãe-Pátria" das chacotas inamistosas. Nessa função, ele mantinha uma vigilância incessante em favor de seus desamparados constituintes, os escravos negros. Estava constantemente instigando Wilberforce a esforços maiores e mais públicos em vez da política de memoriais e entrevistas com ministros. A única coisa para refrear os crimes coloniais era "alardeá-los para o público inglês e armar-nos com a indignação pública".⁵ Stephen não se impressionava com os argumentos dos plantadores. "A privação de uma mansão ou de uma carruagem, por mais dolorosa que seja, não pode predispor contra a exclusão protelada daquelas vantagens comuns da vida humana de que, segundo fatos admitidos, os escravos comprovadamente estão padecendo...⁶ O fim supremo da sociedade humana — a segurança da vida, propriedade e reputação — deve ser preferido a seus fins subalternos — o gozo de franquias particulares."⁷ Era curadoria em sua forma mais nobre e linguagem mais apurada. Stephen redigiu o Projeto de Emancipação, que incluía concessões que ele detestava fazer aos plantadores. Enquanto os outros se acomodavam e se congratulavam consigo mesmos, o subsecretário permanente continuava a vigiar a legislação colonial com desvelo e desconfiança. "Franquias populares nas mãos dos senhores de um grande número de escravos", escreveu ele em 1841, "eram os piores instrumentos de tirania que já foram forjados para a opressão da humanidade".⁸ Naqueles tempos, e sob um tal administrador, o Governo de "Colônia da Coroa" * foi um passo notável para a proteção dos povos mais fracos.

Um dos mais antigos, mais capazes e mais diligentes dos abolicionistas foi James Ramsay que, como reitor nas Índias Ocidentais, tinha uns vinte anos de experiência da escravidão. "A única utilidade", escreveu ele a Wilber-

* *Crown colony* ("Colônia da Coroa"), colônia sobre qual a Coroa (o soberano inglês) mantém certo poder de legislar. (N. do T.)

force em 1787, "que posso ter no negócio é como pioneiro da remoção de obstáculos; use-me dessa maneira e me sentirei feliz."⁹ Conhecida por experiência a grande mortalidade ocasionada pelo tráfico de escravos entre os marinhos brancos; podia falar em primeira mão da grande mortalidade ocasionada entre os escravos pela labuta excessiva nas plantações.¹⁰ Os plantadores perseguiram-no com uma implacabilidade reservada exclusivamente para ele. "Ramsay está morto", vangloriava-se um deles, "eu o matei".

Ao lado desses homens, Wilberforce, com sua cara afeminada, parece pequeno em estatura. Há uma certa fadiga em torno do homem, sua vida, sua religião. Como líder, era inepto, inclinado à moderação, conciliação e protelação. Condenava as medidas extremas e temia a agitação popular. Confiava no êxito que se baseava no patrocínio aristocrático, diplomacia parlamentar e influência particular junto aos homens do poder.¹¹ Era um político, e era voz corrente que seu voto podia ser previsto com segurança, pois era certo que seria oposto a seu discurso.¹² "Geralmente", disse Tierney, "sua fraseologia pode adaptar-se a qualquer partido; e se, de vez em quando, ele perde o equilíbrio de sua argumentação e pende um pouco para um lado, rapidamente se recupera e se desvia tanto na direção oposta que faz uma divisão justa de seu discurso entre os dois lados da questão."¹³ Mas era um orador persuasivo e eloquente, com uma voz melodiosa que lhe granjeou a alcunha de "o rouxinol da Câmara". Acima de tudo, tinha a reputação de ser místico, e é certo que essa reputação de santidade e seu desinteresse na causa foram fatores poderosos na instigação de Pitt de que ele devia chefiar a cruzada parlamentar.

Esses eram os homens que os plantadores chamavam de visionários e fanáticos, e comparavam a hienas e tigres.¹⁴ Com o auxílio dos outros, Macaulay, Wesley, Thornton e Brougham conseguiram elevar os sentimentos antiescravistas quase à condição de religião na Inglaterra, e esses reformadores religiosos que fizeram de Clapham mais do que um entroncamento ferroviário não eram impropriamente apelidados "os Santos". A própria emotividade que tal fenômeno desperta exige maior cautela por parte do estudioso das Ciências Sociais. Pois se, como tantos sus-

tentam, a escravidão se enquadra no reino da Teologia, o monopólio muito enfaticamente não se enquadra.

Os abolicionistas não eram radicais. Em sua atitude para com os problemas internos, eram reacionários. Os metodistas ofereciam ao trabalhador inglês Bíblias em vez de pão, e os capitalistas wesleyanos* demonstravam franco desprezo pela classe trabalhadora. Wilberforce sabia tudo o que se passava no porão de um navio negreiro, mas ignorava o que se passava no fundo do poço de uma mina. Apoiou as Leis do Trigo, foi membro da comissão secreta que investigou e reprimiu o descontentamento da classe trabalhadora em 1817, opôs-se às associações antiescravistas femininas e achou o Primeiro Projeto de Reforma muito radical.¹⁵

O primeiro erro em que muitos têm caído é a suposição de que os abolicionistas, desde o começo, jamais esconderam sua intenção de trabalhar para a emancipação completa. Os abolicionistas, por um longo tempo, evitaram e desmentiram qualquer idéia de emancipação. Seu interesse era exclusivamente no tráfico de escravos, cuja abolição, pensavam eles, levaria finalmente, sem interferência legislativa, à libertação. Em três ocasiões, o Comitê da Abolição negou explicitamente qualquer intenção de emancipar os escravos.¹⁶ Wilberforce em 1807 desmentiu publicamente tais intenções.¹⁷ O Bispo de Rochester afirmou que os abolicionistas não agiam com base nas concepções visionárias de igualdade e direitos imprescritíveis dos homens; defendiam ardorosamente as graduações da sociedade civil.¹⁸ Em 1815, a Instituição Africana afirmou claramente que a emancipação deveria partir dos donos de escravos.¹⁹

Foi somente em 1823 que a emancipação se tornou o objetivo declarado dos abolicionistas. A razão principal foi a perseguição aos missionários nas colônias — a morte de Smith na Guiana, a expulsão de Shrewsbury em Barbados, a perseguição de Knibb na Jamaica. Mesmo então, a emancipação devia ser gradual. "Nada precipitado", advertiu Buxton, "nada rápido, nada abrupto, nada que

* Wesleyan (wesleyano), de ou relativo a John Wesley (1703-1791), clérigo inglês, fundador de uma seita metodista. (N. do T.)

encerre qualquer aspecto de violência." Acima de tudo, *pas de zèle*. A escravidão nunca seria abolida. "Ela crescerá, declinará, expirará, ela se queimará e desaparecerá... Deixaremos que ela suavemente definhe — lentamente, silenciosamente, quase imperceptivelmente, até que morra e seja esquecida."²⁰ Como nos Estados Unidos, a escravidão iria murchar. A esperança não era concebida na Inglaterra tampouco, embora o pessoal das Índias Ocidentais fosse muito fraco e muito pouco numeroso para travar uma guerra civil.

Essa era a situação em 1830, quando a Revolução de Julho irrompeu na França e aticou as chamadas da reforma parlamentar na Inglaterra. Os abolicionistas ainda estavam procurando catequizar os legisladores e contemporizar, enviando memoriais e delegações aos ministérios, enquanto a escravidão e o monopólio coloniais continuavam inquebrantáveis. "Era portanto necessário que outra ordem de homens, de natureza mais ousada e mais vigorosa, mesmo que um pouco menos requintada, aparecesse agora para tomar o pulso da tarefa, não tanto para desbancar quanto para reforçar as atividades de seus colegas mais precavidos e hesitantes."²¹ Os conservadores e radicais se chocaram numa grande reunião antiescravista em maio de 1830. Buxton propusera as resoluções habituais, "admiravelmente redigidas, admiravelmente indignadas, mas... admiravelmente prudentes". Pownall levantou-se para apresentar sua emenda: abolição imediata. O efeito nos delegados foi eletrizante. Buxton protestou, Brougham interveio, Wilberforce fez sinal com a mão pedindo silêncio, mas a emenda foi finalmente apresentada e "aprovada com uma explosão de triunfo exultante."²² A nova política foi admiravelmente descrita por um dos amigos de Sturge: "A culpa recairá sobre nós, se não agitarmos, agitarmos, agitarmos... O povo deve emancipar os escravos, pois o Governo nunca o fará."²³

No que concerne à liderança abolicionista, porém, sua atitude para com a escravidão nas Índias Ocidentais deve ser analisada em relação à escravidão noutras partes do mundo. Sua condenação da escravidão aplicava-se somente ao negro e somente ao negro nas Índias Ocidentais Britânicas. Começemos pela Índia.

→ Os abolicionistas, etc., só se voltavam para os negros ingleses, do Caribe molís

Em sua campanha contra os plantadores das Índias Ocidentais, os abolicionistas estabeleceram o que Cochlin chamou de "uma espécie de cruzada piedosa e boba".²⁴ Solicitaram a seus simpatizantes que boicotassem a produção da mão-de-obra escrava em favor da produção livre da Índia. Essa cruzada foi recomendada pelo Comitê da Abolição em 1795²⁵ e por muitos panfletários. William Fox, em 1792, informou ao povo britânico que em cada libra de açúcar ele consumia duas onças de carne humana.²⁶ Por um complicado cálculo matemático estimou-se que, se uma família que gastasse cinco libras de açúcar por semana se abstivesse por 21 meses, um negro seria poupado da escravidão e assassinato.²⁷ O consumidor de açúcar era realmente "a força motriz, a *causa principal de toda a horrível injustiça*".²⁸ Substituindo o açúcar das Índias Ocidentais pelo das Índias Orientais, a Associação Antiescravista Africana Peckham de Senhoras foi informada de que se minaria o sistema da escravidão da maneira mais segura, fácil e eficaz.²⁹ Circulou um panfleto abolicionista intitulado "A Queixa do Escravo Negro aos Amigos da Humanidade". O negro suplicava: "E agora, *senhô, seja amigo da liberdade*, bom homem, piedade com pobre negro, imploro que compre o açúcar do Oriente, não o açúcar de escravo, o livre, e depois meu *senhô* vai pensar e dizer, não vendemos mais o açúcar de escravo, os escravos não devem ser escravos, devem ser livres, e pagamos os salários, e então trabalharão de boa vontade e produzirão mais, e então vendemos mais *açúcar* e ganhamos mais dinheiro. Os homens do Oriente são homens sensatos, e os homens sensatos do Oriente não têm escravos — fazem açúcar livre, livre, livre."³⁰ Não somente açúcar, também algodão. Um movimento foi iniciado entre as senhoras para estimular o consumo de algodão produzido pela mão-de-obra "livre",³¹ o que, segundo Gurney, faria mais para abolir a escravidão na América do que todos os panfletos abolicionistas.³² Como disseram os abolicionistas irlandeses, seu objetivo era "universalizar o uso da mão-de-obra livre na produção tropical".³³

Mas os homens sensatos do Oriente não eram mais irrepreensíveis do que os plantadores pecadores do Ocidente. A lei emancipando os escravos nas Índias Ocidentais Britânicas foi aprovada em terceira discussão a 7 de agosto

de 1833. Quarenta e oito horas antes, a Carta da Companhia das Índias Orientais chegara para renovação à Câmara dos Lordes. O projeto incluía uma cláusula que declarava que a escravidão “devia ser abolida” na Índia. Lorde Ellenborough expressou seu espanto pelo fato de que tal proposição pudesse entrar na cabeça de um estadista. Lorde Auckland defendeu o projeto: “Foi elaborado com a máxima cautela, coerente com a destruição de um sistema odioso; como também com o máximo cuidado para não colidir com os costumes internos dos nativos.” O Duque de Wellington apelou para que seus colegas da Câmara dos Lordes tratassem delicadamente da questão, se é que prezavam a manutenção da Índia Britânica. Foi uma inovação violenta, totalmente inoportuna, que produziria a maior insatisfação, se não insurreição absoluta.³⁴

Repetidas declarações foram feitas posteriormente no Parlamento, em nome do Governo, de que a Companhia das Índias Orientais estava preparando uma legislação tendo em vista a “melhoria” da escravidão, e que tal legislação seria apresentada ao Parlamento. Mas a prometida legislação nunca apareceu. “O Governo da Índia estava tomando tais medidas para melhorar a condição da escravidão que, num período não distante, deveriam levar à sua extinção total.”³⁵ Isso foi em 1837. Em 1841 nenhuma das regras e regulamentos para a mitigação da escravidão tinha sido apresentada.³⁶ E, quando a questão da equiparação das tarifas sobre o rum das Índias Orientais veio à discussão e argumentou-se que ele era produto de trabalho escravo, o Primeiro-Ministro Peel retrucou que “protelar a equiparação... até que ele efetivamente resolvesse aquela abolição, seria adiar sua execução para um período muito mais distante do que mesmo os mais ardorosos defensores do pessoal das Índias Ocidentais poderiam desejar”.³⁷ Em defesa dos indianos solicitou-se, em 1842, que se proibisse a venda de crianças para a escravidão em períodos de escassez.³⁸ Dez anos depois da “grande expiação” da Grã-Bretanha, o Conde de Auckland não negaria que “certa condição de servidão, mais ou menos dolorosa, não podia mais existir”;³⁹ e Peel considerava que as medidas que tinham sido adotadas “pareciam bem calculadas para deter o progresso da escravidão, coibir abusos e, quando executadas em todas as partes da Índia sob o nosso controle ou

onde pudéssemos influir, muito contribuiriam para suprimir a escravidão”.⁴⁰

Contudo, essa era a produção tropical que os abolicionistas estavam recomendando ao povo da Inglaterra. Clarkson rogou-lhes que “mostrassem sua aversão ao sistema dos plantadores deixando de usar sua produção”,⁴¹ e posteriormente, em 1840, ainda estava confiando que a Companhia das Índias Orientais iria extirpar a escravidão “por meios que sejam perfeitamente *morais e pacíficos*... a saber, *pelo cultivo da terra* e pelo emprego de *mão-de-obra livre*”.⁴²

Os abolicionistas não fizeram isso por ignorância. Como desculpa para a Companhia das Índias Orientais, Zachary Macaulay alegou que “eles tinham obtido o domínio sobre países que anteriormente estavam sob o Governo hindu e mongol. Portanto, não podiam ser acusados se, quando entraram na posse daqueles países, encontraram princípios em vigor nos quais, por mais contrários que fossem a seus sentimentos, não seria seguro interferir sem a devida cautela”.⁴³ Em 1837, Buxton manifestou o receio de que o açúcar produziria um sistema de escravidão no Oriente tão vergonhoso como produzira no Ocidente. O porta-voz do Governo garantiu-lhe que não. Buxton “ficou muito agradecido... por essa garantia”.⁴⁴ Em 1843, Brougham ainda aguardava com ardente esperança a abolição da escravatura na Índia, “uma consumação a ser realizada não tanto pela legislação, ou pela prática de violência à propriedade”, como pelo incentivo aos donos de escravos nativos de declararem seus filhos livres depois de uma certa data.⁴⁵

Alguns membros da Seita de Clapham tinham interesses nas Índias Orientais e “talvez sua abominação à escravidão nas Índias Ocidentais fosse agravada pela percepção da injusta discriminação das tarifas açucareiras em favor das Índias Ocidentais e contra as crescentes plantações de cana-de-açúcar da Índia”.⁴⁶ Os Thornton possuíam ações da Companhia das Índias Orientais;⁴⁷ um membro da família participou do debate na Casa da Índia Oriental, em 1793, sobre o comércio de açúcar, e negou a existência de qualquer pacto em favor do monopólio das Índias Ocidentais.⁴⁸ Zachary Macaulay tinha ações da Companhia das Índias Orientais e foi um dos nove signatários que

convocaram a reunião da Corte dos Proprietários, em 1823, para discutir a questão açucareira.⁴⁹ Num panfleto vigoroso, em 1823, declarou que os plantadores das Índias Ocidentais "não tinham mais o direito de exigir a continuação de uma tarifa protecionista sobre o açúcar, em prejuízo manifesto da Índia e da Grã-Bretanha, de que tinham antes o direito de exigir a continuação do tráfico de escravos, em prejuízo manifesto da África".⁵⁰ O discurso de Macaulay no debate da Casa da Índia Oriental sobre o comércio de açúcar, em 1823, foi uma tal diatribe contra a escravidão que um orador subsequente teve de lembrar-lhe que ainda "que o tráfico de escravos fosse dez vezes pior do que se afirmara ser, eles não se haviam reunido para considerar aquela questão".⁵¹

Mais importante do que Thornton ou Macaulay era James Cropper. Destacado abolicionista, Cropper era o maior importador de açúcar das Índias Orientais em Liverpool, sendo o fundador e o principal elemento da firma independente de Cropper, Benson & Companhia, de Liverpool, com um comércio com as Índias Orientais de mil libras por dia.⁵² Cropper tinha consciência de que seus interesses particulares tornavam seus motivos passíveis de suspeita.⁵³ Os plantadores das Índias Ocidentais lembraram que ele outrora importara algodão produzido por escravos dos Estados Unidos.⁵⁴ A própria explicação de Cropper é como se segue: "Vi esse monstro horrendo, a escravidão, ofegando, por assim dizer, nos estertores da morte, procurando pelo único apoio que poderia prolongar sua existência. Eu poderia não suportar o temor de censuras, pelo fato de estar interessado, de colocar-me acima do sentimento supremo de humanidade e dever. Eu não ousaria enfrentar as censuras de minha própria consciência."⁵⁵ Em seus argumentos antiescravistas, ele se recusava a afastar-se de considerações comerciais. A escravidão, escreveu ele, "só pode ser lucrativa em solos férteis, e entre uma população escassa, como nos novos estados da América, onde o trabalho de dois dias vale um acre de terra".⁵⁶ Discutindo a abolição da escravatura na Europa, nos estados nortistas dos E.U.A. e em certas partes da América do Sul, chegou à conclusão de que o fato de que a emancipação não fosse ampla onde o trabalho escravo era lucrativo mostrava que "os esforços dos homens benevolentes eram bem sucedidos

quando cooperavam com as causas naturais".⁵⁷ Quando escrevia, liricamente, sobre a habilidade e capacidade industriais da Grã-Bretanha, "sem os grilhões de subvenções oficiais, sem a ajuda de monopólios inúteis, progredindo com liberdade irrestrita",⁵⁸ ele pensava menos na escravidão do que no monopólio das Índias Ocidentais. Por que a Grã-Bretanha não devia fornecer à Europa açúcar refinado como também algodão manufaturado?⁵⁹ Mas, quando os plantadores das Índias Ocidentais lhe perguntaram claramente se ele pretendia aceitar o açúcar brasileiro assim como o indiano, ele respondeu que todo açúcar devia ser admitido a uma tarifa uniforme, sob a condição de que o Brasil e Cuba concordassem em abolir o tráfico de escravos.⁶⁰ Que teria então acontecido a suas "causas naturais"? Sua situação dupla de humanitarista e economista o forçava a incoerências. Em sua casa, um aparelho especial de jantar representava um negro acorrentado e, em 1837, ele adquiriu 12.000 garrafinhas as quais encheu de amostras de açúcar e café produzidos pela mão-de-obra livre e distribuiu entre simpatizantes e membros do Parlamento.⁶¹ Mas o apoio de "cidadão benevolente"⁶² de Liverpool fez um mal indizível à causa do humanitarismo.

(Thomas Whitmore, líder das Índias Orientais no Parlamento, foi vice-presidente da Sociedade Antiescravista e foi certa vez candidato à sucessão na liderança do partido antiescravista.⁶³ O diário de Wilberforce, a 22 de maio de 1873, data da moção de Whitmore sobre as tarifas aduaneiras, diz: "Ninguém interessado pela questão, a não ser os representantes das Índias Orientais e alguns de nós, antiescravistas; os representantes das Índias Ocidentais e o Governo contra nós."⁶⁴ Os dois escrutinadores do lado das Índias Orientais foram Whitmore e Buxton.⁶⁵ De todos os abolicionistas, apenas um, Brougham, se opôs à equiparação das tarifas, sob o fundamento de que devastaria muito rapidamente todo o arquipélago das Índias Ocidentais.⁶⁶

Essa ligação entre os defensores das Índias Orientais e certos abolicionistas não foi inteiramente compreendida. Coupland mostra-se claramente desfavorável a respeito de toda a história, como se vê em sua preocupação pela "sinceridade" dos dois grupos.⁶⁷ Klingberg fala em "cooperação".⁶⁸ Burn está convencido de que os ataques ao desin-

teresse de Cropper eram infundados.⁶⁹ A explicação de Ragatz é a mais satisfatória de todas: a questão de Cropper era "um desses casos ocasionais em que a conduta não é fundamentalmente influenciada pelo interesse pessoal, embora possam casualmente coincidir".⁷⁰ A verdadeira significação, contudo, do apoio dos abolicionistas ao açúcar das Índias Orientais, e posteriormente ao brasileiro, é que as questões envolvidas não eram apenas a desumanidade da escravidão nas Índias Ocidentais, mas a improficuidade do monopólio das Índias Ocidentais.

Depois da Índia, o Brasil e Cuba. Por nenhum esforço de imaginação poderia um humanitarista justificar qualquer proposta destinada a manter ainda mais firmemente as correntes da escravidão dos negros no Brasil e em Cuba. Isso era precisamente o que o livre-câmbio do açúcar significava. Pois após 1807 os plantadores das Índias Ocidentais Britânicas não tiveram mais permissão para o tráfico de escravos, e depois de 1833 para a utilização do trabalho escravo. Se os abolicionistas tivessem recomendado o açúcar oriental, com base no falacioso princípio humanitarista de que era produzido pelo trabalho livre, era dever deles, de acordo com seus princípios e sua religião, boicotar o açúcar, produzido por escravos, no Brasil e em Cuba. Por deixarem de fazer isso, não se deve deduzir que eles estivessem errados, mas é inegável que o seu fracasso em adotar tal atitude destrói completamente o argumento humanitarista. Os abolicionistas, depois de 1833, continuaram a opor-se aos plantadores das Índias Ocidentais, que agora empregavam a mão-de-obra livre. Enquanto, antes de 1833, eles boicotavam o inglês dono de escravos, depois de 1833 esposavam a causa do brasileiro dono de escravos.

Os abolicionistas, a princípio, não tinham limitado sua atenção ao tráfico britânico de escravos. Tinham imaginado nada menos do que a abolição total e universal do tráfico de escravos. Aproveitaram o retorno da paz em 1815 e as conferências internacionais então em voga para disseminar seus pontos de vista. Enviaram "cargas de mistificação" inteiras ao Parlamento;⁷¹ em 34 dias em 1814, mandaram 772 petições com um milhão de assina-

turas.⁷² Denunciaram a declaração formal do Congresso de Viena contra o tráfico de escravos, onde conquistaram a adesão do plenipotenciário britânico Wellington, e estavam até dispostos a ir à guerra pela abolição.⁷³ Obtiveram o apoio do Czar da Rússia.⁷⁴ Enviaram um observador especial, Clarkson, ao Congresso de Aix-la-Chapelle. Estavam decididos a lutar com a França novamente, para impedir a reconquista francesa de São Domingos,⁷⁵ e estavam relutando em reconhecer a independência do Brasil sem uma promessa explícita de renúncia ao tráfico de escravos. Obrigaram o Governo britânico, por sua "violência amistosa",⁷⁶ a manter uma esquadra na costa africana para suprimir o tráfico de escravos pela força.

A pressão sobre o Governo era terrível. O Governo solicitava tempo e também cautela. "Princípios morais", dizia Castlereagh, "não foram bem ensinados pela espada."⁷⁷ Ele pediu aos humanitaristas para "moderar seus sentimentos virtuosos e pôr sua solicitude pela África sob o domínio da razão".⁷⁸ Mas os abolicionistas não deram paz ao Governo. Como Liverpool confessou em certa ocasião a Wilberforce: "Se eu não estivesse ansioso pela abolição do tráfico de escravos por princípio, estaria ciente do embaraço a que qualquer Governo devia estar exposto pela situação atual dessa questão neste país."⁷⁹ O Governo estava consideravelmente tolhido em suas relações exteriores, pois sabia que todas as negociações eram fúteis. Mas nunca ousava dizer abertamente. "Jamais conseguiremos", escrevia Wellington a Aberdeen, "abolir o tráfico estrangeiro de escravos. Mas devemos tomar cuidado para evitar de tomar qualquer atitude que possa induzir o povo da Inglaterra a acreditar que não fazemos tudo que está ao nosso alcance para desencorajá-lo e destruí-lo o mais cedo possível."⁸⁰

Numa eleição geral inesquecível em 1831, em que os candidatos eram indagados a respeito de suas opiniões sobre a escravidão, os abolicionistas arrastavam negros para a eleição com correntes de ouro e, onde não podiam encontrar negros, levavam limpadores de chaminés. Afixaram cartazes nas tribunas eleitorais em todo o reino com retratos em tamanho natural de plantadores brancos açoitando mulheres negras.⁸¹ Em sua campanha apelavam para o coração e a consciência das mulheres britânicas e

até procuravam aproximar-se das crianças. Leeds publicou uma série antiescravista para os leitores juvenis. Um mostrador (de relógio) antiescravista foi fabricado, para que o povo benevolente, gozando os confortos domésticos de um serão ao pé da lareira na Inglaterra, soubesse que os negros estavam labutando nas plantações sob o calor opressivo de um sol tropical.⁸² Isso foi nos anos que precederam a 1833. A beatitude pairava sobre essa aurora.

Mas mesmo nessa aurora nuvens ameaçadoras começavam a se formar. Os abolicionistas boicotavam a produção da mão-de-obra escrava das Índias Ocidentais Britânicas; tingida do sangue do negro. Mas a própria existência do capitalismo britânico dependia do algodão, produzido por escravos, dos Estados Unidos, igualmente ligado à escravidão e manchado de sangue. Os plantadores das Índias Ocidentais podiam perguntar com razão se "a escravidão só era condenável nos países com os quais aqueles elementos não comerciavam e onde suas ligações não eram inerentes".⁸³ As respostas dadas eram curiosas. A pessoa que recebia produção de mão-de-obra escrava da América lidava com a produção do trabalho realizado por escravos que não eram seus co-súditos e não havia, na escravidão dos Estados Unidos, qualquer prova daquela destruição de vida humana que era uma das características mais pavorosas do sistema nas Índias Ocidentais Britânicas.⁸⁴ Os boicotadores do açúcar das Índias Ocidentais sentavam-se em cadeira de mogno cubano, diante de mesas de pau-rosa brasileiro e usavam tinteiros de ébano cortado por escravos, mas "não adiantava sair indagando a respeito da procedência de toda cadeira e mesa". Num país como a Inglaterra a abstinência total da produção escrava era impossível, a não ser que se quisesse ir para o mato e viver de raízes e frutas.⁸⁵ Como argumentavam os abolicionistas de Newcastle, somente "a compra desnecessária de uma quantidade ínfima de produção escrava implica o comprador na culpa do dono de escravos".⁸⁶

Era o açúcar brasileiro necessário? Os capitalistas diziam que sim; era necessário para manter o capitalismo britânico em funcionamento. Os abolicionistas tomaram o partido dos capitalistas. Em 1833, Lushington, um dos mais antigos abolicionistas, representando um distrito de refinação de açúcar, solicitou ao Governo que não perdesse

uma hora em conceder auxílio a seus constituintes, que não pediam subvenção, nem vantagens indevidas, nem monopólio injusto.⁸⁷ Ele tinha em mente os refinadores de açúcar dos Towe Hamlets, não os negros das Índias Ocidentais Britânicas. Buxton assumiu uma atitude curiosa. Se se pudesse demonstrar que o açúcar estrangeiro a ser importado seria consumido no país, em vez de ser exportado, ele votaria não. Mas era preciso um terço a mais de trabalho para refinar o açúcar no Brasil e depois importá-lo para a Grã-Bretanha em estado refinado. Ao permitirem, portanto, que o açúcar estrangeiro fosse refinado na Grã-Bretanha, estavam substituindo o trabalho escravo no exterior pela maquinaria britânica no país e conseqüentemente, até certo ponto, diminuindo o trabalho escravo e desencorajando o tráfico de escravos.⁸⁸ O Parlamento ficou espantado.⁸⁹ Tinha mesmo de ficar.

Isso foi em setembro de 1831. Dois anos depois, Buxton estava regozijante com o sucesso de sua lida. "Um trabalho extraordinário se realizou no que concerne a este país." ⁹⁰ A Lei de Emancipação assinalou o fim dos esforços dos abolicionistas. Estavam satisfeitos. Jamais lhes viera à cabeça que a libertação do negro poderia ser apenas nominal se se permitisse que a plantação de cana perdurasse. Quando Gladstone, em 1848, ainda defendia a tarifa protecionista para os plantadores, declarou muito enfaticamente que nada tinha a ver com o negro. Ele não via "nenhuma razão para que jogássemos fora os fundos do país em proporcionar uma melhoria a essa condição (a dos negros), que é de conforto plenamente adequado a seu nível na sociedade e a seus desejos".⁹¹ Os abolicionistas ficaram calados. Nunca lhes ocorreu que o negro poderia querer a terra. Em Antígua, onde toda a terra estava ocupada, os plantadores e escravos afluíram às igrejas quando a notícia de emancipação chegou à ilha, agradeceram a Deus pela bênção da libertação e voltaram a seus labores, os escravos agora elevados à dignidade de assalariados sem terra, ganhando 25 centavos de dólar por dia. O mesmo aconteceu em Barbados, onde predominavam condições semelhantes, exceto que os barbadianos omitiram a ação de graças. Onde estavam os abolicionistas? "A raça negra", escreveu Buxton, "é dotada de uma aptidão peculiar para a recepção de instrução moral e religiosa, e

me parece que nunca se impôs uma obrigação mais forte a qualquer nação do que a que se nos impõe agora para atender a essa inclinação deles, para fornecer-lhes amplamente os meios de instrução, para enviar missionários, para instituir escolas e para mandar Bíblias. É a única compensação que podemos oferecer. É uma compensação generosa! Podemos dessa maneira recompensar todas as tristezas e sofrimentos que infligimos e ser o meio de transformar finalmente seu afastamento bárbaro de sua própria terra no maior dos benefícios para eles".⁹² Igualmente para a África. Em 1840, Gurney escreveu que "a única cura definitiva e radical dos vícios e misérias da África é o cristianismo... Nunca devemos esquecer o valor supremo da evangelização".⁹³

O afastamento bárbaro dos negros da África continuou pelo menos por mais 25 anos depois de 1833, para as plantações de cana do Brasil e Cuba. A economia brasileira e cubana dependia do tráfico de escravos. Mas isso retardaria o desenvolvimento brasileiro e cubano e conseqüentemente estorvaria o comércio britânico. O desejo de açúcar barato depois de 1833 superou toda aversão à escravidão. Desaparecera o horror outrora provocado pela idéia de um feitor de escravos das Índias Ocidentais Britânicas armado de chicote; o feitor cubano de escravos, armado de chicote, facão, punhal e pistolas, e seguido de cães de caça, não despertava nem sequer comentário dos abolicionistas. Exeter Hall,* o centro do humanitarismo britânico, submeteu-se à Escola de Manchester,** a ponta de lança do livre-câmbio britânico.

Os abolicionistas, outrora tão belicosos no que dizia respeito ao tráfico de escravos, eram agora pacifistas. Buxton escreveu um livro condenando a esquadra que vigiava os navios negreiros e a política da supressão forçada do tráfico de escravos, por causarem sofrimento agravado a um enorme número de pessoas.⁹⁴ Sturge reorganizou a Sociedade Antiescravista numa base puramente pacifista. "O fracasso total", disse Wilberforce, filho, Bispo de

* Exeter Hall, grupo evangélico da Igreja Anglicana; (fig.) fervor evangélico. (N. do T.)

** Manchester school, grupo de políticos ou economistas partidários do livre-câmbio. (N. do T.)

Oxford, num grande comício abolicionista em 1840, "de toda tentativa por tratado, por admoestação e por armamentos navais, para deter a marcha do tráfico de escravos, prova a necessidade de recorrer-se a uma política preventiva fundada em princípios diferentes e mais elevados".⁹⁵ O jovem Buxton "podia ver apenas que aqueles altos princípios pelos quais este país se guiou por muitos anos estão agora suplantados por outros que, embora importantes por si mesmos, eram bem inferiores àqueles princípios segundo os quais ele agira em anos anteriores".⁹⁶ A filantropia de Brougham só era excitada pelo açúcar e não pelo algodão, só pelo tráfico de escravos e não pela escravidão, só pelo tráfico de escravos entre a África e o Brasil e não pelo tráfico de escravos entre a Virgínia e o Texas. Ele condenou, como "uma grossa perversão das doutrinas do livre-câmbio", a política de obter "açúcar barato ao custo mais elevado de pirataria, tortura e sangue".⁹⁷ Sabia que seria loucura excluir o algodão americano, assim, tomando como padrão de medida não a escravidão, mas o tráfico de escravos, argumentou que, embora não tivesse o direito de intervir nas instituições internas de Estados independentes, tinha todo o direito de exigir o cumprimento de tratados assinados por Estados independentes.⁹⁸ De acordo com sua interpretação, os Estados Unidos realizavam o tráfico de escravos. Havia uma diferença, alegou ele, entre a expansão do açúcar produzido por escravos na Luisiana, provocada pelo aumento natural dos escravos ou pelo cultivo mais eficiente, e a ampliação do açúcar produzido por escravos no Brasil, provocada "pelo tráfico desnaturado, forçado e infernal de africanos realizado pela força e pela fraude".⁹⁹

Talvez o maior discurso já realizado sobre a questão da escravidão foi o de Thomas Babington Macaulay, mais tarde Lorde Macaulay, em 1845. Foi uma obra-prima de clareza e lucidez, digna de um grande historiador. Tinha, porém, um defeito: era a favor da escravidão, e não contra. "Minhas obrigações especiais com respeito à escravidão do negro", disse Macaulay sarcasticamente, "cessaram quando a própria escravidão cessou nessa parte do mundo para o bem-estar do qual eu, como membro desta Casa, fui responsável." Recusou-se a transformar o código fiscal do país num código penal com o propósito de corrigir vícios

nas instituições de Estados independentes, ou a tarifa em "um instrumento para recompensar a justiça e humanidade de alguns Governos estrangeiros e para punir a barbaridade de outros". Enfrentou destemidamente a incoerência de importar açúcar brasileiro para refinar, mas não para consumo. "Importamos a coisa maldita; armazenamo-la na alfândega; empregamos nossa habilidade e maquinaria para torná-la mais tentadora ao olhar e ao paladar; exportamo-la para Livorno e Hamburgo; mandamo-la para todos os cafés da Itália e Alemanha; embolsamos um lucro sobre isso tudo; e depois assumimos um ar farisaico e agradecemos a Deus por não sermos como esses pecadores italianos e alemães que não têm escrúpulo em tragar o açúcar produzido por escravos."¹⁰⁰ Não ousaram proibir a importação do açúcar brasileiro, a não ser que desejassem tornar a Alemanha um Warwickshire e Leipzig outra Manchester.¹⁰¹ "Não terei dois padrões de direito... Não terei dois pesos e duas medidas. Não ficarei à mercê do vento, não serei inconstante, não serei escrupuloso em coisas insignificantes para fazer vista grossa às grandes."¹⁰²

Todos os grandes nomes estão aqui — Wilberforce, Buxton, Macaulay, Brougham. Todos, menos Clarkson, uma voz no deserto clamando pela exclusão de todos os artigos produzidos por mãos algemadas e acorrentadas.¹⁰³ Contudo, mesmo Clarkson, em 1839, opôs-se à supressão sob o fundamento curioso de que isso era apenas "meter dinheiro no bolso dos homens de nossas forças armadas".¹⁰⁴

A escravidão era agora encarada sob um ângulo diferente. Para o Sr. Wilson, não se podia qualificar de injusta e opressiva a relação entre empregador e empregado porque ela era a do senhor e escravo.¹⁰⁵ O representante da Universidade de Oxford opôs-se ao tráfico de escravos e estava predisposto a admitir a guerra, se necessário, para suprimi-lo,¹⁰⁶ mas jamais aceitou a opinião de que a propriedade de homem fosse ilegal.¹⁰⁷ O economista político M'Culloch lembrou que sem a escravidão os trópicos jamais poderiam ter sido cultivados e que, como instituição, não era justo que a submetessem ao opróbrio e denúncia que se lhe aplicavam.¹⁰⁸ Olhemos o sistema da escravidão com mais serenidade, prelecionava o Professor Merivale em Oxford; era um grande mal social, mas que diferia em

grau e qualidade, não em natureza, de muitos outros males sociais que eram obrigados a tolerar, tais como a grande desigualdade de fortunas, o pauperismo ou o trabalho excessivo das crianças.¹⁰⁹

Disraeli, como muitos a seguir na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, condenou a emancipação como o maior erro já cometido pelo povo inglês. Foi "um tema excitante... dirigido a um povo insular de propósito firme, mas informação muito deficiente".¹¹⁰ Isso não era um julgamento apressado, no decorrer de um brilhante desempenho oratório. Era uma opinião meditada, que ele deliberadamente repetiu em sua *Life of Lord George Bentinck*. "O movimento da classe média pela abolição da escravatura foi louvável, mas não foi judicioso. Foi um movimento inepto. A história da abolição da escravatura pelos ingleses e suas conseqüências seria uma narrativa da ignorância, injustiça, erro, desperdício e devastação, não sendo fácil encontrar paralelo na história da humanidade."¹¹¹

Até os intelectuais se deixaram envolver. Coleridge fora agraciado com a Medalha de Ouro Browne em Cambridge por uma ode sobre a escravidão e se absteve de participar da questão do açúcar. Mas, em 1811, zombou do "comércio da filantropia", acusou Wilberforce de cuidar somente de si mesmo e criticou Clarkson como um homem enfatuado pela benevolência, "a máquina a vapor moral ou o gigante com uma idéia";¹¹² enquanto em 1833 ele se opôs vigorosamente às freqüentes discussões sobre os direitos dos negros que deviam "aprender a ser agradecidos à providência que os pusera ao alcance dos meios de graça".¹¹³ Em 1792, Wordsworth era completamente indiferente "ao novo ardor de sentimento virtuoso" que se propagava pela Inglaterra.¹¹⁴ Seus famosos sonetos a Clarkson, Toussaint Louverture e o "negro de traje branco" são simplesmente retórica pomposa e, não casualmente, carecem da profundidade de sua poesia mais primorosa. Em 1833, ele declarou que a escravidão era, em princípio, monstruosa, mas não era a pior coisa da natureza humana; não era por si mesma em todo o tempo e em todas as circunstâncias para ser deplorada e, em 1840, ele se recusou a se associar publicamente aos abolicionistas.¹¹⁵ Southey era a favor da alforria compulsória pela qual a escravidão, com esperança racional, se extinguiria no decorrer de uma geração.¹¹⁶

Mas a reação mais tétrica e mais desprezível foi personificada por Carlyle. Ele escreveu um ensaio sobre "The Nigger Question" ("A Questão do Negro"), escarnecendo do "Exeter-Hallery e outras bobagens trágicas" que, partindo do falso princípio de que todos os homens eram iguais, fizera das Índias Ocidentais uma Irlanda negra. Os cavaleiros seriam os próximos a ser emancipados?, perguntava ele. Carlyle fazia um contraste entre "os negros bonitos de lá, abarrotados de abóboras, e os brancos tristes daqui, sem batata para comer". Fora só o homem branco que valorizara as Índias Ocidentais, e o "indolente gado de dois pés" devia ser obrigado a trabalhar. Os abusos da escravidão deviam ser abolidos, mas as coisas preciosas nela existentes deviam ser poupadas: o negro "tinha o direito indiscutível e perpétuo de ser obrigado a trabalhar... para ganhar sua subsistência". Não era que Carlyle odiasse o negro. Não, gostava dele, e verificou que com "um penny de óleo, pode-se fazer uma coisa bem lustrosa de um pobre escravo". O negro africano, isolado dos homens selvagens, poderia viver entre os civilizados, mas só poderia ser útil na criação divina como um servo eterno, a não ser que as Índias Ocidentais Britânicas viessem a se tornar, como o Haiti, "um canil tropical", o Pedro negro exterminando o Paulo negro.¹¹⁷ A opinião pública, como Lord Denman se queixou, sofrera uma mudança lamentável e vergonhosa.¹¹⁸

12

OS ESCRAVOS E A ESCRAVIDÃO

Consideramos nos capítulos anteriores as diferentes atitudes do Governo britânico, dos capitalistas britânicos, dos plantadores absenteístas britânicos das Índias Ocidentais e dos humanitaristas britânicos para com a escravidão. Acompanhamos a batalha da escravidão na Metrópole. Seria um erro grave, porém, tratar a questão como se fosse simplesmente uma luta metropolitana. O destino das colônias estava em jogo e os próprios colonizadores estavam numa agitação que indicava, refletia e reagia aos grandes acontecimentos que se verificavam na Grã-Bretanha.

Em primeiro lugar, havia os plantadores brancos, que tinham de lidar não somente com o Parlamento britânico, mas também com os escravos. Em segundo, havia a população livre não-branca. E em terceiro lugar, havia os próprios escravos. Muitos escritores desse período os ignoraram. Os historiadores modernos estão despertando gradativamente para a distorção que resultou disso.¹ Ao corrigirem essa deficiência, corrigem um erro que os plantadores, os funcionários e políticos britânicos da época jamais cometeram.

Começamos pelos plantadores. Em 1823, o Governo britânico adotou uma nova política de reforma relativa à escravidão nas Índias Ocidentais. A política devia ser posta em vigor, por "ordem em conselho", nas colônias da Coroa de Trinidad e Guiana Inglesa; seu sucesso, esperava-se, estimularia as colônias dotadas de Governo próprio a imitá-las espontaneamente. As reformas compreendiam: abolição do chicote; abolição do mercado de domingo do negro, dando aos escravos outro dia de folga, para conceder-lhes tempo para a instrução religiosa; proibição de surrar as escravas; alforria compulsória das

escravas do campo e domésticas; liberdade das meninas nascidas depois de 1823; possibilidade do depoimento de escravos nos tribunais de justiça; criação de caixas econômicas para os escravos; jornada de trabalho de nove horas; e a nomeação de um Protetor de Escravos cuja função, entre outras coisas, era manter um registro oficial dos castigos infligidos aos escravos. Não era emancipação, mas abrandamento; não era revolução, mas evolução. A escravidão seria exterminada pela bondade.

A resposta dos plantadores, nas colônias da Coroa como também nas ilhas dotadas de Governo próprio, foi uma recusa terminante a aprovar o que consideravam "um simples rol de indulgências aos negros".^{1a} Sabiam que todas essas concessões significavam apenas novas concessões posteriormente.

Nem uma só recomendação recebeu o apoio unânime dos plantadores das Índias Ocidentais. Eles ficaram furiosos especialmente com as propostas de proibição de surrar as escravas e a abolição do mercado de domingo do negro.

Do ponto de vista dos plantadores, era necessário punir as mulheres. Mesmo nas sociedades civilizadas, argumentavam, as mulheres eram surradas, como nas casas de correção da Inglaterra. "Nossas senhoras negras", disse Hamden no legislativo de Barbados, "têm antes uma tendência para o tipo de índole das amazonas; e acredito que seus maridos ficariam muito tristes em ouvir que elas foram colocadas fora do alcance de castigo."²

Na questão da abolição do mercado de domingo do negro, Barbados recusou-se a renunciar a um sexto de sua já reduzida renda.³ Jamaica respondeu que o "pretexto de ter tempo para deveres religiosos" apenas incentivaria a indolência entre os escravos.⁴ Tão grande foi a oposição dos plantadores que o governador considerou qualquer tentativa de alteração como extremamente imprudente e não podia ver alternativa a não ser deixar aquilo "à ação do tempo e à mudança de circunstâncias e opiniões que está lenta mas seguramente levando à melhoria dos hábitos e modos dos escravos".⁵ Era um fato certo e importante que, com o tempo, o simples contato com a civilização melhorava o escravo, mas o escravo não

estava disposto a sujeitar-se à inevitabilidade do gradualismo.

O chicote, argumentavam os plantadores, era necessário para que se mantivesse a disciplina. Se o abolirmos, "então adeus a toda paz e conforto nas plantações".⁶ Um plantador de Trinidad chamou de "a mais injusta e opressiva invasão da propriedade" insistir na jornada de nove horas para os escravos adultos nas Índias Ocidentais, enquanto o inglês dono de fábrica podia exigir trabalho de doze horas das crianças num ambiente calorento e doentio.⁷ Na Jamaica, o projeto para admitir o depoimento dos escravos provocou um grande e violento clamor, sendo rejeitado na segunda discussão por uma maioria de 36 votos a um.⁸ A Assembléia da ilha adiou a cláusula das caixas econômicas para uma futura sessão,⁹ e o governador não se atreveu sequer a mencionar a questão da liberdade das meninas.¹⁰ O legislativo da Guiana Inglesa decidiu que "se o princípio da alforria *invito domino** deve ser adotado, é melhor para sua consistência e para os interesses de seus constituintes que seja feito para eles do que por eles".¹¹ Em Trinidad, o número de alforrias declinou consideravelmente,¹² enquanto as avaliações da alforria aumentaram repentinamente;¹³ "a possibilidade de avaliadores juramentados pronunciarem uma decisão injusta", confessou Stephen, "não foi levada em conta e não há como precaver-se dela".¹⁴ Um administrador em Trinidad falou sobre "as tolas ordens em conselho" e, ao registrar os castigos, recorria a linguagem indigna de sua responsabilidade e insultante para os elaboradores da legislação.¹⁵ O cargo de Protetor de Escravos na Guiana Inglesa era uma "ilusão": "Não há proteção para a população escrava", escreveu o seu ocupante em 1832, "sou tremendamente impopular..."¹⁶

Não somente os plantadores das Índias Ocidentais rejeitaram as propostas específicas do Governo britânico, mas também contestaram o direito do Parlamento Imperial de legislar sobre os seus negócios internos e emitir "mandatos arbitrários... tão positivos e descabidos, no tocante à matéria, e tão precisos e peremptórios, no tocante

* *Invito domino*, apesar do homem; contra a vontade do homem. (N. do T.)

ao tempo".¹⁷ De Barbados, o governador informou que qualquer tentativa de imposição provocava imediatamente irritação e oposição.¹⁸ A alegada incongruência dos donos de escravos em falar sobre direitos e liberdade foi rebatida como "o clamor da ignorância". Olhem a história, advertiu Hamden, "vocês verão que não há nações no mundo mais ciosas de suas liberdades do que aquelas entre as quais existiu a instituição da escravidão".¹⁹

Na Jamaica a excitação atingiu o auge. A Assembléia declarou que não iria "nunca fazer uma capitulação deliberada de seus direitos incontestados e reconhecidos", legislando da maneira prescrita²⁰ "sobre um assunto de simples regulamentação municipal e política interna".²¹ Se o Parlamento britânico pretendia fazer leis para a Jamaica, devia exercer essa prerrogativa sem sócio.²² A doutrina do poder transcendental do Parlamento Imperial foi declarada como sendo subversiva de seus direitos e perigosa para a vida e as propriedades dos jamaicanos.²³ Segundo o governador, "os direitos incontestados do Parlamento britânico têm sido irresponsável e repetidamente negados, (e) a não ser que a arrogância dessas pretensões seja efetivamente refreada a autoridade de Sua Majestade nesta colônia existirá apenas nominalmente".²⁴ Dois delegados jamaicanos, enviados a Londres em 1832 para apresentarem suas queixas às autoridades metropolitanas, revelaram claramente os *arcana imperii*: "Não devemos mais lealdade aos habitantes da Grã-Bretanha do que devemos aos nossos irmãos colonizadores do Canadá... não reconhecendo nem por um momento que a Jamaica possa ser trazida ao tribunal da opinião inglesa para defender suas leis e costumes."²⁵ Um membro da assembléia da ilha foi mais longe: "quanto ao Rei da Inglaterra", perguntava ele, "que direito tem sobre a Jamaica, a não ser que a roubou da Espanha?"²⁶ Um representante das Índias Ocidentais no Parlamento lembrou ao povo inglês que "por persistir na questão de direito perdemos a América".²⁷ Boatos de secessão eram frequentes. O Governo metropolitano estava avisado de que havia comunicação constante da Jamaica com indivíduos dos Estados Unidos,²⁸

* *Arcana imperii*, os segredos ou mistérios do Império ou Governo; segredos de Estado. (N. do T.)

e que sondagens tinham sido feitas por alguns plantadores junto ao Governo dos Estados Unidos.²⁹ O Gabinete levou a questão suficientemente a sério para interrogar o governador sobre o assunto.³⁰ Não tinha São Domingos, em circunstâncias semelhantes, se oferecido à Grã-Bretanha?

Isso era mais do que a linguagem de homens desesperados ou uma zombaria louca da "admoestação moderada, mas autorizada",³¹ das autoridades imperiais. Era uma lição não tanto para o público da Grã-Bretanha, quanto para os escravos das Índias Ocidentais. Se o governador da Jamaica encontrava nos plantadores "uma relutância maior em desfazer-se do poder sobre o escravo do que seria de esperar na época atual",³² é óbvio como a recalceitância da "plantocracia" parecia aos escravos. Os negros, menos do que todo mundo, provavelmente não esqueciam que, nas palavras do governador de Barbados, "o *gosto do poder* desses plantadores sobre os pobres negros, cada um em seu pequeno domínio açucareiro, tem constituído um obstáculo tão grande à liberdade como o *gosto de seu trabalho*".³³ A emancipação viria não dos plantadores, mas apesar dos plantadores.

Enquanto os brancos tramavam traição e falavam em secessão, o povo livre de cor era firmemente leal. Condenava "a dissolução dos laços que nos prendem à Mãe-Pátria como a maior calamidade que poderia ocorrer a nós e à nossa posteridade".³⁴ Para grande mérito desses elementos, informou o governador da Jamaica, eles não haviam participado daqueles comícios "de que tantas dores têm sido tiradas para propagar as sementes do descontentamento na colônia entre a população livre e também a escrava".³⁵ Enquanto os brancos se recusavam a ocupar cargos oficiais, os mulatos insistiam em seu direito ao serviço público.³⁶ Eram leais não por virtude, mas porque eram muito fracos para conquistar seus direitos por si mesmos, e não viam perspectiva de sua própria emancipação a não ser através do Governo britânico. Além disso, os Governos locais, desde que estavam procurando executar a política dos antimonopolistas, tinham de apoiar-se neles. Em Barbados, escreveu o governador, o equilíbrio de polidez, moral, educação e energia estava do lado dos mulatos, enquanto os brancos tinham apenas antigos direitos e preconceitos para manter sua posição intolerante. "Vocês

verão", aconselhava ele ao Governo metropolitano, "que é grande política nas circunstâncias atuais promover a elevação dessas castas. São uma raça sóbria, ativa, enérgica e leal; e poderei igualmente contar com eles, se ocorrer necessidade, contra os escravos ou a milícia branca".³⁷

Ao contrário da crença popular e até dos entendidos, porém, à medida que a crise política se aprofundava na Grã-Bretanha, a força social mais dinâmica e poderosa nas colônias passava a ser o próprio escravo. Esse aspecto do problema das Índias Ocidentais tem sido meticulosamente ignorado, como se os escravos, quando se tornavam instrumentos da produção, passassem por homens apenas na relação de nomes. O plantador considerava a escravidão como eterna, ordenada por Deus, e não se escusava de justificá-la com citações das Escrituras. Não havia razão para que o escravo não pensasse o mesmo. Ele pegava os mesmos trechos das Escrituras e adaptava-os a suas próprias finalidades. A coação e ao castigo, ele respondia com a indolência, sabotagem e revolta. A maior parte do tempo ele simplesmente era tão ocioso quanto possível. Essa era sua forma habitual de resistência — passiva. A docilidade do escravo negro é um mito. Os quilombolas da Jamaica e os "negros do mato" da Guiana Inglesa eram escravos fugitivos, que firmaram pactos com o Governo britânico, e viviam independentemente em seus redutos nas montanhas ou refúgios nas selvas. Eram exemplos permanentes para os escravos das Índias Ocidentais Britânicas de um caminho para a liberdade. A vitoriosa revolta de escravos em São Domingos foi um marco na história da escravidão no Novo Mundo, e depois de 1804, quando a república independente do Haiti foi fundada, todo senhor branco de escravos, na Jamaica, em Cuba ou no Texas, vivia temeroso de outro Toussaint L'Ouverture. É inconcebível *a priori* que o transtorno econômico e as imensas agitações que abalaram milhões de pessoas na Grã-Bretanha poderiam passar sem produzir efeito nos próprios escravos e nas relações dos plantadores para com os escravos. A pressão sobre o plantador de cana por parte dos capitalistas da Grã-Bretanha foi agravada pela pressão dos escravos nas colônias. Em comunidades como as Índias Ocidentais, como o governador de Barbados escreveu, "o espírito público está sempre apreensivamente atento aos perigos da insurreição".³⁸

Muito menos estúpido do que seu senhor pensava e historiadores posteriores o retrataram, o escravo prestava atenção a seu ambiente e se interessava agudamente pelas discussões sobre seu destino. "Nada", escreveu o governador da Guiana Inglesa em 1830, "pode ser mais agudamente observável do que os escravos com respeito a tudo o que afeta seus interesses".³⁹ Os plantadores discutiam abertamente a questão da escravidão na presença das próprias pessoas, cujo futuro estava em consideração. "Se as reuniões turbulentas que se realizam aqui entre os proprietários", escreveu o governador de Trinidad em 1832, "são apoiadas, nada que possa ocorrer precisa ser motivo de surpresa..."⁴⁰ A imprensa local aumentava a matéria inflamável. Um jornal de Trinidad chamou a "ordem em conselho" de "ignóbil";⁴¹ outro falou sobre "os ridículos dispositivos do desastroso Código Negro".⁴² Um juiz recusou-se a deliberar sobre qualquer julgamento decorrente da "ordem em conselho" e afastou-se do cargo.⁴³ Os plantadores têm sido acusados por essa atitude temerária. Mas eles não podiam evitá-la. É uma característica de todas as crises sociais profundas. Antes da Revolução Francesa, a Corte e a aristocracia francesas discutiam Voltaire e Rousseau não somente livremente, mas, em certas esferas, com verdadeira apreciação intelectual. O comportamento arrogante e a linguagem descomedida dos plantadores, porém, serviram apenas para inflamar a mente dos já inquietos escravos.

O consenso de opinião entre os escravos, toda vez que uma nova discussão surgia ou cada nova política era anunciada, era que a emancipação fora aprovada na Inglaterra, mas era negada por seus senhores. O governador da Jamaica comunicou em 1807 que a abolição do tráfico de escravos era interpretada por estes como "nada menos que a emancipação geral".⁴⁴ Em 1816, o Parlamento britânico aprovou uma lei tornando obrigatório o registro de todos os escravos, para evitar contrabandos na violação da lei de abolição. Os escravos na Jamaica tinham a impressão de que o projeto de lei "considera alguns dispositivos em seu favor que a Assembléia aqui apoiada pelos habitantes geralmente deseja negar",⁴⁵ e os plantadores tiveram de recomendar uma declaração parlamentar de que a emancipação jamais fora considerada.⁴⁶ Incompre-

ensão semelhante reinava entre os escravos em Trinidad⁴⁷ e Barbados.⁴⁸ Em todas as Índias Ocidentais os escravos perguntavam “por que Bacchra não faz o que o Rei lhe manda?”⁴⁹ Tão profundamente incrustada na cabeça dos escravos estava a idéia de que algum grande benefício estava sendo preparado para eles pelo Governo metropolitano em oposição a seus senhores, que eles se agarravam ansiosamente a qualquer circunstância insignificante como comprovação.⁵⁰ Toda mudança de governador era interpretada por eles como emancipação. A chegada de D’Urban à Guiana Inglesa, em 1824, foi julgada pelos escravos como significando “algo interessante para suas perspectivas”.⁵¹ O governador de Trinidad seguiu para a Inglaterra em gozo de licença em 1831; os negros pensaram que ele “ia arranjar a emancipação para todos os escravos”.⁵² A chegada de Mulgrave à Jamaica, em 1832, criou grande excitação. Numa revista perto de Kingston ele foi seguido de perto pelo maior número de escravos que já se reunira antes na ilha, todos com uma idéia na cabeça, de que ele “viera com a emancipação no bolso”.⁵³ A designação de Smith como governador de Barbados, em 1833, foi entendida pelos escravos como significando a emancipação geral. Sua chegada à ilha deu origem a um número considerável de deserções de plantações distantes para Bridgetown “para verificar se o Governador tinha trazido a libertação ou não”.⁵⁴

Os escravos, porém, não estavam dispostos a esperar que a libertação viesse a eles como um ato da Providência. A frequência e intensidade das revoltas de escravos depois de 1800 refletem as crescentes tensões que repercutiam nos majestosos salões de Westminster.

Em 1808, uma revolta de escravos irrompeu na Guiana Inglesa. A revolta foi traída e os chefes aprisionados. Consistiam em “feitores, artesãos e outros escravos mais conscientes nas propriedades”,⁵⁵ isto é, não os trabalhadores do campo, mas os escravos que estavam em situação mais confortável e eram mais bem tratados. Do mesmo modo, um rebelde na Jamaica em 1824, que cometeu suicídio, admitiu claramente que seu senhor era bondoso e indulgente, mas defendeu sua ação sob o fundamento de que a liberdade durante a sua vida lhe fora negada apenas por seu senhor.⁵⁶ Era um sinal de perigo. Toussaint L’Ouver-

ture em São Domingos fora um “cocheiro escravo” de confiança.

Em 1816, chegou a vez de Barbados. Foi um rude choque para os plantadores barbadianos que alimentavam a ilusão de que o bom tratamento dos escravos “impediria que eles recorressem à violência para estabelecer uma reivindicação de direito natural que por um longo costume sancionado pela lei se tem até aqui recusado a reconhecer”.⁵⁷ Os rebeldes, quando interrogados, negaram explicitamente que o mau tratamento fosse a causa. “Sustentaram obstinadamente, porém”, assim escreveu o comandante das tropas ao governador, “que a ilha pertencia a eles e não aos brancos, a quem tencionavam destruir, conservando as mulheres.”⁵⁸ A revolta pegou os plantadores desprevenidos e somente a sua deflagração prematura, em consequência da embriaguez de um dos rebeldes, evitou que ela se propagasse à ilha inteira.⁵⁹ Os plantadores jamaicanos não puderam ver na revolta nada mais do que “os primeiros frutos dos planos visionários de alguns impetuosos teóricos filantrópicos, declamadores ignorantes e fanáticos intolerantes”.⁶⁰ Tudo em que puderam pensar foi no envio de representações urgentes ao governador para chamar de volta um destacamento que tinha embarcado alguns dias antes para a Inglaterra e na retenção do resto do regimento na Jamaica.⁶¹

Mas a tensão estava crescendo rapidamente. A Guiana Inglesa em 1808, Barbados em 1816. Em 1823, a Guiana Inglesa pegou fogo pela segunda vez. Cinquenta plantações se revoltaram, abrangendo uma população de 12.000. Aqui também a revolta foi tão cuidadosa e secretamente planejada que pegou os plantadores de surpresa. Os escravos exigiram emancipação incondicional. O governador admoestou-os — eles deviam agir gradualmente e não ser precipitados. Os escravos ouviram friamente. “Essas coisas, disseram eles, não lhes traziam nenhum consolo, Deus os fizera da mesma carne e osso que os brancos, que estavam cansados de ser escravos deles, que deviam ser livres e que não trabalhariam mais.” O governador garantiu-lhes que “se pela conduta pacífica merecessem a mercê de Sua Majestade veriam a sua sorte substancialmente, embora gradualmente, melhorada, mas eles declararam que

queriam ser livres".⁶² Seguiram-se então as severidades habituais, a revolta foi sufocada, os plantadores comemoraram e prosseguiram em seu caminho, desatentos ao caso. Sua única solicitude era a continuação da lei marcial que fora declarada.⁶³ "Agora a bola começou a rolar", escreveu o governador de Barbados confidencialmente ao Ministro das Colônias, quando recebeu a notícia da revolta da Guiana, "ninguém sabe dizer quando ou onde vai parar."⁶⁴ No ano seguinte, os escravos de duas plantações da paróquia de Hanover na Jamaica se revoltaram. A rebelião foi localizada e dominada por uma grande força militar, e os chefes executados. Os escravos como grupo, porém, somente com dificuldade foram impedidos de interferir na execução. Além disso, os executados, escreveu o governador, "estavam completamente imbuídos da crença de que mereciam a liberdade e de que a causa que haviam abraçado era justa e em defesa de seus próprios direitos". De acordo com um dos líderes, a revolta não tinha sido subjugada, "a guerra apenas começara".⁶⁵

A calma aparente foi restabelecida na Guiana Inglesa e na Jamaica, mas os negros continuaram inquietos. "O espírito de descontentamento não está extinto", escreveu o governador da Guiana Inglesa, "está vivo, por assim dizer, sob as cinzas, e a mente do negro, embora não apresente nenhuma indicação acentuada de discórdia àqueles que não estão acostumados a observá-la, ainda está agitada, vigilante e desconfiada."⁶⁶ O governador advertiu contra outro adiamento, não somente devido à humanidade intrínseca e ao acerto da medida, mas também porque a expectativa e conjectura deviam cessar e os negros deviam ser libertados dessa ansiedade febril que continuaria a agitá-los, até que a questão fosse resolvida definitivamente.⁶⁷ Nenhum estado era tão perigoso como o de indefinida e vaga expectativa do negro.⁶⁸

Isso foi em 1824. Sete anos mais tarde, as mesmas discussões sobre propriedade, indenização e direitos adquiridos ainda prosseguiram. Em 1831, os escravos quiseram eles mesmos resolver a questão. Um movimento insurrecional irrompeu em Antígua. O governador de Barbados teve de mandar reforços.⁶⁹ Na própria Barbados predominava a idéia de que o Rei outorgara a emancipação, mas o governador estava retendo o benefício, enquanto se espa-

lhava o boato de que, no caso de insurreição, as tropas do Rei haviam recebido ordem terminante para não atirar nos escravos.⁷⁰

O clímax sobreveio com uma revolta na Jamaica durante os festejos de Natal. A Jamaica era a maior e a mais importante colônia das Índias Ocidentais Britânicas. Com a Jamaica pegando fogo, nada poderia impedir que as chamas se propagassem. Uma "insurreição extensa e destrutiva" irrompeu entre os escravos na zona ocidental.⁷¹ A insurreição, informou o governador, "não foi ocasionada por qualquer queixa repentina ou causa imediata de descontentamento, já tinha sido há muito combinada e em diversos períodos adiada". Os líderes eram escravos colocados em posições da maior confiança, que estavam conseqüentemente isentos de todo trabalho pesado. "Na situação deles, motivos não menos fortes do que aqueles que parece tê-los impulsionado — o desejo de obter a liberdade e, em alguns casos, de se apoderar das propriedades pertencentes a seus senhores — poderiam ter influído em sua conduta."⁷²

Os plantadores das Índias Ocidentais, porém, não viam nessas revoltas de escravos senão uma oportunidade de embaraçar a mãe-pátria e os humanitaristas. De Trinidad, o governador escreveu em 1832: "... a ilha, no que concerne aos escravos, está perfeitamente tranqüila e poderia muito facilmente ser conservada assim se tal fosse o desejo daqueles que devem guiar seus esforços nesse sentido... Parece às vezes que os motivos impulsionadores de algumas pessoas importantes daqui consistem em levar o Governo a abandonar seus princípios, mesmo com o risco de instigar os escravos à insurreição."⁷³ O governador da Jamaica constatou a mesma situação: "Não há dúvida de que deve haver aqueles míopes demais para gozar no momento qualquer perturbação, por parte dos negros, decorrente da decepção que essas pessoas desesperadas de suas próprias perspectivas considerariam como algum consolo, em virtude do embaraço que isso causaria ao Governo britânico."⁷⁴ O plantador das Índias Ocidentais, segundo as palavras de Daniel O'Connell, continuava sentado, "sujo e lambuzado, sobre um palol de pólvora, do qual não se retirava, e constantemente receoso de que o escravo lançasse uma tocha nele".⁷⁵

Mas o conflito ultrapassara a fase de discussões políticas abstratas sobre escravos como propriedade e medidas políticas. Já se transformara nos desejos exaltados do povo. "A questão", escreveu um jamaicano ao governador, "não ficará a cargo do arbitramento de uma longa discussão inflamada entre o Governo e o plantador. O próprio escravo aprendeu que existe uma terceira parte, e essa terceira parte é ele mesmo. Conhece sua força e há de reivindicar o seu direito à liberdade. Mesmo nesse momento, desassombrado do último fracasso, ele discute a questão com uma determinação fixa."⁷⁶ De Barbados, o governador acentuou a "dupla crueldade" da incerteza — paralisava os esforços dos plantadores e levava os escravos, que há anos eram mantidos na esperança e expectativa, ao desespero sombrio.⁷⁷ Nada poderia ser mais nocivo, advertiu ele, do que prometer aos escravos de sessão em sessão que sua liberdade estava chegando.⁷⁸ Era mais aconselhável, escreveu ele uma quinzena depois, que "o estado dessa gente infeliz seja logo examinado e decidido pelas autoridades metropolitanas, pois o estado de ilusão no qual eles laboram torna-os desagradáveis a seus donos e, em alguns casos, aumenta a miséria inevitável de sua condição."⁷⁹

Em 1833, portanto, a alternativa era clara: emancipação de cima ou emancipação de baixo. Mas EMANCIPAÇÃO. As mudanças econômicas, o declínio dos monopolistas, o desenvolvimento do capitalismo, a agitação humanitarista nas igrejas britânicas, as perorações controversas nas salas do Parlamento, tinham agora atingido sua culminância na determinação dos próprios escravos em se tornarem livres. Os negros haviam sido estimulados para a liberdade pelo desenvolvimento da própria riqueza que seu trabalho criara.

13

CONCLUSÃO

Este estudo, embora trate especialmente da Grã-Bretanha, recebeu o título geral de "Capitalismo e Escravidão". O título "O Capitalismo Britânico e a Escravidão", embora mais preciso, seria não obstante genericamente falso. O que era característico do capitalismo britânico era típico também do capitalismo na França. Gaston-Martin escreve: "Não houve um só grande proprietário de navios em Nantes que, entre 1714 e 1789, não comprasse e vendesse escravos; não houve um só que vendesse apenas escravos; é quase tão certo que nenhum chegaria a ser o que foi se não tivesse vendido escravos. Nisso reside a importância essencial do tráfico de escravos: do seu sucesso ou fracasso dependia o progresso ou ruína de todos os demais comércios."¹

A Grã-Bretanha, muito à frente do resto do mundo, e a França foram os países que introduziram o mundo moderno no desenvolvimento industrial e na democracia parlamentar com suas conseqüentes liberdades. A outra corrente estrangeira que alimentou a acumulação de capital na Grã-Bretanha, o comércio com a Índia, foi secundária no período que apresentamos. Foi somente com a perda das colônias americanas, em 1783, que a Grã-Bretanha se voltou para a exploração séria de suas possessões indianas.

A crise que começou em 1776 e prosseguiu durante a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas até o Projeto de Reforma de 1832 foi, em muitos aspectos, uma crise mundial semelhante à crise de hoje, diferindo apenas na amplitude, profundidade e intensidade maiores da atual. Seria estranho que o estudo da convulsão social anterior não nos fornecesse pelo menos certas idéias e princípios para o exame do que está ocorrendo hoje em nosso redor.

1. As forças decisivas no período da história que acabamos de discutir são as forças econômicas em desenvolvimento.

Essas modificações econômicas são graduais, imperceptíveis, mas têm um irresistível efeito cumulativo. Os homens, cuidando de seus interesses, raramente se apercebem dos resultados finais de sua atividade. O capitalismo comercial do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio. Mas, ao fazer isso, contribuiu para criar o capitalismo industrial do século XIX, o qual destruiu o poder do capitalismo comercial, a escravidão e todas as suas obras. Sem uma compreensão dessas modificações econômicas, a história do período não tem sentido.

2. Os diversos grupos contendores de comerciantes, industriais e políticos dominantes, embora agudamente conscientes dos seus interesses imediatos, estão por essa mesma razão geralmente desatentos às consequências a longo prazo de suas diferentes ações, proposições e políticas.

Para a grande maioria dos responsáveis pela política britânica a perda das colônias americanas pareceu uma catástrofe. Na realidade, como se viu rapidamente, provou ser o início de um período de riqueza criadora e poder político para a Grã-Bretanha, que superou de longe todas as realizações incontestadas da era anterior. Desse ponto de vista, o problema da libertação da África e do Extremo Oriente do imperialismo será finalmente decidido pelas necessidades de produção. Assim como a nova capacidade produtiva de 1833 destruiu as relações entre a mãe-pátria e a colônia, que existiam sessenta anos antes, assim também a incomparavelmente maior capacidade produtiva de hoje destruirá finalmente todas as relações que se interponham no caminho. Isso não invalida a premência e a legitimidade dos argumentos em prol da democracia, em prol da libertação agora ou depois da guerra. Mas, *mutatis mutandis*, os argumentos têm um timbre familiar. É impor-

tante encará-los com alguma experiência de argumentos semelhantes e o privilégio (aparentemente negado aos homens de ação contemporâneos) do conhecimento desapassionado sobre o que eles representam.

3. As idéias políticas e morais da época devem ser examinadas em sua relação mais aproximada possível com o desenvolvimento econômico.

A política e a moral no terreno abstrato não têm sentido. Vemos os estadistas e publicistas britânicos defendendo a escravidão hoje, atacando a escravidão amanhã, defendendo a escravidão depois de amanhã. Hoje são imperialistas, no dia seguinte antiimperialistas e igualmente a favor do imperialismo uma geração depois. E sempre com a mesma veemência. A defesa ou o ataque está sempre no plano elevado moral ou político. A coisa defendida ou atacada é sempre algo tangível e visível, que se pode medir em libras esterlinas ou em libras-peso, em dólares e centavos, em jardas, pés e polegadas ou em metros e centímetros. Isso não é um crime. É um fato. É compreensível na época. Mas os historiadores, escrevendo cem anos depois, não têm desculpa para envolver os interesses reais em confusão.* Mesmo os grandes movimentos de massa, e o movimento antiescravista foi um dos maiores deles, mostram uma curiosa afinidade com o aparecimento e desenvolvimento de novos interesses e a necessidade da destruição dos velhos.

4. Um interesse desgastado, cuja falência aparece como uma providência na perspectiva histórica, pode exercer um efeito de obstrução e de descontinuidade que só pode ser explicado pelos extraordinários serviços que prestou e a solidez que adquiriu anteriormente.

Como explicar de outro modo a poderosa defesa erguida pelos plantadores das Índias Ocidentais quando um

* Dessa deplorável tendência, o Professor Coupland, da Universidade de Oxford, é um exemplo notável.

observador imparcial — se existisse isso — podia ver que o tempo deles tinha passado? Contudo, num relato simplificado como a história deve ser, as declarações contemporâneas, representativas e cautelosamente escolhidas, dão um efeito enganador da clareza de objetivos e propósitos.

5. As idéias criadas com base nesses interesses perderam muito depois que os interesses foram destruídos e produzem seus males antigos, o que é bem mais nocivo porque os interesses a que eles correspondiam não mais existem.

Tais são as idéias da inadaptação do homem branco ao trabalho nos trópicos e da inferioridade do negro que o condenaram à escravidão. Temos de nos precaver não somente contra esses antigos preconceitos, mas também contra os novos, que são constantemente criados. Nenhuma época está isenta disso.

As observações feitas acima não são oferecidas como soluções dos problemas dos dias atuais. São assinaladas como pontos de orientação que surgem ao se traçar a carta de outro mar que foi em seu tempo tão tempestuoso quanto é o nosso agora. Os historiadores não fazem nem guiam a história. Sua parcela nisso é geralmente tão pequena que é quase insignificante. Mas, se não aprenderem alguma coisa com a história, suas atividades serão então apenas um ornato cultural, ou um passatempo agradável, igualmente inútil nestes tempos conturbados.

31. Adam Smith, *op. cit.*, 549, 555, 558-559, 567, 573, 576, 579, 581, 595, 625-626.
32. *Ibid.*, 577.

CAPÍTULO 6

1. Johnson, *op. cit.*, I, 118-119. As proporções foram computadas do quadro de exportações apresentado.
2. Pitman, *Development of the British West Indies*, Prefácio, p. VII.
3. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 382. Governador Willoughby, em 12 de maio de 1666; *Ibid.*, V, 414. John Reid ao Secretário Arlington, em 1666(?).
4. Postlethwayt, *Universal Dictionary*..., II, 767.
5. Callender, *op. cit.*, 96, citando *American Husbandry* (1775).
6. *Ibid.*, 96.
7. *Cambridge History of the British Empire*, I, 572.
8. Andrews, *The Colonial Period*..., I, 72.
9. *Cambridge History of the British Empire*, I, 564.
10. Andrews, *The Colonial Period*..., I, 497-499.
11. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, I, 429-430. Em 26 de setembro de 1655. O governador Winthrop opôs-se à emigração como "desagradável" a Deus. R. C. Winthrop, *Life and Letters of John Winthrop* (Boston, 1864-1867), II, 248.
12. Whitworth, *Works of Devenant*, II, 9, 21, 22.
13. H. A. Innis, *The Cod Fisheries, the History of an International Economy* (New Haven, 1940), 78.
14. Stock, *op. cit.*, V, 259. William Beckford, em 8 de fevereiro de 1747.
15. Callender, *op. cit.*, 78.
16. P. W. Bidwell e J. I. Falconer, *History of Agriculture in the Northern United States, 1620-1820* (Nova Iorque, 1941), 43.
17. Harlow, *A History of Barbados*..., 272.
18. *Ibid.*, 268.
19. Andrews, *The Colonial Period*..., IV, 347.
20. Harlow, *A History of Barbados*..., 387.
21. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, VII, 4. John Style ao Secretário Morrice, em 14 de janeiro de 1669.
22. *Ibid.*, X, 297. "Narrative and Disposition of Capt. Breedon concerning New England", 17 de outubro de 1678.
23. Stock, *op. cit.*, II, 269. Em 27 de janeiro de 1698.
24. A. M. Whitson, "The Outlook of the Continental American Colonies on the British West Indies, 1760-1775", *Political Science Quarterly* (março de 1930), 61-63.
25. Innis, *op. cit.*, 134-135.
26. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 167. Renatus Enys ao Secretário Bennett, em 1º de novembro de 1663: "Os inimigos inveterados da colônia são os Dons de Barbados...; usam os meios mais extremos para desmoralizar o país."
27. *Ibid.*, IX, 431. Governador Lynch ao Governador Stapleton das ilhas de Sotavento, em 16 de maio de 1683.

28. *Parl. Hist.*, XVII; 482-485. Em 29 de abril de 1772. A questão é exposta em C. Wilson, *Anglo-Dutch Commerce and Finance in the Eighteenth Century* (Cambridge, 1941), 182-183.
29. Pares, *op. cit.*, 220.
30. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 167. Governador Willoughby, em 4 de novembro de 1663.
31. Pitman, *Development of the British West Indies*, 70-71; Stock, *op. cit.*, IV, 97.
32. Bennett, *op. cit.*, 22-25.
33. Postlethwayt, *Great Britain's Commercial Interests*..., I, 494; Postlethwayt, *Universal Dictionary*..., I, 869; *An Account of the late application... from the Sugar Refineries*, 4; Stock, *op. cit.*, IV, 101.
34. Pares, *op. cit.*, 180.
35. J. Almon, *Anecdotes of the Life of the Right Honourable William Pitt, Earl of Chatham, and of the principal events of his time* (Londres, 1797), III, 222, 225. As citações são tiradas de um panfleto contemporâneo, *Letter from a Gentleman in Guadeloupe to his Friend in London* (1760), o qual é transcrito em Almon.
36. Whitworth, *State of the Trade of Great Britain*..., Parte II, 85-86. As cifras referentes ao Canadá e à Flórida são as seguintes:

Importações Britânicas Exportações Britânicas

Canadá	448.563 libras	2.383.679 libras
Flórida	79.993 libras	375.068 libras

Quanto à Granada e Domínica, ver Capítulo 3, nota 16, *supra*.

37. Pares, *op. cit.*, 219.
38. Almon, *op. cit.*, III, 225.
39. Pares, *op. cit.*, 224.
40. Stock, *op. cit.*, V, 461. Em 7 de março de 1750.
41. Whitson, *op. cit.*, 73.
42. Stock, *op. cit.*, V, 537 n.
43. Anônimo, *The Importance of the Sugar Colonies to Great Britain Stated* (Londres, 1731), 7.
44. Stock, *op. cit.*, IV, 136. Thomas Winnington, em 23 de fevereiro de 1731.
45. *Ibid.*, V, 462.
46. Postlethwayt, *Universal Dictionary*..., I, 871-872, II, 769; Postlethwayt, *Great Britain's Commercial Interest*..., I, 482, 485, 489-490, 493.
47. Almon, *op. cit.*, III, 16. Carta Circular aos Governadores da América do Norte, em 23 de agosto de 1760.
48. Stock, *op. cit.*, V, 478. Em 16 de abril de 1751.
49. Anônimo, *A Letter to a Noble Peer, relating to the Bill in favour of the Sugar-Planters* (Londres, 1733), 18.
50. Whitson, *op. cit.*, 76.

51. A. M. Schlesinger, *The Colonial Merchants and the American Revolution, 1763-1776* (Nova Iorque, 1918), 42-43.
52. *Some Considerations Humbly offer'd...*, II.
53. *A Letter to a Noble Peer...*, 20.
54. Whitson, *op. cit.*, 70.
55. Stock, *op. cit.*, V, 477. Em 16 de abril de 1751.
56. *Ibid.*, IV, 161 n., 162 n., 163 n.
57. *Ibid.*, V, 453. Em 19 de abril de 1751.
58. Donnan, *op. cit.* III, 203-205. Em 24 de janeiro de 1764.
59. W. S. McClellan, *Smuggling in the American Colonies at the Outbreak of the Revolution* (Nova Iorque, 1912), 37.
60. Wood, *op. cit.*, 136-141.
61. Stock, *op. cit.*, IV, 143. Em 23 de fevereiro de 1731.
62. *Ibid.*, IV, 125. Em 28 de janeiro de 1731.
63. *Ibid.*, IV, 185. Em 21 de fevereiro de 1732.
64. *Ibid.*, IV, 139. Em 23 de fevereiro de 1731.
65. E. Donnan, "Eighteenth Century English Merchants, Micajah Perry", *Journal of Economic and Business History* (novembro de 1931), 96. Perry a Cadwallader Colden de Nova Iorque.
66. Pitman, *Development of the British West Indies*, 272.
67. C. W. Taussig, *Rum, Romance and Rebellion* (Nova Iorque, 1928), 39.
68. Stock, *op. cit.*, V, 471. Em 16 de abril de 1751.
69. Callender, *op. cit.*, 133.
70. Innis, *op. cit.*, 212.
71. Arthur Young, *Annals of Agriculture* (Londres), IX, 1788, 95-96; X, 1788, 335-362. O ensaio todo, sobre "West Indian Agriculture" ("Agricultura das Índias Ocidentais"), deve ser lido.
72. Whitson, *op. cit.*, 77-78.
73. MacInnes, *op. cit.*, 295.
74. Edwards, *op. cit.*, II, 515.
75. Whitson, *op. cit.*, 86.
76. Ragatz, *Fall of the Planter Class...*, 174.
77. G. Chalmers, *Opinions on Interesting Subjects of Public Law and Commercial Policy; arising from Independence* (Londres, 1784), 60.
78. Ragatz, *Fall of the Planter Class...*, 176.
79. C. P. Nettels, *The Roots of American Civilization* (Nova Iorque, 1939), 655.
80. As petições das várias ilhas para que os portos fossem abertos eram tão numerosas, que Lorde Hawkesbury estava "apreensivo de que todo porto em nossas ilhas das Índias Ocidentais venha a solicitar para se tornar porto livre, dada a impressão das grandes vantagens a se tirar disso". Documentos de Liverpool, Add. MSS, 38228, fl. 324. Fevereiro de 1793. A 20 de fevereiro de 1784, o governador Orde escrevera de Dominica: "O povo aguarda com ansiedade incomum a chegada de uma lei de porto livre". B. T. 6/103 (Arquivo Público, Londres).
81. W. H. Elkins, *British Policy in its Relation to the Commerce and Navigation of the U.S.A., 1794-1807* (Tese de for-

- matura em Filosofia pela Universidade de Oxford, c. 1935), 96. O Dr. Vincent Harlow, que supervisionou a tese, bondosamente permitiu-me que a lesse.
82. Innis, *op. cit.*, 221, 251.
83. T. Pitkin, *A Statistical View of the Commerce of the United States* (Hartford, 1817), 167.
84. *Report of the Committee of Privy Council, 1788*, Parte V, Questão 1. Depoimento dos Srs. Fuller, Longer e Chrisholme, da Jamaica.
85. Pitman, *The Settlement... of British West Plantations...*, 276.
86. *Report of the Committee of Privy Council, 1788*. Ver nota 84 *supra*.
87. Pitman, *The Settlement... of British West Plantations...*, 280.
88. *Parl. Hist.*, XXIX, 260. Wilberforce, em 18 de abril de 1791.
89. Klingberg, *op. cit.*, 13-14, 103; H. Brougham, *An Inquiry into the Colonial Policy of the European Powers* (Edimburgo, 1803), I, 522.
90. Documentos de Chatham (Arquivo Público, Londres), G. D. 8/349. As Ilhas das Índias Ocidentais, Documentos relativos à Jamaica (1783-1804) e a São Domingos (1788-1800). Extratos de "Considerações sobre o Estado de São Domingos", por Hilliard d'Auberteuil, 303.
91. *Report of the Committee of Privy Council, 1788*. Parte V. Ver nota 84 *supra*.
92. Brougham, *op. cit.*, I, 539-540.
93. Nos Documentos de Chatham, G. D. 8/102, há esta carta curiosa de Pitt, datada de 25 de novembro de 1783, provavelmente ao presidente da Companhia das Índias Orientais: "Ocorreu-me ser do interesse da Companhia mostrar que os portadores de letras estão dispostos a conceder-lhe todo o tempo conveniente antes de exigirem o pagamento. Tenho em geral entendido que estão inclinados a fazer isso; mas pesaria muito se se pudesse obter uma declaração pública deles, em conjunto, nesse sentido. Para esse fim seria conveniente convocar uma reunião pública deles; embora tal medida não deva indubitavelmente ser proposta sem uma certeza de êxito, não pude deixar de sugerir isso a sua consideração. Devo, porém, pedir-lhe o favor de não mencionar a idéia como tendo partido de mim, e de perdoar a liberdade que tomo em importuná-lo."
94. R. Coupland, *Wilberforce* (Oxford, 1923), 93.
95. Açúcar: Vários manuscritos (de posse do autor). Adamson a Ferguson, em 25 de março de 1787.
96. *East India Sugar, Papers respecting the Culture and Manufacture of Sugar in British India* (Londres, 1822). Apêndice I, p. 3.
97. Clarkson, *Essay on the Impolicy...*, 34.
98. Pitkin, *op. cit.*, 30, 200-201. Pitkin dá as cifras referentes a 1784-1790 em libras, as referentes a 1792-1801 em dólares. As proporções dadas no texto baselam-se nos quadros apre-

sentados por Pitkin. Pareceu-me um meio mais satisfatório de mostrar o aumento do comércio do que tentar a conversão de libras em dólares.

99. Merivale, *op. cit.*, 230.
100. Anônimo, *The Speeches of the Right Honourable William Huskisson with a Biographical Memorial* (Londres, 1831), II, 392. Em 21 de março de 1825.

CAPÍTULO 7

1. *Parl. Hist.*, XXIII, 1026-1027. Em 17 de junho de 1783.
2. Mantoux, *op. cit.*, 340.
3. Clapham, *op. cit.*, cap. V.
4. Lord, *op. cit.*, 176.
5. Clapham, *op. cit.*, 156.
6. Mantoux, *op. cit.*, 257.
7. Clapham, *op. cit.*, 184-185, 196.
8. Lord, *op. cit.*, 174.
9. A. Redford, *The Economic History of England* (Londres, 1931), 22.
10. Mantoux, *op. cit.*, 258.
11. N. S. Buck, *The Development of the Organization of Anglo-American Trade, 1800-1850* (New Haven, 1925), 166.
12. *Ibid.*, 164.
13. Wheeler, *op. cit.*, 175.
14. Butterworth, *op. cit.*, 112.
15. Buck, *op. cit.*, 169.
16. Mantoux, *op. cit.*, 368. A frase é de Arthur Young.
17. *Ibid.*, 367-368.
18. Jackman, *op. cit.*, II, 514 n. De 27.426 para 163.888.
19. Butterworth, *op. cit.*, 37.
20. Mantoux, *op. cit.*, 258.
21. C. H. Timperley, *Annals of Manchester; Biographical, Ecclesiastical, and Commercial, from the earliest period to the close of the year 1839* (Manchester, 1839), 89.
22. Buck, *op. cit.*, 36 n.
23. Scrivenor, *op. cit.*, 87 (68.300 toneladas, em 1788); Clapham, *op. cit.*, 149 (650.000-700.000 toneladas, em 1830).
24. Scrivenor, *op. cit.*, 87 (85 fornos, em 1788); *op. cit.*, 149 (250-300 fornos, em 1830).
25. Scrivenor, *op. cit.*, 123-124, 293-294.
26. Clapham, *op. cit.*, 240.
27. *Cambridge History of the British Empire*, II, 223. O ensaio, "The Industrial Revolution and the Colonies, 1783-1822", de J. H. Clapham, deve ser lido como auxílio indispensável para a compreensão da destruição do monopólio das Índias Ocidentais.
28. Clapham, *op. cit.*, 431; F. Engels, *The Condition of the Working Class in England in 1844* (Londres, edição de 1936), 13. O número de minas aumentou de 40 para 76.
29. Scrivenor, *op. cit.*, 297.
30. Redford, *op. cit.*, 41-42.

31. Clapham, *op. cit.*, 152, 154; A. P. Usher, *A History of Mechanical Inventions* (Nova Iorque, 1929), 332.
32. Clapham, *op. cit.*, 189.
33. Scrivenor, *op. cit.*, 421. As cifras são como se segue: 1815 — exportações, 79.596 toneladas; para as Índias Ocidentais Britânicas, 7.381; para os Estados Unidos, 21.501; 1833 — exportações, 179.312 toneladas; para as Índias Ocidentais Britânicas, 5.400; para os Estados Unidos, 62.253.
34. Mantoux, *op. cit.*, 276.
35. Clapham, *op. cit.*, 144, 196; Buck, *op. cit.*, 163.
36. Engels, *op. cit.*, 9. De 75.000 para 490.000 artigos.
37. Clapham, *op. cit.*, 243, 478.
38. James, *op. cit.*, 286; Mantoux, *op. cit.*, 106 n.; Clapham, *op. cit.*, 249. A exportação de algodão, em 1830, foi de 31.810.474 libras. Buck, *op. cit.*, 166.
39. Mantoux, *op. cit.*, 369; Engels, *op. cit.*, 9.
40. Merivale, *op. cit.*, 120.
41. *Cambridge History of the British Empire*, II, 231.
42. Merivale, *op. cit.*, 121.
43. Redford, *op. cit.*, 45.
44. L. H. Jenks, *The Migration of British Capital to 1875* (Londres, 1927), 64.
45. *Hansard, New Series*, XV, 385. Lorde Redesdale, em 19 de abril de 1825.
46. Jenks, *op. cit.*, 67.
47. *Customs 8* (Arquivo Público, Londres), Vols. 14 e 35. As cifras são: 1821 — 6.422.304 libras; 1832 — 7.017.048 libras.
48. Jenks, *op. cit.*, 75-76.
49. *The Cambridge History of British Foreign Policy* (Cambridge, 1923), II, 74, Canning a Granville, em 17 de dezembro de 1824.
50. *Customs 8*, Vols. 14 e 35. Em 1831 — 2.114.329 libras; em 1832 — 9.452.822 libras.
51. *Ibid.* Em 1821 — 3.239.894 libras; em 1832 — 9.452.822 libras.
52. Jenks, *op. cit.*, 47.
53. *Customs 8*, Vols. 14 e 35. Em 1821 — 43.113.855 libras; em 1832 — 65.025.278 libras.
54. *Ibid.* Em 1821 — 19.082.693 libras; em 1832 — 29.908.964.
55. *Ibid.* Em 1821 — 3.649.746 libras; em 1832 — 6.377.507 libras.
56. *Ibid.* Para as Índias Ocidentais Britânicas: 1821 — 4.704.610 libras; 1832 — 3.813.821 libras. Para a Jamaica: 1821 — 3.214.643 libras; 1832 — 2.022.435 libras.
57. W. L. Burn, *Emancipation and Apprenticeship in the British West Indies* (Londres, 1937), 52.
58. *Hansard, Third Series*, LXXVII, 1062. Milner Gibson, em 24 de fevereiro de 1845.
59. Merivale, *op. cit.*, 203.
60. Burn, *op. cit.*, 73. Burn nega que eram um inferno.
61. W. L. Mathieson, *British Slavery and its Abolition, 1823-1838* (Londres, 1926), 222.

62. A. Prentice, *History of the Anti-Corn Law League* (Londres, 1853), I, 5.
63. E. Halévy, *A History of English People, 1830-1841* (Londres, 1927), 42-43, 47, 56-58.
64. F. M. Eden, *Eight Letters on the Peace; and on the Commerce and Manufactures of Great Britain* (Londres, 1802), 129.
65. *Cambridge History of the British Empire*, II, 239.

CAPÍTULO 8

1. Merivale, *op. cit.*, 238-239.
2. *Ibid.*, 93.
3. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38295, fl. 102. Um correspondente anônimo a Lorde Bexley, em julho de 1823.
4. C. O. 137/166. Hibbert a Horton, em 2 de abril de 1827.
5. *Hansard, New Series*, XIV, 1164. Lorde Dudley e Ward, em 7 de março de 1826.
6. *Ibid.*, *Third Series*, III, 354. Sr. Robinson, em 11 de março de 1831.
7. Bready, *op. cit.*, 308.
8. A expressão é do Dr. Bowring. A data não consegui descobrir.
9. Prentice, *op. cit.*, I, 75.
10. *The Right in the West India Merchants...*, 17, 18-19, 26-27, 50-51, 53, 74-75.
11. *Hansard, New Series*, VIII, 339. Petição dos negociantes de navios, etc., interessados no comércio com as Índias Ocidentais, em 3 de março de 1823.
12. *Report of a Committee of the Liverpool East India Trade* (Liverpool, 1822), 21-22.
13. Z. Macaulay, *East and West India Sugar; or a Refutation of the Claims of the West India Colonists to a Protecting Duty on East India Sugar* (Londres, 1823), 37.
14. *Debates at the General Court of Proprietors of East India Stock on the 19th and 21st March 1823 on the East India Sugar Trade* (Londres, 1823), 12, Sr. Tucker.
15. *Ibid.*, 40-41.
16. *Cambridge Modern History* (Cambridge, 1934), X, 771-772.
17. *Hansard, Third Series*, I, 424-425, 429. Em 16 de maio de 1820.
18. *Ibid.*, XXII, 111, 118. Em 23 de março de 1812. A lisonja referente a Pitt está em *Cambridge Modern History*, X, 771.
19. W. Naish, *Reasons for using East India Sugar* (Londres, 1828), 12.
20. *Hansard, Third Series*, LXXV, 438. Sr. Villiers, em 10 de junho de 1844.
21. *Ibid.*, 444.
22. Merivale, *op. cit.*, 225.
23. *Ibid.*, 205.
24. J. B. Seely, *A Few Hints to the West Indians on their Present Claims to Executive Favour and Protection at the Expense of the India Interests* (Londres, 1823), 89.

25. *The Speeches of... Huskisson...*, II, 198. Em 22 de maio de 1823.
26. *Ibid.*, III, 146. Em 15 de maio de 1827.
27. *Hansard, Third Series*, LVII, 920. Villiers, em 5 de abril de 1841.
28. *Ibid.*, 162-163. Labouchere, em 12 de março de 1841.
29. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVII, 1056. Milner Gibson, em 24 de fevereiro de 1845.
30. *Ibid.*, *Third Series*, LVII, 920. Villiers, em 5 de abril de 1841.
31. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVII, 1078. Em 24 de fevereiro de 1845.
32. P. Guedalla, *Gladstone and Palmerston* (Londres, 1928), 30.
33. *Hansard, Third Series*, CXI, 592. Em 31 de maio de 1850.
34. *Ibid.*, *Third Series*, XCVI, 123. Em 4 de fevereiro de 1848.
35. *Ibid.*, *Third Series*, CXXIV, 1036. Em 3 de março de 1853.
36. Pitman, *The Settlement... of British West India Plantations...*, 282-283.
37. Penson, *op. cit.*, 208.
38. T. Fletcher, *Letters in Vindication of the Rights of the British West India Colonies* (Liverpool, 1822), 27; Anônimo, *Memorandum on the Relative Importance of the West and East Indies to Great Britain* (Londres, 1823), 30; C. O. 137/140. Relatório de uma Comissão da Insigne Assembléia Legislativa, designada para investigar a respeito de várias questões relativas ao estado do comércio e agricultura da ilha; os efeitos prováveis nisso da abertura do comércio com as Índias Orientais; e a operação do máximo atual na exportação de açúcar, Jamaica, 1813.
39. C. O. 137/140. Relatório de uma Comissão da Insigne Assembléia Legislativa..., Jamaica, 1813.
40. K. Bell e W. P. Morrell, *Select Documents on British Colonial Policy, 1830-1860* (Oxford, 1928), 414. Russell a Light, em 15 de fevereiro de 1840.
41. Merivale, *op. cit.*, 84.
42. *Hansard, Third Series*, III, 537. Sr. Fitzgerald, 18 de março de 1831; *Ibid.*, *Third Series*, XVIII, 111. Henry Goulburn, em 30 de maio de 1833.
43. *Ibid.*, *New Series*, IV, 947. Marryat, em 28 de fevereiro de 1821.
44. *Ibid.*, *Third Series*, C, 356. Bentinck, em 10 de julho de 1848.
45. *Ibid.*, *Third Series*, LXXV, 213. Stewart, em 3 de junho de 1844; *Ibid.*, *Third Series*, XCIX, 1094. Miles, em 23 de junho de 1848.
46. *Ibid.*, *Third Series*, LVI, 616. Visconde Sandon, em 12 de fevereiro de 1841.
47. *Ibid.*, *Third Series*, XCIX, 1098. Miles, em 23 de junho de 1848; *Ibid.*, 1466. Nugent, em 30 de junho de 1848. Eles argumentaram que quando os africanos, no fim de seu contrato, retornassem à pátria, introduziriam a civilização na África, *Ibid.*, *Third Series*, LXXXVIII, 91. Hogg, em 27 de julho de 1846. Sobre o pedido de sentenciados, ver *Ibid.*, *Third Series*, LXXV, 1214. Sr. James, em 21 de junho de 1844.

48. *Ibid.*, Third Series, LXXVII, 1269. Em 26 de fevereiro de 1845.
49. *Ibid.*, Third Series, CXI, 581. Em 31 de maio de 1850.
50. *Ibid.*, Third Series, LXXV, 198. Em 3 de junho de 1844.
51. *Ibid.*, Third Series, CXV, 1440. Em 10 de abril de 1851.
52. *Ibid.*, 1443.
53. *The Political Writings of Richard Cobden* (Londres, 1878), 12, 14.
54. *Ibid.*, 257. Cobden estava preparado para deixar os Estados Unidos apoderar-se de Cuba. *Hansard, Third Series, CXXXII*, 429-430. Em 4 de abril de 1854.
55. *Hansard, Third Series, CVI*, 942, 951-952, 958. Em 26 de junho de 1849; *Ibid.*, Third Series, C, 825. Em 25 de julho de 1848.
56. *Ibid.*, Third Series, C, 831, 834, 849. Em 25 de julho de 1848.
57. *Ibid.*, New Series, XXII, 855. Em 23 de fevereiro de 1830.
58. *Ibid.*, Third Series, XI, 834. Em 23 de março de 1832.
59. *Ibid.*, Third Series, XCIX, 875. Em 19 de junho de 1848.
60. W. P. Morrell, *British Colonial Policy in the Age of Peel and Russell* (Oxford, 1930), 286.
61. Bell e Morrell, *op. cit.*, Introdução, pp. xlii xxiv.
62. Merivale, *op. cit.*, 78.
63. *Hansard, XXXIV*, 1192. Barham, em 19 de junho de 1816.
64. *Addresses and Memorials to His Majesty from the House of Assembly at Jamaica, voted in the years 1821 to 1826, inclusive, and which have presented to His Majesty by the Island Agent* (Londres, 1828), 22.
65. *Hansard, Third Series, XCIX*, 872. Seymer, em 19 de junho de 1848.
66. *Ibid.*, Third Series, XCVI, 75. Robinson, em 3 de fevereiro de 1848.
67. *Ibid.*, Third Series, LXIII, 1218-1219. Em 3 de junho de 1842.
68. *Ibid.*, Third Series, LXXV, 462. Em 10 de junho de 1844.
69. *Ibid.*, Third Series, LXXVIII, 164. Em 28 de junho de 1846.
70. E. L. Woodward, *The Age of Reform, 1815-1870* (Oxford, 1938), 351. Morrell, *op. cit.*, 519, fala disso como "a famosa indiscrição" de Disraeli, embora não esteja claro exatamente como isso era indiscreto. A expressão "*damnosa hereditas*" é de Taylor, do Ministério das Colônias. Bell e Morrell, *op. cit.*, Introdução, p. XXVI.
71. J. Morley, *The Life of William Ewart Gladstone* (Londres, 1912), I, 268.
72. Penson, *op. cit.*, 209.
73. Documentos de Chatham, G. D. 8/352. "West India Planters and Merchants, Resolutions", 19 de maio de 1791.
74. *Calendar of State Papers, Colonial Series, XIII*, 719. Petição dos Negociantes da Jamaica, 11 de outubro de 1692.
75. A. M. Arnould, *De la Balance du Commerce et des Relations Commerciales Extérieures de la France, dans Toutes les Parties du Globe, particulièrement à la fin du Règne de Louis XIV, et au Moment de la Révolution* (Paris, 1791), I, 263, 326-328.

76. *Hansard, IX*, 90-91. Hibbert, em 12 de março de 1807.
77. *Parl. Hist.*, XXIX, 1147. Em 2 de abril de 1792.
78. Ragatz, *The Fall of the Planter Class...*, 211.
79. Ver Documentos de Chatham, G. D. 8/102. Pitt a Eden, em 7 de dezembro de 1787: "Quanto mais reflito sobre isso, mais ansioso e impaciente fico para que o negócio seja resolvido o mais rapidamente possível." Pitt recusou-se a considerar a suspensão temporária do comércio e a transigir sobre "o princípio de humanidade e justiça, no qual o todo repousa". *The Journal and Correspondence of William, Lord Auckland* (Londres, 1861), I, 304. Pitt a Eden, em 7 de janeiro de 1788. Pitt pensava que um bom resultado da nova constituição da França (1788) seria que "nossa possibilidade de estabelecer algo sobre o tráfico de escravos" melhorasse. *The Manuscripts of J. B. Fortescue Esq. preserved at Dropmore* (Comissão de Manuscritos Históricos, Londres, 1892-1927), I, 353. Pitt a Grenville, em 29 de agosto de 1788.
80. Ragatz, *The Fall of Planter Class...*, 213-214.
81. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38409, Fls. 151, 155. Provavelmente escrito em 1789.
82. *Ibid.*, fls. 147-148.
83. *Ibid.*, Add. MSS. 38349, fl. 393. Escrito provavelmente depois de 1791.
84. *Correspondence, Despatches and other Papers of Viscount Castlereagh* (Londres, 1848-1853), XI, 41. Liverpool a Castlereagh, em 2 de outubro de 1815. Ver também Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38578, fl. 28. Liverpool a Castlereagh, em 20 de novembro de 1818. Vindo de um dono de escravos das Índias Ocidentais, a expressão é engraçada.
85. Ver Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38224, fl. 118. Lord Dorset, embaixador britânico em Paris, escreveu a Lorde Hawkesbury, a 7 de maio de 1789, que as referências agradáveis ao humanitarismo britânico "pareciam apenas querer ilsonjear-nos e manter-nos tranquilos e de bom humor". Sir James Harris, da Holanda, escreveu que os princípios de humanidade provavelmente não causariam muita impressão aos negociantes holandeses e que seria difícil obter a aquiescência deles. *The Manuscripts of J. B. Fortescue...*, III, 442-443. Harris a Grenville, em 4 de janeiro de 1788.
86. Gaston-Martin, *La Doctrine Coloniale de la France en 1789* (Cahiers de la Révolution Française, n° 3, Bordéus, 1935), 25, 39.
87. J. Ramsay, *An Inquiry into the Effects of Putting a Stop to the African Slave Trade* (Londres, 1784), 24.
88. Documentos de Chatham, G. D. 8/349. Ilhas das Índias Ocidentais, Documentos relativos à Jamaica e São Domingos. O oferecimento foi feito por De Cadusey, Presidente da Assembléia da Ilha, a 29 de outubro de 1791. Ele declarou que a necessidade justificava um ato que normalmente seria traição, por motivos óbvios o oferecimento não podia ser "oficial", e solicitava a Pitt em nome da política como tam-

- bém da humanidade a aceitar "a expressão da vontade geral". O oferecimento não era uma coisa inesperada na Inglaterra. A 13 de maio de 1791, o embaixador britânico em Paris informou que os colonizadores franceses estavam falando em lançar-se nos braços da Inglaterra". F. O. 27/36 (Arquivo Público, Londres). Gower a Grenville.
89. F. O. 27/40. De Curt a Hawkesbury, em 18 de dezembro de 1792. De Curt solicitou para ser considerado em todos os aspectos cidadão inglês e mais tarde formalmente pediu proteção "no nome da humanidade e da lealdade inglesa". Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38228, fl. 197. Em 3 de janeiro de 1793.
 90. *Parl. Hist.*, XXXII, 752. Dundas, em 18 de fevereiro de 1796.
 91. J. W. Fortescue, *A History of the British Army* (Londres, 1899-1930), IV, Parte I, 325.
 92. *Ibid.*, 565.
 93. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, I, 341.
 94. *Ibid.*, II, 147, 286; A. M. Wilberforce, *The Private Papers of William Wilberforce* (Londres, 1897), 31. Pitt a Wilberforce, em 31 de maio de 1802.
 95. Klingberg, *op. cit.*, 116, citando Lecky
 96. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, II, 225. Stephen a Wilberforce, em julho de 1797.
 97. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38227, fl. 5. Em 7 de agosto de 1791. Um anônimo da Jamaica escrevendo a um tal Sr. Brickwood.
 98. Documentos de Chatham, G. D. 8/334. Documentos diversos relativos à França, 1784-1795. James Chalmers a Pitt, em 24 de dezembro de 1792.
 99. Eden, *op. cit.*, 18.
 100. Ragatz, *The Fall of the Planter Class...*, 308.
 101. *H. of C. Sess. Pap. Report on the Commercial State of the West India Colonies*, 1807, H-6; *Hansard*, IX, 98. Hibbert, em 12 de março de 1807.
 102. *Hansard*, VIII, 238-239. Em 30 de dezembro de 1806.
 103. *Ibid.*, 985. Hibbert, em 23 de fevereiro de 1807. A necessidade maior de escravos nas colônias mais novas explica essa migração peculiar das velhas para as novas colônias entre 1807 e 1833 sob o disfarce de "domésticos" a serviço de seu amo. Ver Eric Williams, "The Intercolonial Slave Trade after its Abolition in 1807", *Journal of Negro History* (abril de 1942).
 104. *Hansard*, II, 652. Em 13 de junho de 1804. Lorde Sheffield replicou que isso seria abuso de confiança. *Ibid.*, 235. Em 16 de maio de 1806.
 105. *Ibid.*, VIII, 658-659. Em 5 de fevereiro de 1807.
 106. *Ibid.*, IX, 101. Em 12 de março de 1807.
 107. Merivale, *op. cit.*, 303, 313-317.
 108. Ragatz, *Statistics...*, 20 (Quadro XVII).
 109. *Ibid.*, 20 (Quadros XVII, XIX e XX). Antigua, 162.573 e 115.932 *cwt.* (quintais ingleses); Maurícia, 155.247 e 524.017 *cwt.*
 110. *Ibid.*, 20 (Quadros XIX e XXI). De 4.000 para 110.000 *cwt.*

111. *Customs 5* (Arquivo Público, Londres), Vols. 6 e 22. As de Cingapura aumentaram de 5.000 para 33.000 *cwt.*; as das Filipinas, de 8.800 para 32.500; as de Java de 950 para 21.700.
112. J. de La Pezuela, *Diccionario Geográfico, Estatístico, Histórico de la Isla de Cuba* (Madri, 1862), I, 59; *Anuario Azucarero de Cuba* (Havana, 1940), 59. De 14.000 para 620.000 toneladas.
113. *Customs 5*, Vols. 6, 20 e 21. Do Brasil, 50.800 e 362.000 *cwt.*; de Cuba, 35.500 e 210.800 *cwt.*
114. Pitman, *The Settlement... of British West India Plantations...*, 262.
115. Pezuela, *op. cit.*, I, 59. A plantação Alava, outro "monstro", compreendia 4.933 acres, empregava 600 escravos e produzia 3.570 toneladas de açúcar. *Ibid.*
116. *Hansard, Third Series*, LXX, 212. Cobden, em 22 de junho de 1843.
117. *Ibid.*, *Third Series*, LVII, 610. Ellenborough, em 26 de março de 1841.
118. *Ibid.*, *Third Series*, II, 790. Poulett Thomson, em 21 de fevereiro de 1831.
119. *Statements, Calculations and Explanations submitted to the Board of Trade relative to the Commercial, Financial and Political State of the British West India Colonies, since the 19th of May, 1830.* (*H. of C. Sess. Pap., Accounts and Papers*, 1830-1831, IX, n.º 120), 58. As importações por parte de Hamburgo elevaram-se de 68.798 para 75.441 caixas; por parte da Prússia, de 207.801 para 415.134. As importações russas de açúcar cubano elevaram-se de 616.542 para 935.395 pudes (16 quilos, aproximadamente), de açúcar brasileiro de 331.584 para 415.287 pudes.
120. *Hansard, Third Series*, XVII, 1209, 1211-1212. Em 14 de maio de 1833.
121. Burn, *op. cit.*, 367 n.
122. C. O. 295/93, s. d. A petição do Conselho foi anexada ao despacho do governador Grant de 29 de agosto de 1832.

CAPÍTULO 9

1. H. Richard, *Memoris, of Joseph Sturge* (Londres, 1864), 84. Cropper a Sturge, em 14 de outubro de 1825.
2. Documentos de Auckland (Museu Britânico), Add. MSS. 34427, fls. 401-402 (v). Wilberforce a Eden, em janeiro de 1788.
3. Coupland, *Wilberforce*, 422.
4. Bready, *op. cit.*, 302, 341.
5. Prentice, *op. cit.*, I, 3-4.
6. T. P. Martin, "Some International Aspects of the Anti-Slavery Movement, 1818-1823", *Journal of Economic and Business History* (novembro de 1928), 148.
7. *Hansard, Third Series*, XVI, 290, em 6 de março de 1833.
8. Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 288, 289.
9. Murch, *op. cit.*, 76.

10. Informe sobre os Discursos no Grande Banquete do Teatro, em Manchester, para comemorar a eleição do Sr. Mark Phillips e do ilustríssimo Sr. P. C. Thomsom (Biblioteca John Rylands), 2, 8.
11. *Hansard, Third Series XXXIII*, 472. Em 29 de abril de 1836.
12. *Ibid., Third Series, XLVIII*, 1029. Em 28 de junho de 1839.
13. *Ibid., Third Series, C*, 54. Milner Gibson, em 3 de julho de 1848.
14. *Ibid., Third Series, LXXVII*, 1053. Gibson, em 24 de fevereiro de 1845.
15. *Ibid., Third Series, LVI*, 605. Hawes, em 12 de fevereiro de 1841.
16. *Ibid., Third Series, LXXVII*, 1053. Gibson, em 24 de fevereiro de 1845; *Ibid., Third Series, C*, 54. Gibson, em 3 de julho de 1848.
17. *Ibid., Third Series, LXXVII*, 1144. Em 24 de fevereiro de 1845; *Ibid., Third Series, XCIX*, 1428. Em 30 de junho de 1848.
18. *Ibid., Third Series, C*, 324. Bentinck, em 10 de julho de 1848, citando Bright. Bentinck acentuou a proteção anterior contra os tecidos indianos.
19. *Ibid., Third Series, LXXVIII*, 930. Em 14 de março de 1845.
20. *Ibid., Third Series, LXXVI*, 37. Em 27 de junho de 1844.
21. *Ibid., Third Series, XCIX*, 1420. Em 30 de junho de 1848.
22. *Ibid.*, 747. Em 16 de junho de 1848.
23. Documentos de Auckland, Add. MSS. 34427, fls. 401-402 (v). Wilberforce a Eden, janeiro de 1788.
24. J. A. Langford, *A Century of Birmingham Life: or a Chronicle of Local Events* (Birmingham, 1870), I, 434.
25. Asthon, *op. cit.*, 223.
26. Langford, *op. cit.*, I, 436, 440.
27. *Ibid.*, I, 437.
28. Dent, *op. cit.*, 427.
29. *Ibid.*
30. N. B. Lewis, *The Abolitionist Movement in Sheffield, 1823-1833* (Manchester, 1934), 4-5.
31. Eng. MS., 743 (Biblioteca John Rylands). Sociedade Auxiliadora para a ajuda dos Escravos Negros, fl. 12. Em 9 de janeiro de 1827; fl. 15. Em 10 de julho de 1827. O apelo a seus concidadãos está num pequeno cartão, sem data, na mesma biblioteca, na caixa V.
32. Lewis, *op. cit.*, 6.
33. *Hansard, Third Series, XIX*, 1270. Em julho de 1833.
34. *Ibid., Third Series, XVI*, 288. Em 6 de março de 1833; *Ibid., Third Series, XVIII*, 911. Em 17 de junho de 1833.
35. *Ibid., Third Series, LXXV*, 446-447. Em 10 de junho de 1844.
36. *Ibid., Third Series, LXIII*, 1174. Em 3 de junho de 1842.
37. *Ibid.*, 1173.
38. *Ibid., Third Series, LXX*, 210. Em 22 de junho de 1843.
39. J. Bright e J. T. Rogers (orgs.), *Speeches on Questions of Public Policy by Richard Cobden, M. P.* (Londres, 1878), 91-92.

40. J. E. Richtie, *The Life and Times of Viscount Palmerston* (Londres, 1866-1867), II, 743-744.
41. *Hansard, Third Series, LXXVII*, 1128. Em 24 de fevereiro de 1845.
42. *Ibid., Third Series, XVIII*, 751-752. Em 16 de junho de 1848.
43. Mackenzie-Grieve, *op. cit.*, 283.
44. *Hansard, VI*, 918. Em 25 de abril de 1806.
45. *Ibid.*, VII, 612. Lorde Howick, em 10 de junho de 1806.
46. *Ibid.*, VIII, 948. Lorde Howick, em 23 de fevereiro de 1807.
47. Jackman, *op. cit.*, II, 515 n.
48. *Hansard, VIII*, 961-962. Em 23 de fevereiro de 1807.
49. Buck, *op. cit.*, 31-32.
50. *Hansard, New Series, XXIII*, 180. Em 11 de março de 1830.
51. *The Speeches of... Huskisson...*, I, 115. Em fevereiro de 1826.
52. *Hansard, Third Series, XIX*, 793. Em 17 de julho de 1833.
53. *Ibid., Third Series, XVIII*, 909-910. Em 17 de junho de 1833.
54. *Ibid., Third Series, XVI*, 285. Em 6 de março de 1833.
55. *Ibid., Third Series, XVIII*, 910. Em 17 de julho de 1833.
56. Eyre-Todd, *op. cit.*, III, 256, 263-264.
57. Donnan, *op. cit.*, II, 537 n., 564, n.-565 n.
58. *Hansard, Third Series, XVI*, 291. Em 6 de março de 1833. Em 1846, outro Oswald foi mais adiante: "Quando usávamos algodão produzido por escravos, quando bebíamos café produzido por escravos e fumávamos tabaco produzido por escravos, era-lhe humanamente impossível conceber com base em que princípio eles não podiam também usar açúcar produzido por escravos. Deviam procurar a melhoria desse mal noutro setor que não a Alândega." *Hansard, Third Series, LXXVIII*, 122. Em 28 de julho de 1846. Seria interessante saber se este era um membro da mesma família.
59. Ragatz, *Statistics...*, 9 (Quadro IV).
60. *Report of the Proceedings of the Committee of Sugar Refiners*, 3, 8, 15.
61. *Ibid.*, 18 n.
62. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38227, fl. 217. Presidente da comissão a Hawkesbury, em 23 de janeiro de 1792; fls. 219-222. Presidente da comissão a Pitt, em 12 de janeiro de 1792.
63. As exportações de algodão indiano foram de 7 milhões de libras em 1816, 31 milhões em 1817, 67 milhões em 1818, mas somente 4 milhões em 1822. As exportações dos Estados Unidos foram de 50 milhões em 1816, 59 milhões em 1822; do Brasil, 20 milhões em 1816 e 24 milhões em 1822. *Customs* 5, Vols. 5, 6, 7, 11. Mas o algodão indiano era "o pior do mercado inglês, devido ao cultivo e embalagem negligentes". (E. Baines, *History of the Cotton Manufacture in Great Britain* (Londres, 1835), 308. John Bright posteriormente costumava contar a história de uma reunião para oração em Lancashire, na qual se fazia a seguinte prece: "Ó Deus, rogamos a Ti que nos envies algodão; mas, Ó Deus, não Shoorat." A referência diz respeito ao algodão de Surate (Índia) e provavelmente tem relação com a Guer-

- ra Civil Americana. G. M. Trevelyan, *The Life of John Bright* (Boston, 1913), 318 n.
64. T. P. Martin, *op. cit.*, 144. A expressão é de M. Queen.
 65. *Debates... on the East India Sugar Trade*, 19.
 66. *Hansard, Third Series*, VII, 764. John Wood, em 28 de setembro de 1831.
 67. *Ibid.*, *Third Series*, XIX, 1165-1167. William Clay, em 24 de julho de 1833.
 68. *Ibid.*, *Third Series*, VII, 764. Em 28 de setembro de 1831.
 69. *Ibid.*, *Third Series*, VIII, 362. Em 7 de outubro de 1831.
 70. *The Speeches of... Huskisson...*, III, 454. Em 25 de maio de 1829.
 71. *Hansard, Third Series*, XVIII, 589. Em 11 de junho de 1833.
 72. *Ibid.*, *Third Series*, XVII, 75. William Ewart, em 3 de abril de 1833; *Ibid.*, *Third Series*, LVIII, 101. Ewart, em 10 de maio de 1841.
 73. *Ibid.*, *Third Series*, LVI, 608. B. Hawes, em 12 de fevereiro de 1841.
 74. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXVIII, 517. Em 10 de agosto de 1846.
 75. Ramsay, manuscrito, fl. 64. "An Address on the proposed bill for the Abolition of the Slave Trade."
 76. Documentos de Auckland, Add. MSS. 34227, fl. 123. Wilberforce a Eden, em 23 de novembro de 1787.
 77. *Parl Hist.*, XXIX, 270. Em 18 de abril de 1791.
 78. *Ibid.*, 322.
 79. *Hansard*, VIII, 948-949. Em 23 de fevereiro de 1807.
 80. Atas do Comitê para a Abdicação do Tráfico de Escravos, 1769-1819 (Museu Britânico), Add. MSS. 21255, fl. 100 (v.) Em 14 de abril de 1789.
 81. J. Newton, *Thoughts upon the African Slave Trade* (Liverpool, 1788), 8.
 82. Ramsay, manuscrito, fl. 64.
 83. *Hansard*, VIII, 947-948. Lorde Howick, em 23 de fevereiro de 1807.
 84. *Report of a Committee of the Liverpool East India Association...*, 56.
 85. *The Speeches of... Huskisson...*, III, 442. Em 12 de maio de 1829.
 86. *Hansard, Third Series*, VII, 755. Em 28 de setembro de 1831.
 87. *Ibid.*, *Third Series*, XVI, 881-882. Em 20 de março de 1833.
 88. *Ibid.*, 290. Em 6 de março de 1833.
 89. *Ibid.*, *Third Series*, XIX, 1169. Em 24 de julho de 1833.
 90. Lindsay, *op. cit.*, III, 85-86.
 91. Bell e Morrell, *op. cit.*, Introdução, p. xli.

CAPÍTULO 10

1. *Hansard, Third Series*, XCIX, 1223. G. Thomson, em 26 de junho de 1848. Thomson era um notável orador abolicionista.
2. *Ibid.*, *Third Series*, LXXV, 170. Lorde John Russell, em 3 de junho de 1844.

3. *Despatches... of Wellington*, I, 329. Canning a Wellington, em 30 de setembro de 1822.
4. *Ibid.*, I, 453. Wellington a Canning, em 28 de outubro de 1822.
5. *Correspondence... of Canning*, I, 62. Memorando para o Gabinete, em 15 de novembro de 1822.
6. *Hansard, Third Series*, XCVI, 1096. Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
7. *Despatches... of Wellington*, I, 329. Canning a Wellington, em 30 de setembro de 1822.
8. *Correspondence... of Canning*, I, 62. Memorando para o Gabinete, em 15 de novembro de 1822.
9. R. I. e S. Wilberforce, *The Correspondence of William Wilberforce* (Londres, 1840), II, 466. Em 24 de outubro de 1822.
10. *Despatches... of Wellington*, I, 474-475. Em 31 de outubro de 1822.
11. *Hansard*, XXX, 657-658. Em 18 de abril de 1815; *Ibid.*, XXXI, 174. Em 5 de maio de 1815. Sobre os Baring e a América Latina, ver Jenks, *op. cit.*, 48.
12. *Hansard*, XXXI. Ver páginas 557, 606, 850-851, 1064. Em 1.º, 5, 16 e 30 de junho de 1815.
13. *Ibid.*, *New Series*, XI, 1345. Em 15 de junho de 1824.
14. *Ibid.*, 1475-1477. Em 23 de junho de 1824.
15. *Ibid.*, *New Series*, XXV, 398. Em 15 de junho de 1830.
16. *Ibid.*, 405. General Gascoyne, em 15 de junho de 1830; *Ibid.*, *New Series*, XX, 495. Gascoyne, em 23 de fevereiro de 1829.
17. *Correspondence... of Castlereagh*, X, 112. Castlereagh a Liverpool, em 9 de setembro de 1814.
18. *Hansard, Third Series*, LIX, 609. Brougham, em 20 de setembro de 1841.
19. *Ibid.*, *Third Series*, XCVI, 1101-1102. Jackson, em 20 de fevereiro de 1848.
20. *Ibid.*, *Third Series*, CII, 1084. Bispo de Oxford, em 22 de fevereiro de 1849.
21. *Ibid.*, *Third Series*, XCVI, 1095. Citado por Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
22. *Ibid.*, *Third Series*, XCVIII, 1168. Palmerston, em 17 de maio de 1848; *Ibid.*, 1198. Caldwell, em 18 de maio de 1848.
23. *Ibid.*, *Third Series*, LXV, 938, 942, 945. Em 2 de agosto de 1842.
24. *Ibid.*, *Third Series*, LXXI, 941. Em 18 de agosto de 1843.
25. A. K. Manchester, *British Preeminence in Brazil, Its Rise and Decline* (Chapel Hill, N. C., 1933), 315.
26. *Hansard, Third Series*, LXXVII, 1066. Ewart, em 24 de fevereiro de 1845; *Ibid.*, LXX, 224. Em 22 de junho de 1843.
27. *Ibid.*, *Third Series*, XCIX, 1121. Hawes, em 23 de junho de 1848.
28. *Ibid.*, *Third Series*, XCVI, 1100. Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
29. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXI, 1170. Hutt, em 24 de junho de 1845.
30. *Ibid.*, *Third Series*, XCIX, 748. Em 16 de junho de 1848.

31. *Ibid.*, *Third Series*, CXIII, 40. Em 19 de julho de 1850.
32. *Ibid.*, *Third Series*, XCVII, 988. Urquhart, em 24 de março de 1848.
33. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXI, 1169-1170. Hutt, em 24 de junho de 1845.
34. *Ibid.*, *Third Series*, LXXV, 170. Russell, em 3 de junho de 1844.
35. *Ibid.*, *Third Series*, CVII, 1036. Gibson, em 27 de julho de 1849.
36. *Ibid.*, *Third Series*, XCVI, 1101. Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
37. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXI, 1158-1159. Em 24 de junho de 1845.
38. *Ibid.*, *Third Series*, XCVI, 1092, 1096. Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
39. *Ibid.*, 1092.
40. *Ibid.*, *Third Series*, XCVII, 986-987. Urquhart, em 24 de março de 1848.
41. *Ibid.*, *Third Series*, CI, 177. Urquhart, em 16 de agosto de 1848.
42. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXI, 1156, 1158. Hutt, em 24 de junho de 1845.
43. *Ibid.*, *Third Series*, XCVII, 987. Urquhart, em 24 de março de 1848.
44. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXI, 1165, 1170. Hutt, em 24 de junho de 1845.
45. *Ibid.*, *Third Series*, CIX, 1109. Hutt, em 19 de março de 1850.
46. *Ibid.*, *Third Series*, CXIII, 61. Hutt, em 19 de julho de 1850.
47. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXI, 1158. Hutt, em 24 de junho de 1845.
48. W. L. Mathieson, *Great Britain and the Slave Trade, 1839-1856* (Londres, 1929), 90 n. A frase é de Carlyle.
49. *Hansard, Third Series*, LXXVI, 947, 963. Peel em 16 de julho de 1844.
50. *Ibid.*, *Third Series*, LXXX, 482. Peel, em 16 de maio de 1845.
51. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXII, 1058-1064. Em 24 de julho de 1845.
52. *Ibid.*, *Third Series*, XCVI, 1125. Em 22 de fevereiro de 1848.
53. *Ibid.*, *Third Series*, LVIII, 648, 653. Em 18 de maio de 1841.
54. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXII, 550, 552. Em 15 de julho de 1845.
55. *Ibid.*, *Third Series*, XCVIII, 994-996. Em 24 de março de 1848.
56. *Ibid.*, *Third Series*, L, 383. Em 19 de agosto de 1839.
57. *Ibid.*, *Third Series*, LVIII, 167, 169. Em 10 de maio de 1841.
58. *Ibid.*, *Third Series*, CIX, 1162. Em 19 de março de 1850.
59. *The Manuscripts of J. B. Fortescue...*, IX, 14-99, Edmund Lyon a Grenville, em 16 de janeiro de 1807.
60. *Hansard, XXVIII*, 349. Lorde Holland, em 27 de junho de 1814.
61. *Ibid.*, XXX, 657-658. Em 18 de abril de 1815.
62. *Statements, Calculations and Explanations submitted to the*

Board of Trade..., p. 84. Carta de Keith Douglas, em 30 de outubro de 1830.

63. C. O. 137/186. Memorial dos representantes da Jamaica, em 29 de novembro de 1832.
64. D. Turnbull *The Jamaica Movement, for promoting the enforcement of the Slave Trade Treaties, and the Supression of the Slave Trade* (Londres, 1850), 65, 94-95, 99, 120, 201, 249, 267.
65. *Times*, 30 de janeiro de 1857.
66. Guedalla, *op. cit.*, 64-66.

CAPÍTULO 11

1. R. Coupland, *The Empire in These Days* (Londres, 1935), 264. O Professor Coupland compreende tão pouco a história do movimento abolicionista quanto seu herói. "Como a abolição é popular agora", escreveu Wilberforce em 1807. "Deus pode mudar o coração dos homens." Wilberforce, *Life of Wilberforce*, III, 295. Em 11 de fevereiro de 1807.
2. *Hansard*, VIII, 679-682. Em 6 de fevereiro de 1807.
3. K. Farrer (org.), *The Correspondence of Josiah Wedgwood* (Londres, 1906), I, 215-216. Em 17 de junho de 1793.
4. Ver Atas do Comitê para a Abolição do Tráfico de Escravos, Add. MSS. 21254, fls. 12-12 (v). Samuel Hoare a Clarkson, em 25 de julho de 1787: "Espero que o fervor e animação com que tu abraçaste a causa sejam acompanhados de serenidade e moderação, que só poderão assegurar seu sucesso."
5. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, IV, 240-241. Escrito em 1811.
6. Bell e Morre *op. cit.*, 376. Memorando de Stephen, em outubro de 1831.
7. C. O. 295/93. Stephen a Howick, em 25 de agosto de 1832.
8. Bell e Morrell, *op. cit.*, 420. Minuta de Stephen, em 15 de setembro de 1841.
9. Ramsay, manuscrito, fl. 28. Em 27 de dezembro de 1787.
10. Klingberg, *op. cit.*, 60-61. O depoimento de Ramsay perante o Conselho Privado em 1788 bem merece ser lido.
11. Sir G. Stephen, *Anti-Slavery Recollections* (Londres, 1854), 77; Richard, *op. cit.*, 78. Stephen e Richard efetivamente estavam discutindo a respeito da Instituição Africana e Sociedade Antiescravista.
12. Stephen, *op. cit.*, 79.
13. Coupland, *Wilberforce*, 417.
14. *Hansard, New Series*, XI, 1413. Wilberforce, em 15 de junho de 1824.
15. Coupland, *Wilberforce*, 406-408, 411-417. Sobre sua oposição às associações antiescravistas femininas, ver Wilberforce, *Life of Wilberforce*, V, 264-265. Wilberforce a Babington, em 31 de janeiro de 1826. Sobre suas opiniões a respeito do Primeiro Projeto de Reforma, ver Wilberforce, *Correspondence of Wilberforce*, II, 265. Wilberforce a seu filho Samuel, 4 de março de 1831.

16. Atas do Comitê para a Abolição do Tráfico de Escravos, Add. MSS. 21255, fl. 50 (v). Em 12 de agosto de 1788; Add. MSS. 21256, fls. 40 (v), 96 (v). Em 31 de janeiro de 1792, em 29 de março de 1797.
17. *Hansard*, IX, 143-144. Em 17 de março de 1807.
18. *Parl. Hist.*, XXXIII, 1119. Em 5 de julho de 1799.
19. *Hansard*, New Series, XIX, 1469. Citado por Lorde Seaforth, em 23 de junho de 1828.
20. *Ibid.*, New Series, IX, 265-266. Em 15 de maio de 1823.
21. Richard, *op. cit.*, 79.
22. Stephen, *op. cit.*, 120-122.
23. Richard, *op. cit.*, 101-102. Em 28 de março de 1833.
24. A. Cochin, *L'Abolition de L'Esclavage* (Paris, 1861), Introdução, pp. xiv-xv.
25. Atas do Comitê para a Abolição do Tráfico de Escravos, Add. MSS., 21256, fl. 95. Em 15 de julho de 1795.
26. W. Fox, *Address to the People of Great Britain on the Propriety of Abstaining from West India Sugar and Rum* (Londres, 1791), *passim*.
27. R. K. Nuremberger, *The Free Produce Movement, A Quaker Protest against Slavery* (Durham, N. C., 1943), 9-10.
28. (Anônimo), *Remarkable Extracts and Observations on the Slave Trade with Some Considerations on the Consumption of West India Produce* (Stockton, 1792), 9. Exemplar do Museu Wilberforce, Hull.
29. Naish, *op. cit.*, 3.
30. Folha sem data, no Museu Wilberforce.
31. Anônimo, *The Ladies Free Grown Cotton Movement* (Biblioteca John Rylands), sem data.
32. Gurney a Scoble, em 5 de dezembro de 1840. No Museu Wilberforce. Há um número de referência, D. B. 883, dado com certa hesitação, já que os documentos heterogêneos não estavam bem organizados.
33. "The Principles, Plans and Objects of The Hibernian Negro's Friend Society, contrasted with those of the previously existing Anti-Slavery Societies, being a circular, in the form of a letter to Thomas Pringle, Esq., Secretary of the London Anti-Slavery Society." 3 de janeiro de 1831 (Biblioteca John Rylands).
34. *Hansard*, Third Series, XX, 315, 323, 324. Em 5 de agosto de 1833; *Ibid.*, 446. Em 9 de agosto de 1833.
35. *Ibid.*, Third Series, XXXVIII, 1853. Hobhouse, em 10 de julho de 1837.
36. *Ibid.*, Third Series, LVI, 218. O'Connell, em 2 de fevereiro de 1841.
37. *Ibid.*, 619. Em 12 de fevereiro de 1841.
38. *Ibid.*, Third Series, LXV, 1075. Baring, em 5 de agosto de 1842.
39. *Ibid.*, Third Series, LXX, 1294. Em 21 de julho de 1843.
40. *Ibid.*, Third Series, LXVIII, 753. Em 10 de abril de 1843.
41. Eng. MS. 741. Clarkson a L. Townsend, em agosto de 1825.
42. Documentos de Clarkson (Museu Britânico), Add. MSS. 41267 A, fls. 178-179.

43. *Debates... on the East India Sugar Trade*, 35.
44. *Hansard*, Third Series, XXXVIII, 1853-1854. Em 10 de julho de 1837.
45. *Ibid.*, Third Series, LXX, 1294. Em 21 de julho de 1843.
46. Bell e Morrell, *op. cit.*, Introdução, p. xxx.
47. Registros de Subscrição da Companhia das Índias Orientais para aumento de 800.000 libras de ações, julho de 1786; Registros de Ações da Companhia das Índias Orientais, 1783-1791, 1791-1796. Essas anotações estão conservadas no Arquivo do Banco da Inglaterra, Roehampton, Londres. Henry Thornton subscreveu 500 libras e John Thornton 3.000 libras das ações emitidas em 1786. Ao morrer, John deixou 2.000 libras para cada um dos outros, o que elevou o total de ações, dessa companhia, de Henry para 3.000 libras, de Robert para 4.000 libras e de Samuel para 3.000 libras.
48. *Debates on the expediency of cultivating sugar in the territories of the East India Company* (East India House, 1793).
49. *Debates... on the East India Sugar Trade*, 5. Somente Ragatz, *The Fall of the Planter Class...*, 363, menciona esse importante fato.
50. Macaulay, *op. cit.*, 29.
51. *Debates... on the East India Sugar Trade*, 36. Hume.
52. *Correspondence between... Gladstone... and Cropper...*, 15; F. A. Conybeare, *Dingle Bank, the home of Croppers* (Cambridge, 1925), 7; Ragatz, *The Fall of the Planter Class...*, 364.
53. J. Cropper, *Letters to William Wilberforce, M. P. recommending the encouragement of the cultivation of sugar in our dominions in the East Indies, as the natural and certain means of effecting the total and general abolition of the Slave Trade* (Liverpool, 1822), Introdução, p. viii.
54. *Correspondence between... Gladstone... and Cropper...*, 16. Cropper respondeu que essa ligação cessara, ao que Gladstone retrucou: "Seria então uma coincidência curiosa que descobrissemos que essa cessação foi coeva com a transformação dele em escritor público contra a escravidão: e nesse caso não é notável que ele só se tivesse persuadido a se tornar autor depois que a sua atividade com o algodão produzido por escravos cessou? *Ibid.*, 37.
55. *Correspondence between... Gladstone... and Cropper...*, 55.
56. J. Cropper, "Slave Labour and Free Labour". *The substance of Mr. Cropper's address on Wednesday November 22 (1825), at the respectable meeting at the King's Head, Derby* (Derby, 1825), 3. Biblioteca John Rylands.
57. J. Cropper, *A Letter addressed to the Liverpool Society for promoting the abolition of Slavery, on the injurious effects of high prices of produce, and beneficial effects of low prices, on the condition of slaves* (Liverpool, 1823), 8-9.
58. *Ibid.*, 22.
59. J. Cropper, *Relief for West Indian distress, shewing the inefficiency of protecting duties on East India sugar, and*

- pointing out other modes of certain relief (Londres, 1823), 9.
60. *Ibid.*, 30.
 61. Conybeare, *op. cit.*, 25, 56-57.
 62. *The Liverpool Mercury and Lancashire General Advertiser*, 7 de junho de 1833.
 63. Coupland, *The British Anti-Slavery Movement*, 124; Mathieson, *British Slavery and its Abolition*, 125.
 64. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, V, 180.
 65. *Hansard, New Series*, IX, 467. Em 22 de maio de 1823.
 66. *Ibid.*, *New Series*, VII, 698. Em 17 de maio de 1822.
 67. Coupland, *The British Anti-Slavery Movement*, 124.
 68. Klingberg, *op. cit.*, 203.
 69. Burn, *op. cit.*, 88.
 70. Ragatz, *The Fall of the Planter Classe...*, 436.
 71. *Hansard, New Series*, IX, 349. Baring, em 15 de maio de 1823.
 72. Klingberg, *op. cit.*, 146.
 73. *Ibid.*, 147-148.
 74. Wilberforce admitiu posteriormente que "tivemos a índole religiosa de Alexandre Magno representada para nós... em tons muito favoráveis". Dirigindo-se a Lady Olivia Sparrow, em 31 de maio de 1814. No Museu Wilberforce, D. B. 25 (60). Ele escreveu uma carta enérgica ao Czar sobre o assunto. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, V, 136-137. Wilberforce a Macaulay, em 20 de novembro de 1822. Wilberforce considerava a importação da produção brasileira pelo Czar, depois de sua promessa de boicote, um "abuso de confiança de que qualquer homem privado que fosse acusado (disso) perderia para sempre a dignidade de homem de honra". Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38578, fls. 31-32. Wilberforce a Liverpool, em 4 de setembro de 1822.
 75. *Correspondence... of Castlereagh*, XII, 4-35. Memorando de James Stephen, em 8 de setembro de 1818, "relativo à África e discussões coloniais que podem ocorrer no Congresso de Aix-la-Chapelle".
 76. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, IV, 133.
 77. *Hansard*, XXVIII, 279, 284. Em 27 de junho de 1814.
 78. *Ibid.*, 393. Em 28 de junho de 1814.
 79. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, IV, 209. Em 7 de setembro de 1814.
 80. *Despatches... of Wellington*, V, 15. Em 4 de setembro de 1828.
 81. *Hansard, Third Series*, XCVI, 37. Bentinck, em 3 de fevereiro de 1848.
 82. Panfletos na Biblioteca John Rylands.
 83. *The Liverpool Mercury and Lancashire General Advertiser*, 23 de julho de 1832, relatando uma reunião da Associação das Índias Orientais de Liverpool.
 84. *Ibid.*, 24 de agosto de 1832. Carta de "Um Eleitor" a "Outro Eleitor".
 85. Anônimo, *The Tariff of Conscience. The Trade in Slave Produce considered and condemned* (Série Antiescravista de Newcastle, n.º 11, s.d.). Biblioteca John Rylands.
 86. Anônimo, *Conscience versus Cotton; or, the Preference of*

- Free Labour Produce* (Série Antiescravista de Newcastle, n.º 10, s.d.). Biblioteca John Rylands.
87. *Hansard, Third Series*, XIX, 1177. Em 24 de julho de 1833.
 88. *Ibid.*, *Third Series*, VI, 1353. Em 12 de setembro de 1831.
 89. *Ibid.*, 1355. Hume.
 90. Eng. MS. 415. Buxton à Srª Rawson, em 6 de outubro de 1833.
 91. *Hansard, Third Series*, XCIX, 1022. Em 22 de junho de 1848.
 92. Eng. MS. 415. Buxton à Srª Rawson, em 6 de outubro de 1833.
 93. Gurney a Scoble, em 5 de dezembro de 1840. Museu Wilberforce, D. B. 883.
 94. *Hansard, Third Series*, LXXI, 1159. Citado por Hutt, em 24 de junho de 1845.
 95. *Ibid.*, *Third Series*, CIX, 1098. Citado por Hutt, em 19 de março de 1850. Em 1858, Wilberforce declarou: "Não tínhamos o direito de nos apresentar ao mundo como os supressores do tráfico de escravos, a não ser que estivessemos dispostos, honesta e firmemente, a cumprir aqueles tratados para sua supressão que nossos aliados haviam feito conosco." *Ibid.*, *Third Series*, CI, 2200. Em 17 de junho de 1858.
 96. *Ibid.*, *Third Series*, XCIX, 849. Em 19 de junho de 1848. Em 1850, Buxton pediu a exclusão do açúcar produzido por escravos, embora não a do algodão e fumo produzidos por escravos, argumentando que "não via razão para que ele não se opusesse a um mal a que podia opor-se eficientemente, porque havia outros males aos quais lhe era impossível opor-se". *Ibid.*, *Third Series*, CXI, 533. Em 31 de maio de 1850. Em 1857, ele propôs uma petição à Rainha solicitando que todos os esforços fossem usados para acabar com o Tráfico de Escravos. *Ibid.*, *Third Series*, CXLVI, 1857. Em 14 de julho de 1857. Essa mudança de opinião coincidiu com a mudança do ponto de vista dos capitalistas. Hutt foi presidente de uma comissão em 1849 que descreveu os esforços para suprimir o tráfico de escravos como impraticáveis e sem esperança. Outra comissão em 1853 da qual tanto Hutt quanto Bright foram membros, declarou que "esses esforços pela causa da humanidade, realizados ininterruptamente por tantos anos, devem ser considerados honrosos para a nação, e os resultados proporcionavam um forte incentivo para persistir-se até que o comércio iníquo estivesse inteiramente abolido". Mathieson, *Great Britain and the Slave Trade*, 133-134.
 97. *Hansard, Third Series*, CXXXIX, 116. Em 26 de junho de 1855.
 98. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVI, 187. Em 2 de julho de 1844.
 99. *Ibid.*, *Third Series*, CL, 2205. Em 17 de junho de 1858.
 100. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVII, 1290, 1292, 1300, 1302. Em 26 de fevereiro de 1845.
 101. *Ibid.*, *Third Series*, LVIII, 193. Em 11 de maio de 1841.
 102. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVII, 1290. Em 26 de fevereiro de 1845.

103. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXVIII, 4-5. Em 27 de julho de 1846. Isso foi uma petição de Clarkson à Câmara dos Lordes apresentada por Brougham.
104. Mathieson, *Great Britain and the Slave Trade*, 34-35. A referência é a "prêmio por captura" — 4 libras por tonelada de todo navio capturado sem escravo, 5 libras *per capita* dos escravos entregues vivos, 2 libras e 10 xelins (isto é, 2 libras e meia) por aqueles que morressem depois da captura.
105. *Hansard, Third Series*, XCVI, 85. Em 4 de fevereiro de 1848.
106. *Ibid.*, *Third Series*, L, 131. Inglês, em 8 de agosto de 1839.
107. *Ibid.*, *Third Series*, XCIX, 1324. Inglês, em 29 de junho de 1848.
108. *Ibid.*, *Third Series*, LXXXVIII, 163. Citado por Disraeli, em 28 de julho de 1846.
109. Merivale, *op. cit.*, 303-304.
110. *Hansard, Third Series*, XCVI, 133. Em 4 de fevereiro de 1848.
111. Morley, *op. cit.*, I, 78.
112. Sypher, *op. cit.*, 217.
113. E. B. Dykes, *The Negro in English Romantic Thought* (Washington, D. C., 1942), 79-80.
114. Sypher, *op. cit.*, 215-216; Dykes, *op. cit.*, 70.
115. Lewis, *op. cit.*, 15-17.
116. *Ibid.*, 13-14.
117. T. Carlyle, "The Nigger Question", em *English and other Critical Essays* (Everyman's Edition, Londres, 1925). O ensaio todo, escrito em 1849, deve ser lido.
118. *Hansard, Third Series*, XCVI, 1052. Em 22 de fevereiro de 1848.

CAPÍTULO 12

1. Ver C. L. R. James, *The Black Jacobins* (Londres, 1938), para a revolução de escravos em São Domingos. H. Aptheker, *Negro Slave Revolts in the United States* (Nova Iorque, 1943), deve também ser consultado. Um admirável sumário, com respeito a todo o Hemisfério Ocidental, encontra-se em Herskovits, *op. cit.*, 86-109.
- 1a. C. O. 28/95. Assembléia Legislativa, Barbados, 15 de novembro de 1825.
2. C. O. 28/92. Relato de um Debate no Conselho, num despacho de Lorde Bathurst a Sir H. Warde, em 3 de setembro de 1823. Sr. Hamden, pp. 21-22. Ver também C. O. 295/59, onde o governador de Trinidad argumentou que essa concessão às escravas seria considerada uma injustiça pelos homens. Woodford a Bathurst, em 6 de agosto de 1823; C. O. 295/60. O Sr. Burnley, um dos principais plantadores de Trinidad, assim se expressou: "Confesso que a idéia me parece tão monstruosa e extraordinária que nem sei como abordar o assunto."
3. C. O. 28/92. Relato de um Debate no Conselho... Sr. Hamden, 5.

4. C. O. 137/145. Shand a Bathurst, em 26 de novembro de 1817.
5. C. O. 137/148. Manchester a Bathurst, em 10 de julho de 1819.
6. C. O. 28/92. Relato de um Debate no Conselho... Sr. Hamden, p. 24.
7. C. O. 295/92. Edward Jackson ao governador Grant, em 31 de dezembro de 1831.
8. C. O. 137/156. Manchester a Bathurst, em 24 de dezembro de 1824.
9. C. O. 137/163. Manchester a Bathurst, em 13 de novembro de 1826.
10. C. O. 137/154. Manchester a Bathurst, em 13 de outubro de 1823.
11. C. O. 111/55. D'Urban a Bathurst, em 14 de julho de 1826.
12. C. O. 295/85. Em 29 de outubro de 1830. O que se segue é o número de alforrias entre 1825 e 1830:

Ano	Número de Alforriados	Alforrias Pagas	Escravos das Plantações	Escravos Domésticos
1825	162	98	38	124
1826	167	108	46	121
1827	167	129	49	118
1828	128	84	33	95
1829	87	41	15	72
1830	32	22	6	26

(até 29 out.)

13. C. O. 295/72. Woodford a Bathurst, em 8 de agosto de 1826.
14. C. O. 295/73. Stephen a Horton, em 5 de outubro de 1826.
15. C. O. 295/67. Henry Gloster, Protetor de Escravos, ao governador Woodford, em 7 de julho de 1825. Os dados de Fitzgerald são como se segue: Escravo John Philip — "7 vergastadas naquela parte do corpo onde aplicar hostilmente o pé é considerado em todos os países civilizados como um ato da mais vil indignidade"; Escravo Philip — "23 vergastadas naquela parte que meu Lorde Chesterfield vigorosamente recomenda que seja a última a entrar e a primeira a retirar-se em todas as apresentações de tributos e cuja menção na presença das senhoras é considerada uma grande violação das leis da gentileza"; Escravo Simon Mind — "23 vergastadas naquela determinada parte do corpo que raramente é culpada de algum crime, mas que paga por transgressões cometidas por outros membros".
16. Bell e Morrell, *op. cit.*, p. 382.
17. C. O. 28/99. Carrington, Representante de Barbados, a Bathurst, em 2 de março de 1826.
18. C. O. 28/93. Wade a Bathurst, em 21 de outubro de 1824.
19. C. O. 28/92. Relato de um Debate no Conselho... p. 33.

20. C. O. 137/165. Mensagem à Assembléa Legislativa, em dezembro de 1827.
21. C. O. 137/143. Em 31 de outubro de 1815.
22. Bell e Morrell, *op. cit.*, 405. Protesto à Assembléa de Jamaica, em junho de 1838.
23. C. O. 137/183. Manchester a Goderich, em 13 de novembro de 1832.
24. *Ibid.* Manchester a Goderich, em 16 de dezembro de 1832.
25. C. O. 137/186. Memorial dos delegados da Jamaica à Grã-Bretanha, 29 de novembro de 1832.
26. C. O. 137/183. Manchester a Goderich, secreto e confidencial, em 16 de dezembro de 1832.
27. *Hansard*, XXXI, 781-782. Marryat, em 13 de junho de 1815.
28. C. O. 137/183. Manchester a Goderich, secreto e confidencial, em 16 de dezembro de 1832.
29. C. O. 137/187. Z. Jones a Goderich, em 22 de fevereiro de 1832.
30. C. O. 137/187. Goderich a Manchester, secreto, em 5 de março de 1832.
31. A frase é de Canning.
32. C. O. 137/154. Manchester a Bathurst, em 24 de dezembro de 1823.
33. C. O. 28/111. Smith a Stanley, 13 de julho de 1833.
34. C. O. 295/92. Memorial para nós mesmos e em defesa de todos os nossos co-súditos de descendência africana (anexo ao despacho do governador Grant a Goderich, em 26 de março de 1832).
35. *Ibid.*, Grant a Goderich, em 26 de março de 1832.
36. *Ibid.* William Clunes a Goderich, em 27 de janeiro de 1832.
37. C. O. 28/111. Smith a Stanley, em 23 de maio de 1833.
38. C. O. 28/88. Combermere a Bathurst, em 15 de janeiro de 1819.
39. C. O. 111/69. D'Urban a Murray, em 20 de abril de 1830. Ver também C. O. 295/87. Smith a Goderich, de Trinidad, em 13 de julho de 1831: "Os escravos têm uma facilidade incontável em obter informação parcial, e geralmente deturpada, toda vez que um documento público que está para ser recebido possa de algum modo afetar sua condição ou situação."
40. C. O. 295/92. Grant a Goderich, em 26 de março de 1832.
41. *Ibid.*, *Gazette Extraordinary*, em 25 de março de 1832.
42. C. O. 295/93. Extraído de um documento de Trinidad, s.d.
43. C. O. 295/92. Grant a Howick, em 30 de abril de 1832.
44. C. O. 137/119. Coote a Castlereagh, em 27 de junho de 1807; C. O. 137/120. Edmund Lyon, Representante de Jamaica, a Castlereagh, em 17 de julho de 1807.
45. C. O. 137/142. Manchester a Bathurst, em 26 de janeiro de 1816.
46. C. O. 137/143. Extraído de uma carta de Jamaica, 11 de maio de 1816.
47. C. O. 299/39. John Spooner, de Barbados, ao governador Woodford, em 18 de abril de 1866.

48. C. O. 28/85. Coronel Codd ao governador Leith, em 25 de abril de 1816; *Ibid.*, Contra-Almirante Harvey a J. W. Croker, em 30 de abril de 1816.
49. C. O. 295/60. Um comandante de Trinidad ao governador Woodford, em 30 de agosto de 1823.
50. C. O. 137/145. Shand a Bathurst, em 26 de novembro de 1817.
51. C. O. 111/44. D'Urban a Bathurst, em 5 de maio de 1824.
52. C. O. 295/89. Grant a Howick, em 10 de dezembro de 1831.
53. C. O. 137/83. Mulgrave a Howick, em 6 de agosto de 1832.
54. C. O. 28/111. Smith a Stanley, em 23 de maio de 1833.
55. C. O. 111/8. Nicholson a Castlereagh, em 6 de junho de 1808.
56. C. O. 137/156. Manchester a Bathurst, em 31 de julho de 1824.
57. C. O. 28/85. Leith a Bathurst, em 30 de abril de 1816.
58. *Ibid.*, Codd a Leith, em 25 de abril de 1816.
59. *Ibid.* Leith a Bathurst, em 30 de abril de 1816.
60. C. O. 137/143. Alexander Akman, Jr., a Bathurst, em 2 de maio de 1816.
61. C. O. 137/142. Manchester a Bathurst, em 4 de maio de 1816.
62. C. O. 111/39. Murray a Bathurst, em 24 de agosto de 1823.
63. *Ibid.* Murray a Bathurst, em 27 de setembro de 1823.
64. C. O. 28/92. Ward a Bathurst, em 27 de agosto de 1823.
65. C. O. 137/156. Manchester a Bathurst, em 31 de julho de 1824.
66. C. O. 111/44. D'Urban a Bathurst, em 5 de maio de 1824.
67. *Ibid.* D'Urban a Bathurst, 5 de maio de 1824. (Essa foi a segunda carta num dia.)
68. *Ibid.* D'Urban a Bathurst, em 15 de maio de 1824.
69. C. O. 28/107. Lyon a Goderich, em 28 de março de 1831.
70. *Ibid.* Lyon a Goderich, em 2 de abril de 1831.
71. C. O. 137/181. Belmore a Goderich, em 6 de janeiro de 1832.
72. C. O. 137/182. Belmore a Goderich, em 2 de maio de 1832.
73. C. O. 295/92. Grant a Howick, em 30 de abril de 1832.
74. C. O. 137/188. Mulgrave a Goderich, em 26 de abril de 1833.
75. *Hansard*, *Third Series*, XIII, 77. Em 24 de maio de 1832.
76. C. O. 137/191. F. B. Zuicke ao governador Belmore, em 23 de maio de 1832.
77. C. O. 28/111. Smith a Goderich, em 7 de maio de 1833.
78. *Ibid.*
79. *Ibid.* Smith a Stanley, em 23 de maio de 1833.

CAPÍTULO 13

1. Gaston-Martin, *L'ère des Négriers, 1714-1774* (Paris, 1931), 424.